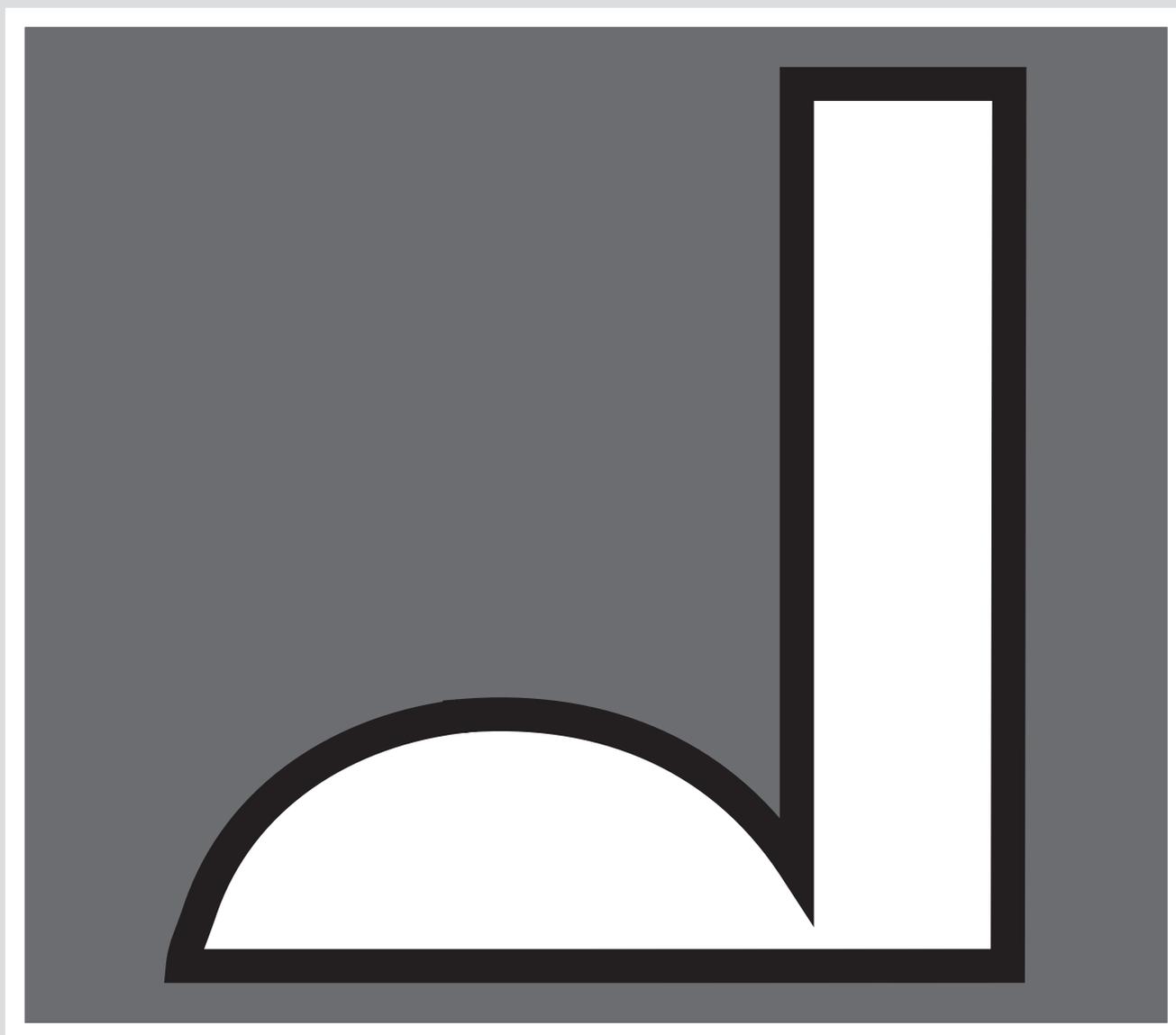




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 147 - QUINTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)		4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR-BA)
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

<p style="text-align: center;">Maioria (PMDB/PP) - 18</p> <p style="text-align: center;">Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9) Neuto De Conto (16)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18</p> <p style="text-align: center;">Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p>
<p style="text-align: center;">PTB - 7</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim Argello - PTB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p> <p style="text-align: center;">PDT - 6</p> <p style="text-align: center;">Líder Osmar Dias - PDT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p style="text-align: center;">PSOL - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder José Nery - PSOL</p> <p style="text-align: center;">PV - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Marina Silva - PV</p> <p style="text-align: center;">PSC - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Mão Santa - PSC</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma</p>

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.

EXPEDIENTE

<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 157ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *ROBERTO CAVALCANTI* – Destaque para o Estado da Paraíba, que se afirma como polo de atração de investidores estrangeiros, que buscam um cenário econômico de estabilidade.... 45631

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Críticas às medidas anunciadas pelo governo para coibir quebra de sigilos na Receita Federal. Críticas às declarações da Ministra Erenice Guerra, diante das denúncias de tráfico de influência envolvendo a Chefe da Casa Civil, seu filho e os Correios. 45634

SENADORA *SELMA ELIAS* – Destaque para o potencial turístico de Santa Catarina e a sua importância para a economia do Estado. 45640

SENADORA *KÁTIA ABREU*, como Líder – Lamento pelo fato de o Estado do Tocantins ser o campeão em fraudes eleitorais no País, conforme notícia divulgada pelo **Jornal Nacional**, da TV Globo. Acusação ao governador de Tocantins e candidato à reeleição, Carlos Gaguim, de abuso de poder econômico e uso da máquina pública na propaganda promocional. Cobrança de agilidade da Justiça Eleitoral no julgamento do ex-governador de Tocantins Marcelo Miranda. Questionamento sobre os critérios usados pelo Tribunal Superior Eleitoral, na prioridade de julgamento dos processos dos candidatos que sofrem o risco de impugnação. 45643

SENADORA *MARISA SERRANO* – Reflexões a respeito dos recentes escândalos políticos e das denúncias de corrupção envolvendo os governos federal, estadual e municipal. Exortação à população para que vote em candidatos honestos e sérios. ... 45646

SENADOR *HERÁCLITO FORTES*, como Líder – Críticas à postura do governo federal pela falta de apuração de denúncias de corrupção. Registro de irregularidades na campanha eleitoral no Piauí. Alerta para a possibilidade de manipulação de pesquisas eleitorais no Estado de S. Ex^a, nas eleições deste ano. 45648

SENADOR *BELINI MEURER* – Apelo pela criação da Defensoria Pública em Santa Catarina, único Estado brasileiro que não possui o serviço de assistência jurídica gratuita. 45652

SENADORA *NÍURA DEMARCHI* – Destaque para audiência pública realizada em Santa Catarina, com a participação de todo o corpo de juristas e dos senadores do Estado, para debater o novo Código de Processo Civil. Indignação com as declarações do Presidente Lula contra o Democratas, em comício realizado em Santa Catarina. 45653

SENADOR *JOÃO FAUSTINO* – Encaminhamento de requerimento solicitando homenagem ao Cardeal Dom Eugênio Sales, Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro. 45661

1.2.2 – Leitura de Requerimento

Nº 805, de 2010, de autoria do Senador João Faustino e outros Srs. Senadores, solicitando que o Período do Expediente da sessão do dia 9 de novembro próximo seja destinado a homenagear o Cardeal Dom Eugênio Sales, Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro, pelos seus 90 anos de existência. 45661

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 542/2010, na origem, encaminhando Informações Complementares ao Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011. (Publicada em suplemento à presente edição)* 45662

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

2.1 – Mensagem nº 542/2010, na origem

Encaminhando Informações Complementares ao Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.* 45662

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 21, apresentadas à Medida Provisória nº 501, de 2010. 45662

4 – ATOS ADMINISTRATIVOS

4.1 – Portaria do Presidente

Nº 11, de 2010. 45697

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS****SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL**10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 157ª Sessão, Não Deliberativa, em 15 de setembro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. João Faustino e Roberto Cavalcanti

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 17 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Faustino. PSDB – RN)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino. PSDB – RN)

– Passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pela pontualidade. O painel mostra 14 horas, e V. Ex^a, às 14 horas, abre esta nossa sessão. Parabéns! E parabéns aos Senadores que aqui estão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante muitos anos, eu diria séculos, o Nordeste foi caldo do mais puro absolutismo feudal europeu, cunhado pela exploração da cana-de-açúcar, mantida com a mão de obra indígena subjugada, com a escrava negra e com os miseráveis europeus imigrantes ou desterrados.

Nem o processo de modernização empreendido no início do século XX conseguiu alterar de modo substantivo esse panorama, já que o Sudeste do País, puxado por São Paulo, absorvia praticamente toda a energia desenvolvimentista da Nação. Tentativas como a Sudene e outras mitigaram o problema, mas não conseguiram dar ao Nordeste o mesmo élan de progresso que o Sul/Sudeste do País granjeou.

Deste descompasso surgiu o caudal migratório norte-sul que inchou cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que forneciam amplas e atraentes oportunidades de trabalho, mesmo à mão-de-obra pouco qualificada, saída do sertão nordestino. Surgia, então, o folclore do “paraíba” como o trabalhador inculto, de pouca educação e sem qualquer qualificação formal de trabalho. Ser “paraíba”, na gíria do século XX, assim como ser “baiano” ou “nortista” significava para o sulista mal informado pessoa despreparada para tarefas complexas. Uma visão distorcida que se pespego e se propagou aos nascidos em meu Estado e no Norte e Nordeste, como se fossem só eles os únicos

a migrarem para o Sul e como se fossem eles os mais ignorantes dentre todos.

Ora, visão preconceituosa, calcada muitas vezes em interesses escusos de natureza econômica, e que a história se encarregaria de desmoralizar e desmentir!!!!... Apelido vexatório, próprio das discriminações sociais entre grupos, com diferenças grandes e marcantes.

O tempo passou e a situação tem mudado paulatinamente, amenizando o caráter pejorativo da expressão e fazendo cair pouco a pouco no esquecimento. Todavia, Sr. Presidente, a Paraíba não foi nem é um Estado exportador de mão-de-obra barata e pouco qualificada (vide o polo de informática de Campina Grande, que exporta mão-de-obra para o Brasil e para todo o mundo da forma mais tecnologicamente qualificada que se possa conceber).

Nem o sul/sudeste são o paraíso ao qual devem acorrer todos os desafortunados da vida. Depois de décadas de atração inquestionável, o Sudeste não dispõe mais de recursos para receber novas levas de migrantes, o que se percebe pela crescente reversão do fluxo migratório.

Hoje, com a firme escalada desenvolvimentista dos Estados do Nordeste, os que migraram para o Sul começam a retornar à casa de origem, buscando as oportunidades que sonhavam um dia ter no “Sul Maravilha” e que lhes escaparam entre os dedos por força da saturação do mercado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, faz pouco tempo saudei desta tribuna o aniversário de João Pessoa. Naquela ocasião, enfatizei que a Paraíba é um estado que se formou na luta, moldado por gente brava e heróica. De personagens ilustres como Celso Furtado, quase uma unanimidade nacional, paraibanos de todas as cepas sempre foram provocadores de mudanças na sociedade brasileira. Mesmo os humildes boias-frias que, na boleia de caminhões precários, se aventuraram pelo sul do País, cerraram fileiras com seus conterrâneos famosos para a construção do Brasil de hoje.

De protagonistas centrais da nossa vida, como Epitácio Pessoa, a simples pedreiros de construção, os

paraibanos fazem parte, de modo marcante, do núcleo central da formação do Brasil.

A lista de paraibanos conhecidos e agentes importantes na história recente do País é extensa e não poderia nominá-la para não incorrer em injustiças. Entretanto, Sr. Presidente, corro o risco calculadamente, citando o jornalista e fundador dos Diários Associados, Assis Chateaubriand; o escritor e intelectual Ariano Suassuna, outra unanimidade nacional; o poeta José Lins do Rego; o cineasta Walter Carvalho; o pintor João Câmara.

Sr. Presidente, eu me atreveria, mesmo sabendo que incorrerei em determinadas omissões, a citar outras figuras de extraordinária presença no cenário nacional e mundial: André Vital de Negreiros. Comecei com André Vital de Negreiros em homenagem a um dos ícones da libertação do Nordeste do jugo holandês.

E aí sigo: José Américo, João Pessoa, Abelardo Jurema, Humberto Lucena, Presidente desta Casa duas vezes, Aurélio de Lira Tavares, Argemiro Figueiredo, Alcides Carneiro, Rui Carneiro, João Agripino, Tarcísio Burity, Oswaldo Trigueiro, Teotônio Neto, Samuel Duarte e Antônio Mariz; José Lins do Rego, Augusto dos Anjos, Paulo Pontes, Jackson do Pandeiro, Severino Araújo, famosa orquestra, Sivuca, Geraldo Vandré, Elba Ramalho, Chico César, Herbert Viana; Kaio Márcio, José Marco, Fábio Gouveia, Virgínio Veloso Borges, Domício Gondim, João Claudino, pai de um companheiro nosso aqui no Senado, Newton Rique, Domício Veloso, Corálio Soares de Oliveira, Rui Bezerra Cavalcanti, Renato Ribeiro Coutinho, Drault Ernannny, José Gadelha e Agostinho Veloso; Pedro Américo, Antônio Dias, José Nêumanne Pinto, famoso na mídia nacional atualmente, Samuel Wainer, Wladimir Carvalho, Linduarte Noronha, Afonso Pereira, Ascendino Leite, Luiz Augusto Crispim, Francisco Pereira Nóbrega, Antônio Herman de Vasconcelos Benjamim, Luiz Rafael Mayer, Djacy Falcão, Mailson da Nóbrega, ex-Ministro e atual economista de grande projeção, Felipe Thiago Gomes, Adalberto Barreto, Malaquias Batista, só para citar alguns.

Passaria aqui a tarde citando ilustres personalidades paraibanas para demonstrar que ser paraíba hoje é me envaidecer de ser Senador pela Paraíba e ser chamado supostamente de forma pejorativa como paraíba.

Só para ilustrar a riqueza do mosaico de interesses humanos onde o pensamento paraibano provocou inquietações determinantes para o avanço da sociedade brasileira nas mais refinadas áreas do conhecimento humano.

E muitos, muitos outros. Tantos que, torno a repetir, seria injusto e enfadonho enumerá-los!

Sr. Presidente, mesmo nos tempos em que as agruras da fragilidade econômica da Paraíba fizeram muitos paraibanos migrarem em busca de melhores oportunidades, o povo do nosso Estado nunca deixou de lutar contra a adversidade e com os meios de que dispunha, nunca deixou de vencer obstáculos e construir o seu futuro.

Hoje, Sr. Presidente, as dificuldades da vida no Sul, onde as cidades são sacudidas pela violência e marcadas pela exclusão social, fizeram desaparecer os atrativos que tanto inspiraram os nordestinos ao longo do século XX.

De fato, Sr^{as} e Srs. Senadores, começa a ser percebida a corrente inversa de migração com os que estão ao Sul buscando novas chances nos mercados menos saturados e mais abertos do Nordeste e do Norte do Brasil.

Esse movimento de retorno coincide com o extraordinário momento político em que a Paraíba desponta como um dos mais promissores destinos preferenciais de poupanças estrangeiras que buscam investir em cenário econômico de estabilidade.

Nesse contexto, o Estado da Paraíba se afirma como polo de atração de investimentos para investidores estrangeiros, assumindo uma face cada vez mais visível do cenário internacional, da mesma forma, Sr. Presidente, como o Rio Grande do Norte vive hoje um grande momento de pujança econômica.

Como já tive oportunidade de afirmar desta tribuna, as áreas da atividade econômica do Estado da Paraíba contempladas com esse aporte de recursos são bastante variadas e compreendem, entre outras, o mercado imobiliário, o turismo, a indústria, a energia, a mineração e o comércio.

Os países de origem dos investidores são igualmente diversificados. A Paraíba está despertando interesse de norte-americanos, suecos, finlandeses, espanhóis, franceses, portugueses, chineses, árabes, indianos, entre outros.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes, com muita honra.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte. Ouvi V. Ex^a citar vários paraibanos, e, se V. Ex^a esqueceu, eu gostaria de lembrar o Manezinho Araújo, pintor, rei da embolada, um dos paraibanos ilustres. Não lembro se V. Ex^a citou-o.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Não, esse, não. Fará parte dessa relação, porém, da mesma forma que eu, antes de citá-los, adverti...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Geraldo Vandré.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Geraldo Vandré com certeza citei.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas eu queria que V. Ex^a citasse – tenho a ousadia de dar esta modesta colaboração ao seu pronunciamento...

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – É uma honra para mim.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Uma das coisas mais fabulosas que ocorre na Paraíba, produto da criatividade, o famoso Pôr-do-Sol do Jacaré.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a não tem ideia do número de turistas brasileiros e até estrangeiros que assistem àquele espetáculo diário de pôr-do-sol, de criatividade fantástica.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Fantástico. Realmente belíssimo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu já fui várias vezes.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Espero ter a oportunidade de convidá-lo para ir comigo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero dizer a V. Ex^a que, sempre que tenho oportunidade, eu vou, porque acho que fazer turismo é ser criativo. Aquilo foi de uma criatividade fantástica. Um cidadão aproveita a beleza local e, com uma canoa e um saxofone, faz com que você mergulhe no campo da música erudita, passando por músicas brasileiras e tenha realmente um espetáculo comovente. Então, eu ousou entrar na sua seara, na sua Paraíba, na sua João Pessoa...

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Na nossa, na nossa!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é. Por que eu estou fazendo isso? Certa vez, houve uma briga dos dois bares por conta da apresentação. Um atrapalhava o outro.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Sem dúvida.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu fiz aqui um discurso, pedindo a eles que entrassem em um acordo porque o turista não tinha nada a ver com aquelas desavenças. Fui atendido e recebi inúmeras correspondências de pessoas me agradecendo e me parabenizando por aquele gesto. Mas eu fiz aquilo do fundo da alma, do fundo do coração.

Acho – e V. Ex^a pode ficar certo disto – que é um dos atos mais criativos do turismo brasileiro a um custo baixo e que, no entanto, tem um impacto fantástico. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Agradeço. Lembro a V. Ex^a que fatos curiosos acontecem conosco. Da mesma forma como V. Ex^a recebeu centenas de *e-mails* parabenizando-o por

interferir positivamente no tocante ao pôr-do-sol de Jacaré, relatarei neste momento um fato bastante comum a nós Senadores.

Estava na Praia do Poço, que fica do lado do mar em Cabedelo, caminhando com minha senhora quando um cidadão se aproximou de mim e disse: “Senador, posso falar com o senhor”? Eu respondi: “Pois não”. Ele então falou: “Eu sou barqueiro, tenho uns barcos que fazem turismo aqui em Cabedelo. Apanhamos os turistas pela manhã, levamos à Areia Vermelha, uma ocorrência magnífica do turismo paraibano que é o afloramento de um banco de areia por ocasião da maré baixa onde os turistas passam parte do seu dia. Eles chegam à tarde e se dirigem até lá para este espetáculo da natureza paraibana que é assistir ao pôr-do-sol em Jacaré”. Isso significa que vai adentrar a barra do porto de Cabedelo em direção ao estuário do rio Sanhauá para lá assistir a esse evento. Quando termina, que é exatamente o pôr-do-sol, o sol se esconde, a Capitania dos Portos não permite que esses barcos retornem à praia, ao lado do mar.

Os proprietários dessas embarcações de turismo são forçados a desembarcar os passageiros, os turistas, no Jacaré. Só que o Jacaré não tem nenhuma estrutura pública para recebê-los. Ele me dizia de uma forma simplória: “Senador, tenho de jogá-los na água ou na lama”. Era um apelo no sentido de que seja construído um trapiche, um píer, lá no município de Cabedelo, na Praia do Jacaré, para receber o desembarque desses turistas na parte da noite.

Assim estou fazendo. O nosso gabinete está providenciando os estudos de engenharia e de impacto ambiental para que seja construído um píer definitivo. Muitas vezes se faz um píer provisório, de madeira, que tende a desmoronar rapidamente. Então, estamos providenciando tudo isso para dar um *plus* ao turismo da Paraíba. Tenho certeza de que, em uma próxima visita do Senador Heráclito Fortes, vamos embarcá-lo ou desembarcá-lo, eventualmente, nesse trapiche, nesse píer público, que favorecerá o turismo que já se desenvolve naquela região.

Dando sequência, Sr. Presidente, como também fiz questão de realçar em oportunidade anterior, essa diversificação de nacionalidades e de interesses é fundamental para que se crie um ambiente de investimentos consolidado e sustentável a longo prazo.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma nova vocação que se abre para o Estado. Nunca tivemos uma tradição forte nos negócios internacionais. Ela extrapola, e muito, o universo circunscrito pelo mercado imobiliário. Na prática, cobre um leque excepcionalmente largo de iniciativas que serão traduzidas em mais desenvolvimento, mais empregos,

melhores rendimentos e em incremento da riqueza a ser compartilhada por todos.

É dentro desse cenário espetacularmente inovador que acontece a volta ao caminho de casa, a migração no sentido inverso.

A Paraíba, meus nobres Pares, é um Estado pequeno, mas forjado na luta e na bravura de sua gente. Por isso, num acerto de contas com a história, ser chamado, hoje, de “paraíba” significa o elogio da coragem, do destemor, do desapego de si em favor do próximo e, principalmente, a possibilidade de futuro, escrita com as próprias mãos.

A construção de uma Nação como o Brasil não se faz apenas por alguns, menos ainda por poucos: é na solidariedade multifacetada de uma sociedade plural como a brasileira que se pode construir uma grande potência.

A Paraíba e os paraibanos não são exceção à regra. Valentes, eles enfrentaram e enfrentarão as barreiras para tornar o Brasil o gigante mundial que todos desejamos.

Sr. Presidente, desde as lutas coloniais para expulsão dos invasores franceses e holandeses até as lutas atuais para expulsão das desigualdades sociais, os “paraibas” têm se destacado na defesa do Brasil, da Paraíba e de nossa gente.

A essas intrépidas paraibanas e a esses bravos paraibanos quero render minha homenagem, e ecoar o orgulho de representá-los no Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, porque me estendi um pouco no tempo, mas em parte fui motivado por ter sido aparteado pelo nobre Senador Heráclito Fortes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino. PSDB – RN) – Desejo me congratular com o Senador Roberto Cavalcanti pelo discurso que acaba de proferir, numa apologia e numa verdadeira exaltação ao seu Estado, a Paraíba.

Concedo a palavra à Senadora Selma Elias.

Antes, porém, há uma inscrição, como Líder, do Senador Alvaro Dias, que falará em nome do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador João Faustino, do Rio Grande do Norte, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, visitantes de Santa Catarina que nos honram com sua presença – aos visitantes da galeria, a nossa homenagem –, creio que é oportuno fazer uma análise das providências adotadas ontem, tanto pelo Governo quanto pela oposição, relativas às denúncias que lastimavelmente, mais uma vez, provocaram indignação em parte da sociedade brasileira.

Eu começaria relatando a afirmação do ex-Deputado José Dirceu, um prócer petista de grande influência que, pelo que se anuncia e se eventualmente o seu partido vencer as eleições, terá papel preponderante no novo governo. Ele, além de afirmar que a eleição de Dilma Rousseff é mais importante do que a eleição de Lula, porque ela representa o projeto político do partido e vai depender muito mais do partido do que Lula, já que este se sobrepôs à própria agremiação partidária, destacou que as teses defendidas pelo PT ao longo do tempo, ignoradas durante o período Lula de Governo, poderão ser ressuscitadas se eventualmente chegar ao poder Dilma Rousseff. Essa é uma questão que cabe muito mais ao PT do que a nós. Porém, de qualquer maneira, é um registro que se faz necessário nesta fase final da campanha eleitoral, até porque o povo brasileiro precisa saber quem elege e que modelo de governo terá em consequência da escolha feita.

Mas o que eu queria destacar das palavras de José Dirceu é que ele criticou o que chamou de abuso do poder de informar. Repito: “Abuso do poder de informar”. Houve um tempo em que se considerava que a imprensa brasileira era petista, que defendia os interesses do PT e que, nas redações dos jornais do País, só existiam petistas. Essa era a constatação que se fazia há alguns anos. É evidente que nem todos nós concordávamos com isso. Mas esta era uma afirmação reiterada: a imprensa brasileira tinha o carimbo do PT para muitos neste País. E, agora, ao contrário, há petistas, históricos inclusive, que acusam a imprensa brasileira de ser oposicionista. É mais fácil acusar a imprensa do que justificar crimes, falcaturas, corrupção, ilegalidades, arbitrariedades. E é o que tem acontecido. Até é possível que, em determinado momento, o espaço maior da mídia seja ocupado pela oposição como consequência natural dos fatos produzidos.

Ora, o rosário de crimes ocupa um espaço grande da mídia; não há como ignorar a existência de tantos crimes, de tantos escândalos, de tantas falcaturas. E se há algo competente, na imprensa nacional, é o jornalismo de investigação. Então, é evidente que há uma competição, em determinados momentos da vida pública brasileira, entre jornalistas e veículos de comunicação, uma competição na busca da notícia, da informação, da revelação, da denúncia, da descoberta. E é natural que seja assim. É por isso que aquele estadista norte-americano afirmou, certa vez: “Entre um governo sem imprensa e a imprensa sem governo, eu prefiro a última alternativa” – Thomas Jefferson.

Portanto, eu não creio que seja adequado responsabilizar a imprensa pelos crimes de corrupção praticados no Brasil.

Vejam, agora, estamos comemorando quatro anos do escândalo dos aloprados. O chamado escândalo dos aloprados – vamos rememorar porque, afinal, são tantos escândalos que é até natural que as pessoas não o identifiquem – é aquele que, na campanha passada, há quatro anos portanto, foi denunciado: apareceu uma mala com R\$1,75 milhão, num hotel em São Paulo, recursos sem origem, destinados a pagar por um dossiê falso que tinha como objetivo alvejar a candidatura de José Serra ao governo paulista. E foi o próprio Presidente Lula que denominou de “aloprados” aqueles que se encarregavam dessa operação.

O que importa dizer agora é que se passaram quatro anos e não há notícia de punição. Então, vamos lá: de onde veio o dinheiro? Não sabemos. Até hoje não se informou à sociedade brasileira de onde vieram os R\$1,75 milhão carregados em uma mala. E quais são os aloprados? Alguns nomes apareceram na imprensa, mas não houve responsabilização criminal.

Informa a imprensa, hoje, que o Ministério Público Federal ainda não decidiu se leva os envolvidos à Justiça. Ou seja: se os envolvidos num escândalo dessa natureza não são levados à Justiça, talvez os bandidos que estão presos nas nossas penitenciárias passem a ter o direito de pedir: “Abram as portas das penitenciárias. Somos iguais perante a lei”. Se podem carregar uma mala com R\$1,75 milhão, sem origem, para pagar um dossiê criminoso e nada acontece, por que manter as nossas penitenciárias abarrotadas de marginais? Ou a lei não é igual para todos?

O Procurador da República Mário Lúcio Avelar, que atuou inicialmente, saiu do caso, e o novo está de férias. É uma coincidência. O Ministro Relator do processo do mensalão está de licença; o outro Procurador está de férias. Isso nos faz supor que há uma estratégia deliberada de protelação para aguardar as eleições de 3 de outubro.

Resultado conhecido, aí vamos trabalhar, aí vamos recuperar o tempo perdido, aí vamos fazer com que os processos caminhem no Ministério Público, no Judiciário. Essa é a estratégia eleitoral. Ou não é estratégia eleitoral? Espero que não seja, mas se não é estratégia eleitoral, por que tanto tempo? O mensalão, cinco anos. O mensalão, 2005; os aloprados, 2006. Também pudemos conhecer informações sobre avião que voava carregando dinheiro em espécie; tivemos, nesse período todo, informação de militante do PT carregando dólares na cueca. Enfim, foram tantos os escândalos, e nós perguntamos: quem foi punido? Quem está na cadeia? Houve responsabilização criminal? Porque o Presidente da República disse, lá em Santa Catarina, há poucos dias, que “a turma dele mata a cobra e mostra a cobra”. Eu não vi a morte da cobra, muito menos

a cobra, em relação a esses escândalos produzidos sob a égide do Governo “lulopetista”.

Mas, Sr. Presidente, ontem, o Governo agiu. Num primeiro momento, o Presidente da República desdenhava. Num comício no ABC paulista, ele brincava: “O que é sigilo? Onde está esse sigilo? Esse tal de sigilo?” – subestimando a inteligência das pessoas. E me lembro que, num dos livros de autobiografia, o livro de autobiografia de Hillary Clinton, ela conta que, quando do episódio Watergate, nos Estados Unidos, ela, Bill Clinton e outros juristas foram escalados para identificar justificativas para o **impeachment** do presidente Nixon. Entre as justificativas, aquela que mais se ressaltava era a quebra de sigilo fiscal, ou seja, invadiram a privacidade das pessoas violando o sigilo fiscal, para armazenar informações que seriam utilizadas, na campanha eleitoral, contra o Partido Democrata nos Estados Unidos. Lá, não acabou em *pizza*; lá, o presidente perdeu o mandato. O presidente foi obrigado a renunciar ao seu mandato. Aqui, o que acontece? O Ministro da Fazenda convoca a imprensa e anuncia: “Estamos tomando providências”. Agora, quem violar sigilo fiscal é demitido”. Mas antes não era demitido? É preciso o Ministro da Fazenda anunciar que violação de sigilo fiscal tem como consequência primeira a demissão do servidor público responsável pelo crime? É preciso adotar uma medida provisória para que o País saiba, os servidores públicos saibam que a violação de um sigilo fiscal, preliminarmente, importa na demissão do responsável? E as outras medidas insignificantes diante da violência do crime praticado contra brasileiros, especialmente localizados na oposição?

É encenação! Isso não passa de um espetáculo de **marketing** do Governo, na tentativa de abafar o escândalo, primeiramente ocupando o espaço de mídia para reduzir o espaço da denúncia, competindo com o espaço da denúncia.

Anuncia-se, de outro lado, investigação, e é evidente que o cidadão menos avisado vai se impressionar: “O Governo está tomando providências. Vai investigar e vai punir”. Mas que investigação é essa? Para usar um linguajar bem popular, bem ao estilo do Presidente Lula, é “o cabrito cuidando da horta”. Ora, são instrumentos do próprio Governo, nomeados pelo próprio Governo. E já há precedente: atuam muito mais para acobertar do que para revelar, como ocorre, agora, na Receita Federal. A Corregedoria investiga para revelar ou para acobertar? A Corregedoria da Receita Federal investiga para acobertar, para proteger, para blindar os principais responsáveis pelo crime de violação do sigilo fiscal. Ou não?

Qual é a estratégia adotada? A versão de hoje desmente a de ontem e espera a de amanhã para ser

desmentida. O despiste: ora foi D. Antônia que violou o sigilo, ora aparece uma Adenilde, depois foi um *office boy* que levou a procuração, enfim, procuram embaralhar. Na verdade, cabe a responsabilização do Secretário da Receita e do Corregedor da Receita, porque estão obstruindo as investigações para proteger criminosos, porque o crime o Governo já admitiu existir. O próprio Ministro da Fazenda, de forma inusitada também, vai e se dirige ao País, dizendo: “Não, isso é normal, isso é banal, isso acontece a toda hora”. Ora, um crime que afronta a Constituição do País, o Código Tributário Nacional, um crime que é, sim, uma ameaça ao Estado de direito é banalizado pelo próprio Governo. O próprio Governo admite que o crime existe, mas não quer que criminosos apareçam e adota essa estratégia de obstrução das investigações com o despiste, com a mistificação, para ganhar tempo, a fim de que as eleições transcorram e isso caia no esquecimento, como ocorreu em 2006, porque, em 2006, também sigilos foram violados, de muita gente, e nenhuma providência conhecida foi consumada, nenhuma punição rigorosa foi anunciada. Aliás, em matéria de quebra de sigilo, o Brasil vai se transformar em campeão mundial.

Olha aqui mais uma informação no dia de hoje: 400 mil pedidos da Petrobras de quebra de sigilo. Mas por que uma empresa estatal haveria de pedir à Polícia Federal, ou à Polícia Civil, ou a qualquer policial, ou a qualquer espião realizar espionagem, invadindo direitos consagrados constitucionalmente para violar sigilos? Com que direito a direção da Petrobras faz isso? Autorizada por quem? Pelo Presidente da República? Há justificativa para violência às normas jurídicas impostas como garantia de sustentação do Estado de direito? Como pode a direção da Petrobras fazer isso? E o que acontece? Agora, o inquérito foi enviado ao Ministério Público.

Vejam aqui que coisa interessante: três funcionários da Petrobras disseram, ao depor, que pediam de oitocentos a mil pesquisas de antecedentes criminais por semana. Em troca, a estatal dava material de escritório, cesta de Natal e brindes a policiais. As pessoas que tiveram sua vida vasculhada eram candidatas a emprego na estatal ou eram terceirizadas.

Esta é uma prática do atual Governo. Isto faz parte da cartilha. É um item indispensável no roteiro de realizações do atual Governo.

Enfim, Sr. Presidente, a banalização deste crime pode não incomodar pessoas menos avisadas, mas as pessoas esclarecidas deste País, especialmente aquelas que participaram ativamente do processo de redemocratização do Brasil, não podem aceitar passivamente essa violência. E a indagação que se faz é: e os partidos políticos? E as entidades?

Sr. Presidente, a presença do Ministro da Fazenda, diante desses fatos, anunciando as providências que anunciou, é patética. É uma aparição esdrúxula, estapafúrdia. Não são providências que se compatibilizem com a gravidade do momento que vivemos com a violação de sigilo e com a prática da corrupção no Governo.

A Srª Marisa Serrano (PSDB – MS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já concederei o aparte à Senadora Marisa Serrano.

Quero também abordar o que se anunciou como providência relativamente ao “propinoduto” instalado no quarto andar do Palácio do Planalto.

Senadora Marisa Serrano, concedo, com prazer, o aparte a V. Exª.

A Srª Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias. Quando a gente fala em sigilo fiscal, em sigilo bancário, as pessoas, às vezes, não têm a exata dimensão do fato. Mais grave ainda é saberem do seu salário, saberem no que você gasta, de onde entrou o dinheiro, como é que você o recebeu e como é que você o gastou. Cidadão nenhum deste País quer ser bisbilhotado, quer que bisbilhotem sua vida. A gente fala em sigilo bancário e em sigilo fiscal, Senador Alvaro, e as pessoas, às vezes, não percebem a gravidade. Ninguém aceita que as pessoas fiquem bisbilhotando sua vida a fim de saberem o quanto ganha, onde gastou o dinheiro e por que o gastou. Cada um tem de ter a sua liberdade, a liberdade de poder gerir sua própria vida. Esse é o problema maior. Como V. Exª disse, é muito grave ver a vida vasculhada. E ver a vida vasculhada ninguém aceita. Agora, causa-me espanto, Senador Alvaro Dias, ver a apatia do povo brasileiro nesse momento. Situações graves ocorrendo, não só nessa área, mas em outras áreas também, o ex-Ministro José Dirceu dizendo aí que a imprensa é livre demais, que precisamos calar a boca de quem fala muito, quer dizer, as coisas acontecendo neste País, mostrando o rumo que as coisas estão tomando, e a gente não vê uma revolta popular, não vê a população realmente indignada com esses fatos todos. Parece até que é só coisa da oposição. Parece até que é só nós que vemos isso: a quebra do Estado de direito, que justamente faz com que o País se apequene frente a todos esses fatos; que as nossas maiores virtudes, as virtudes de um povo que se quer sério, que se quer confiável, vão por água abaixo. E o povo brasileiro aceita isso. É hora de reagir, Senador Alvaro. É hora de o povo brasileiro reagir e ver que não é possível a gente conviver com questões tão sérias como essa. Acho que o povo ainda não se aquilantou. Sei disso porque, às vezes, um funcionário, vamos pe-

gar um funcionário desta Casa, do Senado, não quer que o holerite dele esteja na mão de todo mundo; não quer que todo mundo saiba o que ele ganha e no que ele gasta. Isso é quebra de sigilo. Isso é colocar a vida da pessoa na rua. É por isso que estamos brigando, para que as liberdades democráticas sejam mantidas neste País, para que o Estado de direito aconteça neste País. É por isso a nossa luta, e não porque somos da oposição. Queremos que homens e mulheres da oposição e da situação, gente que confia no País, gente que percebe o que está acontecendo, não permitam que a corrupção desenfreada, que o aparelhamento desenfreado, que o mal feito desenfreado tomem conta de um País como o nosso. Parabenizo V. Ex^a pela fala. Vamos continuar lutando por aquilo em que acreditamos. Muito obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano. Na verdade, quem...

O SR. PRESIDENTE (João Faustino. PSDB – RN) – Senador Alvaro Dias,...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino. PSDB – RN) – A Presidência gostaria apenas, interrompendo V. Ex^a, de registrar a presença de estudantes e professores do curso de Direito do Centro Universitário de Anhanguera, Estado de São Paulo, que participam desta sessão onde se discute, com muita exaustão e com muita propriedade, o Estado de direito no Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador.

É emblemática a presença de estudantes de Direito no momento em que o Brasil é sacudido em razão da violência que se pratica como rotina, a violência banalizada à Constituição do País – repito –, com ameaças visíveis ao Estado de direito.

Na verdade, quando denunciemos, quando criticamos, somos acusados, porque há aí uma inversão de valores, há uma tentativa de se condenar quem denuncia para absolver quem é denunciado. Traduzindo isso em linguagem bem popular: quem acusa o criminoso deve ir para a cadeia, o criminoso não. É isso que acontece no Brasil.

Veja o que diz a Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Erenice Guerra. Com todas as denúncias, denúncias ricas em detalhes, em indícios, em depoimentos, com todo esse emaranhado na estrutura da Administração Pública com o objetivo de abrir portas para a corrupção, com tudo isso tendo origem na Casa Civil da Presidência da República, ela tem a ousadia de afirmar que em favor de um candidato a ético e já derrotado, em tentativa desesperada da

criação de um fato novo, que anime aqueles a quem o povo brasileiro tem rejeitado.

Ora, Sr. Presidente, com que autoridade moral e política a Sr^a Erenice Guerra agride verbosamente a José Serra? Ela está em condições de agredir agora ou ela teria que, primeiramente, dar explicações sobre esse “propinoduto” da Casa Civil? Antes de atacar, justifique-se, explique-se, defenda-se, busque ter autoridade política e moral para o ataque. Sinceramente, se esse é o atacante do time do Lula escolhido para alvejar a oposição, parece-me que a escolha não foi muito adequada, especialmente neste momento.

É como se nada estivesse acontecendo no Governo, mas vai para as páginas de jornais e se lê: “escritório assinou dois contratos sem licitação. [...] onde Israel Guerra, filho da Chefe da Casa Civil, costumava despachar, assinou dois contratos, sem licitação, com a União”. É isso que a Sr^a Erenice Guerra tem que explicar, é dessa denúncia que ela tem que se defender, e não é agredindo o candidato de oposição que ela terá a sentença de absolvição.

Aí adiante ela diz que é factóide. A Dona Dilma diz que é factóide. A candidata à Presidência da República disse que o caso Erenice é outro factóide, factóide com contratos assinados sem licitação. Aí, adiante, encontra-se outra notícia: “auditoria liga irmão de Erenice a desvios”. Foram R\$5,8 milhões desviados. A própria Controladoria-Geral da União auditou e verificou. Esse é irmão.

Mas vamos adiante.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu já concederei. Deixe-me só... Aí outra notícia: “Empresas de Erenice só existem no papel”. Aí nós encontramos no jornal **Correio Braziliense** uma pirâmide de quem é quem, ou seja, são os amigos, os parentes, os laranjas, os servidores públicos, todos vinculados à Sr^a Erenice Guerra num esquema supostamente de corrupção. Vamos ser justos e corretos. Ainda não houve investigação finalizada. Vamos usar a expressão “suposto esquema de corrupção”. E aqui há um descritivo sobre o que ocorreu. Eu gostaria apenas...

Aqui um dos citados é o Sr. Marco Antonio Oliveira. Ele foi responsável pelos principais contratos celebrados na Infraero durante certo tempo, contratos que foram denunciados como irregulares. Quando houve a mudança na área, pretendeu-se nomear o Sr. Marco Antonio Oliveira. O Ministro Nelson Jobim não acolheu a sugestão, e ele não foi nomeado, mas foi para a Vice-Presidência dos Correios e era Vice-Presidente dos Correios exatamente quando este contrato, agora denunciado, foi assinado.

A mãe do Marco Antonio, inclusive, consta – provavelmente, o seu nome foi utilizado – como sócia dessa empresa, da empresa do filho de Erenice.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ela mora no interior de Minas. Evidentemente, o seu nome foi utilizado. A expressão é pejorativa, mas foi utilizada. Como é corriqueiro utilizar-se desta expressão, seu nome foi utilizado como “laranja” para compor, evidentemente, essa empresa.

Eu vejo que o Senador Roberto Cavalcanti está acionando a campanha para que eu conclua o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Não! Eu tenho a maior consideração. Regimentalmente, V. Ex^a teria direito a cinco minutos. Foram dados, até agora, trinta e cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não. Regimentalmente, vinte minutos. Em sessão não deliberativa, o horário da liderança é de vinte minutos. Mas o Regimento já foi rasgado nesta Casa há muito tempo. O Regimento foi rasgado há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a é um defensor da legalidade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Na verdade, o que conduz os trabalhos da Casa é a benevolência de quem preside ou não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a quanto tempo deseja?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou concluir, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Não, não. Darei a V. Ex^a o tempo que achar conveniente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Quanto tempo deseja?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a é elegante. Vou conceder um aparte à Senadora Kátia Abreu, depois procuro concluir o meu pronunciamento o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Mas peça. Quanto tempo deseja?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não há necessidade de estabelecer um tempo, porque vou ser sucinto. Vou utilizar toda a minha capacidade de síntese para encerrar este pronunciamento o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Fui assessorado pela Mesa que, na

verdade, informou que, no dia de hoje, o tempo seria de cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Hoje não há sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Mesmo assim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quando não há sessão deliberativa, o Regimento possibilita vinte minutos para a liderança.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – De vinte V. Ex^a teve mais quinze e terá quanto tempo desejar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa tem sido a norma utilizada nesta Casa. Se não está escrito no Regimento, é usual que, quando não há sessão deliberativa, o horário de liderança passe a ser vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Por isso estou perguntando quanto tempo V. Ex^a deseja.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Evidentemente, o horário de liderança nesta Casa tem sido de quarenta minutos ou uma hora, dependendo do interesse da Casa e de quem preside a sessão. Obviamente talvez esse assunto não seja tão interessante. Mas agradeço a V. Ex^a que tem sido sempre um cavalheiro, muito elegante, um Senador cordial.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a terá quanto tempo desejar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Obrigada, Senador Alvaro Dias. Quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e pela atenção que tem dispensado a essas questões que estão acontecendo no Brasil, dedicando-se com detalhes e de forma muito justa e muito correta em relação a essas aberrações que estamos vendo todos os dias. Realmente, é desanimador ao que estamos assistindo no País. Não é uma disputa democrática pelo debate, pela convicção, pelos argumentos, pelas propostas. Estamos vendo, de um lado, um candidato que se chama Serra disputando a eleição com o Governo do PT. Ele não está disputando com uma candidata apenas. Ele está disputando com um governo de que um partido tomou conta. É uma disputa desleal, injusta, em que o Presidente não é o cabo eleitoral da campanha, mas o general, é quem faz todo o comando da campanha. Sinceramente, é devastador para a democracia toda essa bisbilhotice averiguando a vida alheia. No interior – e a Senadora Marisa Serrano aqui explicou muito bem –, quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo fiscal, é o mesmo que invadir a sua casa sem tocar a campanha, sem bater

à porta e sem ser a sua comadre. É um estranho que invade a sua vida, é um estranho que invade a sua intimidade, que invade, na verdade, a sua alma, que invade aquilo que você tem de direito. O resultado de suas contas bancárias, seu saldo bancário, é um direito de propriedade. Aquele dinheiro que está na sua conta, salvo engano, não sendo de mensalão produzido pelo Governo, é fruto de labor, de trabalho, de suor das pessoas. Portanto, ninguém precisa estampar a escritura de suas propriedades, o saldo de suas contas bancárias. Elas são individuais, pessoais. É um direito que o cidadão tem em qualquer democracia. Não queiram fulanizar uma situação dessa como se a quebra do sigilo bancário e fiscal pudesse ser uma coisa simples. Isso é agressão máxima à democracia. E ainda somos obrigados a assistir ao Presidente ir a Santa Catarina, como fez na segunda-feira, inaugurar obras, fazendo campanha para a sua candidata – porque ele não sai da TV, como garoto-propaganda dela. Inaugurou obras durante o dia, porque o candidato Raimundo Colombo, do Democratas, está em primeiro lugar nas pesquisas, e ele não se conforma. Foi lá inaugurar obras durante o dia. E à noite, num “comíciozinho”, ele aproveitou para agredir pessoas. Ele não convive com o adverso. Ele não convive com a oposição. Alguém tem de dizer a esse senhor que na democracia alguém ganha e alguém perde. Nem sempre dá para ser unanimidade, graças a Deus! Não dá pra ganhar em todos os Estados. Portanto, ele não precisa ficar tão feroz por isso, tão arrasado por isso, tão triste e tão mal-educado com isso. Ele disse que o nosso candidato Raimundo Colombo, do Democratas, é um cordeiro vestido com pele de lobo, agredindo frontalmente a família Bornhausen. Agora, Sr. Presidente, meu colega Senador, eu queria dizer que há também ditados interessantes. Ele disse que é lobo em pele de cordeiro. Mas também tem um ditado interessante que diz que a mulher de César tem que ser honesta e tem que parecer honesta. Agora, com este Governo é diferente: não precisa nem parecer e nem ser honesto. É o lobo na pele do lobo, infelizmente. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Ouçó, com prazer, o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tratou de alguns temas da maior seriedade, de fatos que ocorrem hoje no País, e nós chegamos a achar que o País está anestesiado. Essa invasão de privacidade às contas de cidadãos brasileiros é inaceitável. É evidente que nós estamos aqui tratando de três ou quatro casos, porque se tratam de pessoas notórias, cujo pai, cujo sogro ou o próprio – no

caso – Eduardo Jorge tem uma militância política direta. Quantos empresários não foram vítimas de chantagens de partidos políticos para fazer doações à Receita Federal. Os indícios existem. Os jornais publicaram, à época, casos concretos. E nada disso nunca foi apurado. Nós estamos vivendo, Senador Alvaro Dias, realmente, um período de difícil compreensão. Esse escândalo envolvendo a Chefe da Casa Civil, seu filho e os Correios e Telégrafos, além da imoralidade do ato do tráfico de influência, tem algo que a Nação brasileira não pode aceitar, que foi a falência do Sedex. O Sedex brasileiro, a rede postal noturna, foi, durante anos a fio, modelo para o mundo. Campeão de eficiência, ganhou medalhas, teve o reconhecimento mundial. Disputava com o correio inglês e, salvo engano, com o correio suíço; ganhava do correio japonês e do correio americano. De repente, entra nesse caos. Um caos anunciado. Se a imprensa for examinar direito, tiver interesse em examinar direito, é preciso ver que algumas empresas que atuavam no setor há trinta, quarenta anos, foram desqualificadas de maneira muito esquisita para que essa MTA, MTB, sei lá, MT alguma coisa, tivesse um lugar ao sol de maneira pouco clara. E agora os fatos vêm à tona. Havia o dedo Palácio do Planalto, através da Chefe da Casa Civil lá dentro, que teve a ousadia de colocar um sócio da empresa numa diretoria. Isso é uma coisa inaceitável! Esse assunto para mim não é novo, porque uma das empresas prejudicadas é uma empresa vizinha ao meu Estado, a Transportes Aéreos Fortaleza, que durante muitos anos serviu aos Correios e passou a ser perseguida de maneira afrontosa até ser sufocada para que se abrisse espaço para... Aliás, eu tive um encontro, fui ao Ministro, juntamente com o Senador Inácio Arruda, do Ceará, de maneira clara, transparente, defender uma empresa nordestina. E eu, naquela época, dizia: “Olha, são as empresas do Centro-Oeste querendo acabar com a única empresa que no momento atua no setor”. A empresa hoje passa dificuldades. E agora está muito claro o que havia por trás disso tudo. Em um país onde as leis são respeitadas, cabe uma ação de indenização por parte dessa empresa prejudicada, porque agora está claro o privilégio dado a uma empresa que tinha como seu representante legal nada mais nada menos do que o filho da Ministra Chefe da Casa Civil. É lamentável, é verdade. Agora, duvido que dê em alguma coisa. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Alvaro Dias, só uma referência. Nós estamos recebendo os alunos do 3º ano do ensino

fundamental da Escola Classe 56, de Ceilândia, Distrito Federal. V. Ex^a está tendo o privilégio de, além da TV Senado, ter fisicamente a presença desses jovens.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E esses são felizes porque ainda não terão seus sigilos violados. Nós esperamos que quando se tornarem de maior idade não passem por essa fase em que direitos individuais são ignorados.

Mas, Sr. Presidente, eu creio tratar-se de uma missão que caberia a todos nós aceitar: defender as instituições brasileiras. Nós estamos assistindo à fragilização das nossas instituições. Por isso o nosso desejo, ao encaminharmos ao Procurador-Geral da República representação que pede a instauração dos procedimentos para investigação judiciária e eventualmente a responsabilização criminal, tem o objetivo de defender as instituições do País. O que não se admite mais é essa estratégia adotada pelo Governo de proteger os desonestos. Não há, da nossa parte, nenhum desejo de levar à desmoralização uma Comissão de Ética ou a Corregedoria da Receita ou a Corregedoria-Geral da União. Não é esse o nosso desejo.

Mas nós temos um Estado aparelhado. Aliás, um Estado policial aparelhado. O Estado que faz espionagem, que admite a violação dos sigilos e que acoberta esquemas de corrupção, supostamente em nome de um projeto de poder, porque também em relação a esse propinoduto atual da Casa Civil se afirmou que os recursos seriam destinados a pagar compromissos de natureza política. Ou seja, supõe-se que seja em nome de um projeto de poder.

Crimes são praticados para se chegar ao poder, crimes são praticados para nele permanecer. O que cabe não é ganhar uma eleição. Cabe, acima disso, defender as instituições públicas do Brasil, o que ontem desta tribuna afirmei, que não desejava ver a reedição do stalinismo no Brasil, porque o stalinismo apagava fotos e reescrevia textos para acobertar crimes e proteger criminosos. Que isso não se faça no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. João Faustino deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com todo o carinho, vou receber esse “muito obrigado” de V. Ex^a, porque quatro Senadoras estão na fila: Selma Elias, Marisa Serrano, Níura Demarchi e Kátia Abreu. E muitas delas sinalizaram para V. Ex^a nesses cinquenta minutos.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra à Senadora Selma Elias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, com todo respeito a V. Ex^a e à sua preferência pelas mulheres, quero lembrar que também há Senadores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Mas V. Ex^a está lá atrás. Lamentavelmente, V. Ex^a deverá ser o décimo orador a falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O décimo?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Sim, o décimo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, não existe...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Na ordem de inscrição, V. Ex^a é o sétimo, mas há dois líderes. Sete mais dois são nove, e há mais o senhor. Tenho a certeza de que alguns não estarão aqui, mas V. Ex^a está...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não me queixo de ouvir as mulheres, não. Fiquei incomodado por V. Ex^a não me citar. Sou minoria aqui hoje, e V. Ex^a não pode esquecer as minorias.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Vai falar como líder? Eu não estava na Presidência, quando V. Ex^a fez esse pedido.

Desculpe-me, Senadora Selma Elias. A próxima Senadora a falar, como Líder do Democratas, será a Senadora Kátia Abreu.

Tem a palavra a Senadora Selma Elias. Desculpe-me.

A SRA. SELMA ELIAS (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de fazer um cumprimento especial. Hoje, recebemos na Casa a visita do Prefeito do meu Município, o jovem Prefeito José Roberto Martins, que veio até Brasília para uma audiência com a Ministra do Meio Ambiente e que está acompanhado também do Prefeito da cidade litorânea de Garopaba, nossa vizinha, o Prefeito Luiz Nestor ou Luiz da Silva. Também recebemos o Vereador Elisio Sgrott; o administrador do Porto de Imbituba, o Sr. Jeziel Pamato; e o representante da ACIM, do Conselho da Área de Proteção Ambiental (APA), Sr. Joaquim Guarache. É um prazer, uma alegria recebê-los!

A nossa audiência, hoje, com a Ministra do Meio ambiente foi muito produtiva. A Ministra Izabella entende que há necessidade de se manter aberto o diálogo, para se consolidarem os interesses de todos os segmentos dentro da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. O desenvolvimento sustentável é a meta a ser alcançada por todos nós.

Ainda hoje, acompanhando os prefeitos, vamos até o Serviço de Proteção da União (SPU), para falar

das terras da União em Imbituba, de interesse de todo morador da Vila Operária.

Sr. Presidente, cada um cresce, aproveitando suas próprias qualidades e sua vocação. E lhes digo por que faço essa afirmação. Assim me expresso, porque estou aqui representando o Estado de Santa Catarina, que tem uma vocação enorme para o turismo e que foi dotado pela natureza com belezas extraordinárias. Além disso, Santa Catarina é habitada por um povo ordeiro, trabalhador, hospitaleiro, generoso, capaz de fazer os visitantes sentirem-se como se estivessem em suas próprias casas.

Em 2009, foi realizada em Florianópolis, entre os dias 14 e 16 de maio, a 9ª Conferência Global sobre Viagens e Turismo. Nesse evento, Sr. Presidente, que contou com a presença do Presidente da República, foi apresentado um importante estudo sobre impacto econômico, elaborado pela World Travel & Tourism Council (WTTC). De acordo com o estudo, o turismo é muito importante para o Estado de Santa Catarina. Por isso, digo da minha alegria de ver hoje, aqui, dois Prefeitos de cidades turísticas, das mais representativas do meu Estado. Santa Catarina é responsável pela movimentação de US\$6 bilhões, ou seja, 12,6% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando cerca de 500 mil empregos, o que equivale a 11,9% dos postos de trabalho do Estado.

Geoffrey Kent, do WTTC, relatou, durante o evento, que era a primeira vez em que a entidade, em parceria com a Oxford Economics, mensurava a contribuição econômica do turismo para um único Estado do Brasil. Ele também adiantou que o estudo embute a previsão de que, até 2019, a movimentação econômica do turismo no Estado chegará a US\$12,8 bilhões, o dobro, portanto, da atual, dando trabalho a 696 mil profissionais da área.

Por sua vez, Jean-Claude Baumgarten, Presidente do WTTC, fez o seguinte comentário, por ocasião da abertura da Conferência e do lançamento da pesquisa:

“Apesar de a previsão ser positiva, muito temos a fazer. A concorrência internacional é acirrada; portanto, todas as partes interessadas deverão fazer um esforço conjunto para chegar a esse cenário. O governo e os parceiros públicos e privados devem garantir que o desenvolvimento do setor turístico seja sustentável, atingindo um equilíbrio saudável entre as necessidades empresariais, a proteção de recursos naturais e o bem-estar da população local.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre as principais atrações do Estado de Santa Catarina, posso destacar as praias maravilhosas, que, sem sombra de dúvidas, podem ser colocadas entre as mais belas do mundo. A areia é limpa e branca; a água, azul transparente. No litoral, as cidades mais conhecidas e que dispõem de boa infraestrutura para atender aos turistas se alternam com a paisagem rústica e pacata de vilarejos de pescadores.

Apesar de a procura por atrações litorâneas concentrar-se na época do verão, as opções de lazer e divertimento são oferecidas em Santa Catarina durante todo o ano. A Rota do Sol, que compreende os Municípios de Balneário Camboriú, Penha, Itajaí e Porto Belo, entre outros, tem vida noturna intensa e vasta opção de gastronomia. O turista também conta uma hospitalidade grande do povo daquela região, que é também a região da nossa Senadora Níura.

Mas o turismo catarinense não vive apenas do litoral, como fica demonstrado nesta época ainda fria no meu Estado, em que as cidades serranas são a principal atração, inclusive oferecendo-se a possibilidade de o turista brasileiro se encantar com o espetáculo da neve caindo. Gostaria, aqui, de fazer um destaque para Urubici, a cidade mais divulgada no noticiário brasileiro, que é um dos pontos turísticos mais frios deste País e que tem lindas pousadas e realmente merece ser visitada. É a cidade mais fria do Estado de Santa Catarina, onde podemos ver a neve.

Ademais, Sr^{as} e Srs. Senadores, o calendário de festas do Estado vem se constituindo uma atração que as empresas de turismo promovem com grande sucesso de público, e o retorno é considerável. Por isso, falamos que Santa Catarina, Sr. Presidente, é, sem sombra de dúvida, um Estado eminentemente turístico.

Essas atrações deram origem, por suas características, ao Circuito das Festas, que ocorre principalmente no mês de outubro. Por isso, convidamos todos a visitarem Santa Catarina no mês de outubro, quando há a Oktoberfest em Blumenau, a segunda maior festa de cerveja do mundo, só superada pela de Munique; a Fenarreco; a Marejada; a Fenastra, na nossa capital; e também a Festa das Tradições, na cidade de Joinville. Lá podemos ver a herança cultural dos primeiros imigrantes: os alemães, os suíços, os noruegueses e, posteriormente, os italianos.

Sr. Presidente, apesar de não descartar a preocupação com a necessidade de ações políticas voltadas especificamente para o desenvolvimento do turismo no Estado de Santa Catarina, minha expectativa é a de que esse setor ainda trará muita prosperidade para o Estado e para os nossos habitantes. O movimento da economia gerará muitos empregos de boa qualidade,

e os habitantes se beneficiarão do crescimento e do desenvolvimento dessa economia.

O Estado de Santa Catarina, Sr^{as} e Srs. Senadores, já pode ser considerado modelo no que se refere à gestão do turismo. O nosso Governador é eminentemente voltado ao turismo, o Governador Leonel Pavan. Em setembro de 2009, foi lançado o programa de incentivo ao turismo interno, denominado “Viver Santa Catarina”, com a criação de roteiros integrados com os temas Turismo Religioso e Festas Típicas. Há ainda, senhores, opções também nas modalidades de Eventos e Negócios, de Turismo de Sol e Mar, de Turismo Rural, de Turismo Náutico, de Turismo de Aventuras, de Ecoturismo.

O trabalho integrado entre as diversas instâncias do Governo também é importante para o desenvolvimento dessa área, que, certamente, trará grandes benefícios e desenvolvimento ao meu Estado. Em abril passado, foi realizado o Seminário de Multiplicação de Boas Práticas do Projeto Destinos Referência em Segmentos Turísticos. Esse seminário, Sr. Presidente, aconteceu no Município de Urubici, por iniciativa do Ministério do Turismo e do Instituto Casa Brasil de Cultura, e contou com o valioso apoio da Prefeitura daquele Município.

O turismo rural vem atraindo um número cada vez maior de visitantes para a região das Encostas da Serra Geral, tendo merecido já diversas reportagens mostradas no Brasil sobre os usos e costumes da gente pacata do interior e seus produtos rurais de excelente qualidade.

Sr. Presidente, para que o turista se sinta bem, é necessário que o atendimento se dê de forma profissional e qualificada. Em Santa Catarina, nós nos preocupamos muito com o atendimento ao turista. Nesse aspecto que vale não só para Santa Catarina, é interessante saber que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) direcionou recursos ao Programa FAT – Giro Setorial Turismo, para possibilitar capital de giro isolado, além da renovação dos equipamentos e das instalações dos estabelecimentos, da melhora da capacidade gerencial e de ações de capacitação profissional e de qualificação de mão de obra. Para obter recursos desse Fundo, as empresas têm de estar cadastradas no sistema de cadastro de prestadores de serviços turísticos do Ministério do Turismo. Outro requisito é fazer parte do setor de restaurantes ou ser um estabelecimento de serviço de alimentação e bebidas, enquadrado no item específico da Classificação Nacional de Atividade Econômica.

São tão diversas as possibilidades turísticas do Estado de Santa Catarina, que seria muito extenso elencar, nesta oportunidade, os inumeráveis recursos

com que a natureza dotou meu Estado. O que dizer também do povo hospitaleiro e amigo que lá habita?

Infelizmente, um fator que ainda deixa a desejar é a parte de transporte aéreo. Observa-se que, além das poucas opções, a cidade de Florianópolis, a nossa capital, constitui-se, ainda hoje, apenas um ponto de escala ou de passagem, sem voos diretos para os grandes centros. Outra deficiência é que raramente se veem pacotes promocionais para a capital catarinense. Quanto ao aeroporto, que já se vem mostrando obsoleto, há a previsão de um novo terminal de passageiros a ser entregue ainda antes da Copa do Mundo.

Para quem prefere deslocar-se por via terrestre, temos de dizer que as principais estradas vêm se multiplicando ou sendo melhoradas, como é o caso da BR-101, que é federal, e a SC-401, estadual. Outras receberão benefícios significativos com a efetivação de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para pavimentação, reabilitação ou implantação de novos projetos rodoviários.

Senhoras e Senhores, Sr. Presidente, se falo de turismo, tenho de falar da cidade mais bela de Santa Catarina no que se refere ao turismo, que é a cidade de Imbituba, que fica no sul do Estado. Imbituba é um dos Municípios catarinenses com maior potencial turístico. No inverno, somos a “capital da baleia franca”. Lá, recebemos os visitantes e as baleias, que vêm, devido às águas quentes, para amamentar seus filhotes. Sr^{as} e Srs. Senadores, em Imbituba, há 33 quilômetros de praias tranquilas e as melhores ondas do Brasil para a prática do surfe. Gostaria de dizer, inclusive, que nosso Prefeito, que hoje está aqui, é um dos surfistas mais bem renomados no meu Município e no meu Estado. O esporte náutico é muito forte na minha cidade. Imbituba, Sr. Presidente, é a sede mundial do surfe nos últimos três anos na América do Sul. Conhecer as trilhas de Imbituba pode ser uma atividade feita a pé ou a cavalo, para as pessoas de todas as idades. Os restaurantes são excelentes, a gastronomia de frutos do mar é maravilhosa.

Encerrando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de dizer que o turismo já é uma das principais atividades econômicas do Estado de Santa Catarina. O Governador Luiz Henrique se dedicou muito a fazer com que nosso Estado fosse referência no turismo, e, hoje, o Governador Leonel Pavan faz também uma administração voltada à melhoria do turismo em Santa Catarina. A tendência de Santa Catarina é mais e mais o crescimento: no verão, há o atrativo das praias; no inverno, o atrativo das neves e também o das baleias que para lá vão amamentar seus filhotes.

Sem sombra de dúvida, ocupei este espaço para dizer que Santa Catarina é o Estado, senhores, que todos os brasileiros gostariam de conhecer.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Sr^a Senadora Selma Elias, eu sou testemunha do encanto que são o Estado de V. Ex^a e a cidade de Florianópolis. Faço o registro, realmente, de que o aeroporto não condiz com a grandiosidade do Estado e da capital, e fiquei curioso em conhecer Imbituba. Na próxima ida a Santa Catarina, terei o prazer de conhecê-la.

A SRA. SELMA ELIAS (PMDB – SC) – Visiten-nos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Pelo que V. Ex^a descreveu, deve ser formidável.

A SRA. SELMA ELIAS (PMDB – SC) – É maravilhoso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Como oradora pela Liderança do Democratas, Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra, a Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria aqui de lamentar profundamente o que assistimos no Jornal Nacional desta semana. O Jornal Nacional fez um belo trabalho, transmitido por William Bonner e Fátima Bernardes, a respeito do número de fraudes eleitorais por todo o Brasil entre o período de 2003 a 2009. Encontraram, claro que com a participação fundamental da Polícia Federal do nosso País, mais de 5 mil processos com fraudes eleitorais, entre 2003 e 2009. São exatamente divididos por todos os 27 Estados. Não só nos chocou a todos esse número, mas a mim pessoalmente por ver e assistir que o Tocantins foi o campeão desses procedimentos terríveis. Ficou em primeiríssimo lugar, com mais de 800 processos que envolvem crimes, denúncias eleitorais de fraudes em eleição. Eu digo o primeiríssimo lugar porque o segundo Estado ficou com 400 e poucos processos, e o primeiro, o Tocantins, com o dobro de processos por crimes eleitorais.

Sr. Presidente, eu imaginava que nós tivéssemos um destaque com relação a essa prática e a esses crimes, mas, sinceramente, não imaginei que fosse uma aberração desse tamanho, porque lá nós estamos convivendo todos os dias com um candidato à reeleição usando explicitamente a máquina do governo para benefício próprio, com abusos de poder econômico.

Nós assistimos à distribuição, no mês de junho, de 45 mil bicicletas para as crianças do meu Estado! Sr. Presidente, a Polícia Federal, felizmente, foi operosa; o Tribunal Regional Eleitoral, através do Presidente, conseguiu enviar um mandado, que a Polícia cumpriu firmemente, e nós então vimos o Governador do Tocantins, candidato à reeleição, ser pego com a mão na massa, distribuindo e comprando votos com bicicletas: 45 mil bicicletas, para um Estado que tem 850 mil votos válidos para o governo, como na última eleição!

Ele já foi multado, e o TRE hoje confirmou a multa dada pelo Procurador da República no Tocantins, Dr. João Gabriel. Também foi multado pela exposição de 30 dias, na avenida principal do meu Estado, em Palmas, próximo ao Palácio do Governo, de mais de 100 máquinas com faixas promocionais ao candidato à reeleição, Sr. Carlos Gaguim, que está na cadeira. O nome do Governador de Tocantins é Carlos Gaguim. Portanto, o TRE, através do Procurador, inicialmente, também já multou a coligação por essa exposição no período eleitoral para confundir a cabeça do eleitor.

Houve a distribuição, Sr. Presidente, de mais de 500 motocicletas num dia só. Mas sabe qual foi o dia? Dia 30 de junho, dia da Convenção do candidato Carlos Gaguim: mais de 500 motos entregues à Polícia Militar, num gesto de bondade, num gesto bastante contundente com a nossa Polícia Militar, que é merecedora de todos os prêmios.

Mas, Sr. Presidente, ainda estamos assistindo, no Tocantins, talvez a um dos crimes mais condenados pela Justiça Eleitoral: o abuso de poder econômico na propaganda promocional e pessoal. Nos últimos três anos, entre 2007, 2008 e 2009, o Estado do Tocantins gastou, por ano, em torno de R\$30 milhões com propaganda, incluindo de obras de governo, propagandas de interesse público, como vacinações, enfim, programas que possam ajudar a população.

Apenas neste ano de 2010, do dia 1^o de janeiro até o dia 30 de julho, o candidato Carlos Gaguim, que está no Governo, gastou R\$41 milhões em seis meses! Quarenta e um milhões de reais para promover um programa que ele criou, da sua cabeça, que se chama Acelera. É um programa promocional, um programa vazio, um programa sem consistência e – muito mais grave do que sem consistência – um programa que usa dinheiro do povo para enganar o povo, prometendo uma casa a cada duas horas, prometendo uma clínica da mulher em cada Município do Estado, nos 139 Municípios do Estado. E não construiu nenhuma para fazer um remédio.

Nós estamos, graças a Deus, com um Ministério Público atuante. Já está aqui no Ministério Público Federal, na câmara que averigua todas essas peças,

esses papéis, esses documentos, mostrando a exorbitância no gasto. Não tem uma propaganda contra o crack; não tem uma propaganda lembrando as mulheres de fazerem o seu exame de câncer de mama; não tem uma propaganda lembrando as mulheres de fazerem o seu Papanicolau, prevenindo-se contra o câncer de colo de útero; não tem nenhuma propaganda estimulando os jovens a não abandonarem o 2º Grau – o Ensino Médio, hoje. No nosso Estado, 56% dos jovens de 19 anos abandonaram o Ensino Médio no Tocantins por falta de oportunidade.

Naquela pesquisa IBGE, terrível, na qual 19% dos brasileiros responderam que passam fome sempre ou às vezes, que comem mal, comem pouco; no Tocantins, 53% das pessoas responderam que comem mal ou que passam fome. E o Sr. Carlos Gaguim queima, torra R\$41 milhões, que, no dia 30 de agosto, passaram a R\$46 milhões, com gastos promocionais para ele ficar conhecido no Estado. Por quê? Porque ninguém o conhece. Pouquíssima gente o conhece, porque ele foi eleito indiretamente, como naquele tempo da ditadura. Ele foi eleito pela Assembleia Legislativa, com 22 votos, porque o governador anterior, que está na sua chapa hoje e que é candidato ao Senado, foi cassado por compra de votos. Ele assumiu, então, numa eleição indireta. Como ele sempre foi um Deputado votado de forma medíocre, um dos menos votados no Estado, exatamente pela sua prática – suas vitórias sempre foram através de métodos escusos –, agora ele acha que pode ganhar o Governo do Estado comprando votos no Tocantins.

Por isso, eu venho, Sr. Presidente, requerer a esta Mesa que encaminhe ao TSE e à Superintendência da Polícia Federal o pedido de presença maciça das forças, das tropas federais no Tocantins. Nós já temos uma constatação, feita no Jornal Nacional, a partir de números dados pela Polícia Federal. Pelo amor de Deus, não deixem fazer no Tocantins uma fraude eleitoral!

Que a Polícia Federal, em quem confiamos, possa estar lá com seu serviço de inteligência apurando as denúncias que fizemos no nosso Estado. Dizem que vão contratar 50 mil pessoas a R\$200,00 nas cinco maiores cidades do Estado. E que vão contratá-las, Senador Buarque, de forma transparente. Vão pegar as contas dos Senadores, a do próprio Governador, a dos próprios cabos eleitorais Deputados, e vão contratar 50 mil pessoas legalmente, com recibo, oficialmente, porque é uma campanha dos cofres cheios, abarrotados. Mas tenho certeza de que a Justiça vai falar mais alto.

Sr. Presidente, não é só isso. Venho aqui fazer outro clamor e pretendo gastar apenas poucos mi-

nutos. Como disse há pouco, o Governador Marcelo Miranda, do PMDB do Tocantins, foi cassado em setembro do ano passado, exatamente no dia 9 de setembro de 2009. A Justiça julgou, por sete a zero, que houve compra de votos. Enfim, uma tragédia para o Tocantins. Em seguida, o Sr. Carlos Gaguim ganhou na Assembleia Legislativa, em uma votação indireta, e tornou-se Governador.

De acordo com a Lei Complementar nº 64, de 1990, que é uma norma infraconstitucional, uma lei de plena aplicação porque é de 1990, o cidadão que tiver sido cassado por contas rejeitadas, por abuso de poder político, estará inelegível por três anos. Portanto, se Marcelo Miranda foi cassado no dia 9 de setembro de 2009, com mais três anos, só poderá ser candidato em 2012, a não ser que eu não saiba fazer contas. Não quero entrar no mérito sobre se ele merece ou não; ele que vá buscar os seus direitos, os seus recursos. Só quero que a lei seja cumprida.

Mas isso não é o pior. Eu respeito a democracia. Se a lei, ou a Justiça, decidir pela sua permanência, que seja feita a vontade da Justiça. Mas venho aqui hoje clamar não pelo mérito de Marcelo Miranda, sobre se deve ou não, sobre o que fez e o que não fez. Venho aqui, Sr. Presidente, suplicar a esta Mesa que peça ao TSE, uma grande Corte deste País, que prima pela agilidade, que, assim como foi ágil nos processos que foram julgados recentemente, do Governador do Distrito Federal, do Jader Barbalho no Pará, de Paulo Maluf em São Paulo... Por que o processo de Marcelo Miranda está lá no TSE e não pode ser julgado? Apenas, como cidadã, como Senadora da República, tenho o direito de saber quais são os critérios que o TSE usa para julgar um, primeiro, o segundo, o terceiro... Ou não julgar. Ou se não tem prazos.

Qual é a minha angústia, Senadora Marisa Serrano? Desde o dia 1º de setembro, mesmo que o ex-Governador Marcelo Miranda seja cassado – amanhã, hipoteticamente – o rosto dele não sairá mais da urna eletrônica. Se fosse no passado, quando a cédula era de papel, seria possível trocar e imprimir na gráfica, em 24 horas, nova cédula. Mas, com a urna eletrônica, não se troca mais o nome nem o rosto do candidato. Portanto, se Marcelo Miranda for julgado amanhã e condenado – que eu não sei se será –, ele continuará na cédula. Portanto, por ter sido governador por oito anos, é claro que é popular e está bem nas pesquisas eleitorais. Só que nós vamos estar vivendo uma fraude eleitoral. O povo do Tocantins estará sendo enganado.

A Justiça, o TSE, pela sua supremacia, pela sua agilidade, precisa dar uma resposta ao Tocantins: se Marcelo Miranda pode mesmo ser candidato, ou se Marcelo Miranda não pode ser candidato. O povo do

Tocantins tem o direito de saber antes das eleições. Ou será que nós vamos esperar o candidato, no dia 30, por vontade própria, substituir o seu nome pelo daquele que ele tem vontade de colocar no seu lugar, e o povo vai votar em um e levar outro de presente?

A minha preocupação é só essa, Sr. Presidente. Eu não quero participar de uma fraude eleitoral. Nós não queremos ver o processo do Tocantins nas páginas dos jornais, porque, se isso acontecer, eu não tenho profundo conhecimento, mas apenas a impressão de que teremos uma eleição cancelada, uma eleição para o Senado anulada. E estaremos sob pena de termos que fazer uma nova eleição.

Não é possível que o Brasil vá aceitar, que o Tocantins vá aceitar votar num candidato A e eleger o candidato B. Votar em João e eleger Maria. Não dá, Sr. Presidente! Preciso trazer aqui esta preocupação. Eleições anuladas, não! Nós podemos ter esse risco. Nós não podemos ter uma falseamento nas eleições.

Eu não estou aqui tratando da nova Lei Complementar nº 135, de 2010, do Ficha Suja, absolutamente. Nesse caso do ex-Governador Marcelo Miranda, candidato ao Senado, aplica-se apenas a Lei Complementar nº 64; a Lei Complementar nº 135 apenas amplia o impedimento do ex-Governador Marcelo Miranda para oito anos. Hoje, são três. Este é um fato pacificado: três anos. Agora, se ele foi enquadrado no Ficha Suja e ganhar oito anos, ele que vá ao Supremo Tribunal Federal se defender e tentar procurar seus direitos. Mas hoje, segundo a lei complementar, praticamente, salvo engano, conforme todos os advogados com quem conversei neste País, os mais renomados, ele não pode ser candidato, ele deverá ter seu registro de candidatura anulado.

Por isso não compreendo que tantos tiveram seu julgamento já quase que instantâneo, como, repito, Joaquim Roriz, Jader Barbalho, Paulo Maluf, e já estão julgando outros Deputados do interior do Brasil, e que o ex-Governador Marcelo Miranda, candidato ao Senado – é uma coisa muito séria – ainda não tenha sido julgado. Por quê? Nós queremos saber. O Tocantins quer saber. Nós precisamos saber.

Por isso, rogo ao TSE, ao Relator Aldir Passarinho... Eu tentei audiência com ele para me esclarecer, mas, infelizmente – entendo suas ocupações –, ele disse que só poderá me receber depois das eleições. Aí será tarde demais, a Inês estará morta, e o meu Estado poderá ter votado numa fraude: votado em João e eleito Joaquim.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui esta solicitação à Casa, ao nosso Senado Federal, mesmo porque o Ministro Aldir Passarinho também foi Relator de um Deputado lá do Tocantins, companheiro nosso, da nossa

coligação, que se chama José Diversina. O processo dele chegou às mãos do Ministro Aldir Passarinho no dia 16 de agosto, e já foi julgado. Ele foi impedido, o seu registro já foi cassado, a Lei Complementar nº 64, de 1990 foi cumprida. E Marcelo Miranda, cujo processo foi protocolado seis dias antes, no dia 10 de agosto, ainda não pôde ser julgado. Entendo que são muitos processos, entendo que é muita demanda, mas sinto a necessidade de deixar aqui este pleito para que o nosso TSE, importante Tribunal deste País, possa fazer justiça a todos.

José Diversina é um rapaz simples, humilde, do interior do nosso Estado, do Município de Paranã. Foi um vereador que teve as suas contas rejeitadas na Presidência da Câmara Municipal de Paranã. Quer dizer, é uma pessoa que está, inclusive, injustiçada: “Por que eu, uma pessoa simples, já fui julgado, e um poderoso candidato ao Senado, ex-governador, não foi julgado ainda, mesmo que seu processo seja anterior ao meu?”.

Sei que na Justiça os processos são diferentes, existem os detalhes. Respeito todo o tempo dos juízes, eu acho que ninguém pode trabalhar precipitadamente, nem juiz, nem senador. Nem ninguém deve estar aqui também votando precipitadamente. O cidadão brasileiro tem o direito de cobrar de nós, no Senado, quando atrasamos uma votação. Nós recebemos pressão pública nessas galerias, na imprensa – que trabalha com muita correção –, nas ruas dos nossos Estados, do nosso País. Portanto, também nos sentimos no direito de clamar por uma votação no Tribunal Superior Eleitoral, já que estamos a 18 dias das eleições.

Hoje, Marcelo Miranda já não sai das urnas eletrônicas, mas nós teríamos tempo, o TRE inclusive, de fazer propaganda na televisão – como também o nosso partido, a nossa coligação – e também panfletar no Estado, distribuir folhetos, mostrando que não é candidato mais, que ele foi cassado, se assim ele o for. Hipoteticamente, se o for. Não desejo que seja nem que não seja. Eu só desejo que, no meu Tocantins, a eleição não se assemelhe a uma fraude, que possa ser comparada e explanada pelo Jornal Nacional de forma negativa. Isso dói muito, Sr. Presidente. Nós não criamos o Tocantins para isso. Nós não criamos o Tocantins para ver o seu nome na lama. Foi com a ajuda desta Casa, dos Deputados e Senadores, em 1988, que nós criamos o Tocantins, para ser um exemplo nacional em todos os aspectos.

Portanto, peço aqui as tropas federais e peço ao nosso TSE que julgue o processo do ex-Governador Marcelo Miranda, candidato ao Senado pelo Tocantins.

Clamo ao Relator Aldir Passarinho, com todo o respeito, que ele possa dar uma luz e a informação correta aos eleitores, para que eles possam ir às urnas sabendo em quem vão votar e terem o livre arbítrio de escolher e eleger o Senador da República que mais lhes convier.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senadora Kátia Abreu, parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a!

Quero dizer que há uma extrema coincidência de fatos. O Estado da Paraíba, anos atrás, numa eleição para o governo do Estado, numa eleição entre o 1º e o 2º turnos, foi invadido por recursos materiais e financeiros oriundos do Estado do Tocantins. O segundo turno foi realizado exatamente sob a égide dessa invasão do Tocantins. O candidato apoiado pelo governo da época, do Tocantins, foi vitorioso e, posteriormente, cassado. Nessa cassação aconteceu exatamente o que acontece no Tocantins com o candidato ao Senado, acontece exatamente o que acontece no Tocantins. São duas situações absolutamente idênticas, na qual, hoje, 15 de setembro, esse candidato, se supostamente for cassado, também terá na urna eletrônica seu nome, da forma não conveniente, pelo menos da forma que V. Ex^a clama para que no Tocantins não aconteça. Possivelmente na Paraíba vai acontecer a mesma coisa: o candidato ao Senado não vai ser candidato, vai ser um outro, Maria, José ou X, e, na urna eletrônica, constará o nome daquele candidato originário, caso seja cassado. Também, como V. Ex^a disse, não desço ao mérito de que vai ser ou não vai ser enquadrado no Ficha Limpa...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Que julguem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Que julguem.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Que julguem, é um direito que temos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Mas na Paraíba vai haver exatamente a mesma fatalidade que, possivelmente, acontecerá no Tocantins.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Com certeza, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Apertar o botão e aparecer uma cara que não é a cara da pessoa que vai ser eleita.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Com certeza, Sr. Presidente. Alio-me às suas angústias, do seu Estado. É um direito que todos têm. Mesmo gostando do candidato, infelizmente, ele, não podendo ser candidato, pelo fato de ser popular e ter a vontade

do povo a favor dele, não significa que ele possa ser substituído por alguém desconhecido, anônimo, e as pessoas possam se sentir enganadas.

Portanto, é o mesmo caso do Tocantins. E, se nos unirmos nesse mesmo pleito – lá são outros Senadores, Bancada Federal, como no Tocantins –, poderemos pedir que esse julgamento seja feito pelo menos em 15 dias, para que possamos ter tempo suficiente para avisar ao povo do Estado que lá vai aparecer o rosto de uma pessoa, mas que ela não estará concorrendo, o que já é uma aberração, o que já é um abuso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Por permuta com o Senador João Faustino, pela nova ordem, está com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas semanas, nós todos fomos sacudidos pelas denúncias e escândalos acontecidos neste País. A imprensa toda noticiando, as pessoas se mobilizando, todo o aparato que temos de mídia eletrônica focados na questão das denúncias dos escândalos. Começou com a quebra de sigilo fiscal dos dirigentes do meu partido, o PSDB, e depois da filha e do genro do candidato José Serra.

Disse há pouco, quando o Senador Alvaro Dias ocupava a tribuna, que é difícil para as pessoas entenderem o que é sigilo fiscal, mas é tão simples poder traduzir em uma coisa que as pessoas entendam. É justamente invadir a sua privacidade, pegar o salário que você ganha, o seu holerite e esmiuçar, esquadriñar como você ganhou, quanto você gastou e em que você gastou. Você tem que ter a liberdade de poder usar o seu dinheiro da forma que lhe aprouver e não passar pela desfaçatez de ver as pessoas se meterem na sua vida, ou seja, ter a sua vida privada tornada pública, principalmente ainda porque isso está protegido por lei.

Cabe ao Governo proteger a vida privada do cidadão, proteger o direito do cidadão. Na hora em que o Governo não consegue fazer isso, em que o Governo deixa que entrem na sua vida privada, isso pode se tornar um escândalo – e vai se tornar um escândalo nacional –, mas muito mais do que isso, pois deixa as pessoas inseguras, já que as pessoas passam a não ter a segurança e a tranquilidade de que terão as suas vidas preservadas pelo Governo, ou seja, de que o Governo, com a sua conduta, vai garantir o sigilo da vida das pessoas.

Eu quero dizer também que as denúncias que vimos aí – o tráfico de influência da família da Ministra

Erenice Guerra – é aquilo que chamamos de frouxidão moral do Governo, quando as coisas começam a se deteriorar no Governo.

Não se trata de um escândalo só, mas de um sentimento nacional de impunidade. São escândalos que estão em todos os lugares e afetam todas as pessoas. Às vezes, dizem, Senador Roberto Cavalcanti, que Preside esta Casa neste momento, que aqui no Congresso Nacional e que Brasília é a cidade dos escândalos, dos corruptos. Eu já ouvi isso, V. Ex^a deve ter ouvido isso. Dizem que todos os políticos são corruptos, todos eles, sem separar o joio do trigo, ou seja, aqueles que são corruptos daqueles que não o são, que trabalham com seriedade, que trabalham pensando no bem público.

Então, quando sentimos isso no País e vemos as pessoas misturando o dinheiro público com o dinheiro particular, pegando o dinheiro público e enfiando no seu próprio bolso, fazendo com que o dinheiro para os postos de saúde, para as escolas, para melhorar a vida do cidadão vá para o bolso de alguns, essa é frouxidão moral que nós não queremos para o Brasil.

E eu quero falar aqui de dois casos que aconteceram no meu Estado, Mato Grosso do Sul.

É bom que se diga que as pessoas, mesmo que não tenham ouvido falar em Dourados, no meu Estado, Mato Grosso do Sul, devem ter acompanhado o que aconteceu lá nesses últimos dias. Toda a cúpula da prefeitura foi presa: Prefeito, Vice-Prefeito, Primeira-Dama, Secretários; toda a Câmara de Vereadores foi presa, dois indiciados e só uma vereadora que não teve seu nome envolvido nas falcatruas. Dinheiro grosso, dinheiro de licitação, dinheiro que era para ir para o bem do cidadão passou a fazer parte da vida particular de alguns. Aí você diz: “É só isso que aconteceu em Dourados? Só aconteceu lá, em Dourados?”. Na mesma semana, em outra cidade do meu Estado – e olha que o meu Estado é um Estado dito correto no País, é um Estado de economia sólida, é um Estado moderno –, mas em Itaquiraí, outra cidade do meu Estado, o que nós vimos? Pessoas ligadas ao Incra, funcionários do órgão, usando terra, a parte que era para os sem-terra, de aglomerados do Incra, para chácaras de lazer de determinadas pessoas, e não era uma pessoa só, não; muitas pessoas. Quer dizer, até a terra dos sem-terra foi desviada. Aí você pergunta: “Mas só em Itaquiraí e em Dourados que aconteceu isso?” De jeito nenhum. Não estou falando do passado, de tudo o que tem acontecido neste País, estou dizendo agora, deste último mês.

Aí você liga a televisão e vê o escândalo do Amapá: Governador preso, ex-Governador e candidato ao Senado preso, todo mundo preso. E aí ficamos ima-

ginando como em um governo como o do Amapá as licitações – pasme, Senador Heráclito Fortes – têm mais de 2.000% de superfaturamento. E fico mais indignada ainda – apesar que a indignação tem que ser em todos os casos –, mas mais ainda porque o grosso da falcatrua e da corrupção foi na Secretaria de Educação, até a merenda escolar dos nossos alunos foi enredada nessa trama que envergonha o País. É o Governo Federal dando o mal exemplo.

Falamos muito que a família tem que dar o exemplo, que os pais têm que dar o exemplo. Nós temos aqui hoje vários visitantes nos ouvindo, tenho certeza de que o povo brasileiro também está nos vendo e ouvindo. O exemplo vem de cima, diz o ditado, mas se nós não temos o exemplo vindo de cima, se o Governo Federal não dá o exemplo, se os governos estaduais não dão exemplo; se os governos municipais não dão exemplo, o que é que a população tem? Qual é a imagem que fica para a população? Qual é o recado que estamos dando a ela? Estamos dando a ela o recado da impunidade, de que neste País tudo é permitido; que a corrupção vale a pena.

Eu dei exemplo dos Municípios de meu Estado, dei exemplo do Governo do Amapá e dei exemplo do Governo Federal. Todo mundo metido em falcatruas! Todo mundo metido em corrupção! É isso que nós não queremos para o País. É isso que não queremos para nossos filhos nem para nossos netos. É isso que nós não podemos deixar como legado de nossa vida, principalmente mostrando ao mundo que este é o País do jeitinho, que este é um País em que se pode furar fila sem nada acontecer; um País em que você suborna o guarda de trânsito quando não porta a carteira de habilitação ou está com a carteira vencida, ou se parou em lugar indevido; um País em que todo mundo dá um jeito: até funcionário público pode levar para casa as canetas da repartição. Coisas que denigrem a força moral do povo brasileiro. É isso que nos deixa indignado! É isso o que o brasileiro não pode admitir!

Eu disse, hoje, fazendo um aparte ao Senador Alvaro Dias, que o povo brasileiro parece estar anestesiado. Não sei o que aconteceu com o povo brasileiro que está achando que tudo está ótimo neste País; que tudo está uma maravilha e que, graças a Deus, tem de continuar como está. Isso não é verdade, Senador Roberto Cavalcanti! A economia do País não pode ser superior à qualidade moral do povo que habita este País. O povo brasileiro, a seriedade do povo brasileiro, a conduta – a boa conduta: conduta moral e ética do povo – tem que ser muito superior à economia do País.

Eu quero um País de economia sólida. Fernando Henrique alavancou todas as áreas para garantir que

o Governo Lula tivesse condições de fazer o que fez na economia, para que tivesse a base de sustentação, de seriedade, de comprometimento com tudo aquilo que era importante de ser feito na economia para que hoje nós pudéssemos surfar em uma onda boa, não só nacional como mundial.

Agora, isso não é o mais importante. O mais importante, como eu disse, é a garantia de termos um povo sério, um povo honesto, um povo que saiba seus limites e um Governo que respeite o seu povo.

A gente fala muito aqui em Estado democrático de direito. Às vezes, as pessoas não aquilatam bem o que é isso. Isso significa que o cidadão tem direitos que estão inscritos na Constituição e que têm de ser respeitados por todos, principalmente pelos governantes. Os governantes têm uma procuração nossa para respeitarem nosso voto, para respeitarem nossa escolha.

Quero aqui dizer, Sr. Presidente, que estamos a menos de três semanas das eleições. Espero que, nessas eleições, o povo brasileiro saiba escolher, vá às urnas não como vaquinha de presépio, não porque a manada toda está indo e ele vai junto; não como estou ouvindo alguns dizerem: "Não, eu não quero perder meu voto: vai ganhar, eu voto". Não! Eu quero que o povo brasileiro analise criteriosamente seus candidatos, para não dizer que os políticos são corruptos, para não dizer que os políticos são ladrões.

O seu voto vai garantir um assento aqui nesta Casa. O seu voto vai garantir quem vai estar na Casa ao lado, na Câmara dos Deputados. O seu voto é que vai colocar aqui o exemplo que nós queremos no Governo Federal. É o seu voto que vai nos dar a tranquilidade da lisura, do uso do dinheiro público nos governos estaduais e, principalmente, nas Assembleias Legislativas.

Portanto, Sr. Presidente, este é o momento de o povo brasileiro, de cabeça erguida, ir às urnas no dia 3, feliz por estar numa democracia, feliz por poder escolher os seus representantes, porque, se tivesse numa ditadura, isso seria impossível. Mas, criteriosamente, escolha os seus representantes. Veja a vida pregressa de cada um. Veja o que realmente já fizeram pelo bem do povo. Veja se têm condições morais e éticas de trabalharem por um País mais justo, por um País mais digno.

E, aí, Sr. Presidente, eu acredito que nós vamos ter sucesso e vamos legar às futuras gerações aquilo que gostaríamos que elas tivessem: o orgulho de ser brasileiro, o orgulho de ter uma pátria, o orgulho de ter nascido no Brasil e um sentimento ainda muito maior de nacionalismo, de nacionalidade, de cidadania, a garantia que nós queremos dar a todos os brasileiros,

crianças ainda, que um dia serão os dirigentes deste País, a garantia de que nós estamos trabalhado com seriedade para legar-lhes um País mais altaneiro, mais sério e, principalmente, mais comprometido com a causa pública.

Quero terminar minha fala, Senador Roberto, Senadores e Senadoras, dizendo que eu tenho andado muito por este País, tenho ouvido muitas pessoas. E, às vezes, entristece-me ver que as pessoas estão descrentes da política pela corrupção desenfreada, pela falta de ética e moral dos nossos governantes, como eu havia dito, desde o Governo Federal, que não dá o exemplo, até os governos municipais.

Eu quero pedir ao povo brasileiro que não esmoreça, que vá às urnas no dia 3 pensando que pode mudar, que está na sua mão, na sua vontade melhorar este País e que coloque na urna nome de pessoas comprometidas com a seriedade, comprometidas com a verdade. Eu tenho certeza de que vocês não vão se arrepender dos políticos que escolherem.

Sr. Presidente, muito obrigada pelo tempo. Espero que realmente dia 3 seja a festa da democracia, a festa do povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a não tem de agradecer, estava dentro do tempo, inclusive não utilizou vários minutos, para compensar os cinquenta minutos de Alvaro Dias.

Como orador, pela Minoria, convoco o hábil Heráclito Fortes, que conseguiu sair do 10^o lugar, para furar a fila competentemente, falando pela Minoria. É um prazer, Senador, tê-lo na tribuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, feliz é o país onde as minorias têm vez e têm voz. Daí por que, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma temeridade absurda esta tentativa do Governo de dizimar a Oposição no Senado da República. É algo sem nenhum cabimento, é algo danoso para as instituições democráticas, uma vez que a função do Senado da República é exatamente a de fiscalizar as ações do Presidente da República.

Acho que, se S. Ex^a tivesse ouvido ao longo do tempo do seu mandato os alertas feitos pelos Senadores, seus adversários, talvez não tivesse neste momento passando por novos vexames de acusações de corrupção envolvendo membros do seu Governo.

Não é a primeira vez que os Correios são foco de veladas denúncias. E nada foi apurado. Também não é a primeira vez que a Casa Civil sofre denúncias, inclusive de montagem de dossiês, sem que apurações se processassem, dando-se com isso a sensação de impunidade a quem pratica tais irregularidades.

O Brasil parece que vive um momento de anestesia. Os escândalos já não causam estranheza, parecem rotineiros, parecem uma coisa do dia a dia.

Sr. Presidente, no Estado do Piauí, nós estamos vivendo momentos de denúncias que não são apuradas, como o caso da Emgerpi, que é um escândalo que envolve milhões e que se encontra sobre as mãos da Polícia Federal, e esses fatos simplesmente não são apurados.

Mas o Brasil também está vivendo outro momento, que é o da desmoralização das pesquisas. Eu estou falando isso porque peguei agora há pouco um discurso do Senador Mozarildo Cavalcanti, proferido desta tribuna no dia 2, em que cita irregularidades gritantes em pesquisas feitas no seu Estado, também no Amapá e em mais um outro Estado que não vem ao caso aqui agora.

Na matéria, ele oferece a informação de que a manipulação da pesquisa foi oferecida pelo valor de R\$1 milhão e que o Ibope, um instituto de pesquisa que criou nome ao longo do tempo, dirigido pelo Carlos Augusto Montenegro, alega simplesmente que, nesses Estados, a pesquisa foi terceirizada.

É injustificável, porque o nome que está lá é o do Ibope. É a mesma coisa que se colocar algo falso dentro de uma garrafa de Coca-Cola e a Coca-Cola não tomar imediatamente providências para reparar o dano causado a um nome que lutou durante muitos anos para construir.

Eu digo isso porque essa banalização atinge o Estado do Piauí, e esse mesmo Ibope tem trazido resultados totalmente esquisitos. E, o mais grave, são resultados anunciados por setores conhecidos com três, quatro dias de antecedência.

Eu tenho o maior respeito pelo Sr. Montenegro e acho que é chegado o momento de ele prestar esclarecimentos sobre isso, uma vez que ele faz parceria com uma emissora, a Globo, que preza muito pela credibilidade das suas informações. E é inaceitável essa terceirização sem que o terceirizado tenha condições de fazê-lo.

Lá no Piauí, Sr. Presidente, não se respeita mais a lei: fazem-se contratos de terceirizados dentro do prazo eleitoral; as construtoras param as obras porque não recebem os pagamentos devidos; dinheiro de programas específicos – como, por exemplo, recentemente, a liberação de R\$70 milhões do BNDES, dirigido pelo sério economista Luciano Coutinho – é colocado para pagamento de pessoal; construtoras vão à imprensa denunciar e justificar o motivo da paralisação das obras. E tudo fica por isso mesmo.

Ontem, fiz uma denúncia grave e ganhei, com isso, a oportunidade de aceitar o convite do Dr. Adão,

Procurador Eleitoral, para, amanhã, numa audiência, mostrar-lhe alguns aspectos do que vem acontecendo nesse pleito eleitoral, no qual um sofisticado processo de corrupção foi instalado no meu Estado, com participação de autoridades diretas, inclusive de membro do Governo federal, com liberação de emendas federais em troca de sufrágios.

Nós estamos com dados e vamos entregar a S. Ex^a para que ele apure, para que ele investigue. Eu espero, após 28 anos de mandato, buscando a reeleição – muito bem aceita pelos piauienses –, poder contribuir para o aprimoramento desse processo.

É insuportável o que está se vendo no meu Estado, o Estado mais pobre da Federação, talvez com as eleições mais caras. Eu sempre participei de pleitos no Piauí, fiz eleições organizadas, mas tudo com transparência e com declaração à Justiça Eleitoral, conforme manda a lei.

No Piauí, veem-se centenas e centenas de milhares de cavaletes, fotografias, **banners**, marqueteiros importados e, na prestação de contas dos candidatos, esses custos não aparecem.

A compra e venda de votos é falada a torto e a direito nas rodas políticas do Estado. Existem casos clássicos, concretos e que espero sejam apurados.

Amanhã vou disponibilizar a S. Ex^a a quebra de meu sigilo bancário e telefônico para facilitar a apuração. Eu quero dar um bom exemplo.

É preciso que se dê um basta aos exageros que vêm ocorrendo no meu Estado em relação ao uso da máquina pública. Eu vou elencar a ele pelo menos dez exemplos concretos na esperança de que S. Ex^a, que é um homem sério, dedique-se à busca da verdade e possa realmente verificar se os fatos que relatei são verdadeiros ou não. Aliás, eu fiz isso por ser um municipalista convicto e achar que nós devemos preservar a instituição do municipalismo prontificada pelo prefeito.

O pior de tudo isso é que o eleitor fica à margem dessa distribuição farta de recursos, não se beneficia e é levado a votar em nome de lideranças ou para atender lideranças que se locupletam, muitas vezes de maneira inescrupulosa, desses benefícios. São fatos graves. A gente lê na imprensa que já abriram quarenta, cinquenta, sessenta procedimentos investigatórios, mas é preciso que algo de concreto seja realmente mostrado.

Ao fazer ontem a denúncia de um caso concreto que tenho facilmente como provar, fiz no sentido de colaborar com o aperfeiçoamento desse processo. Caberá ao prefeito em tela mostrar a sua inocência e processar não a mim, mas o preposto que em seu

nome me procurou com o telefone ligado, conectado ao seu.

Esses fatos facilmente serão esclarecidos, só dependerá da vontade da Justiça Eleitoral e da Polícia. Eu não desceria da posição que ocupo se não tivesse segurança do que disse.

Aliás, em Teresina, existe um silencioso manto que cobre denúncias feitas por seguidores do ex-Governador a respeito do desaparecimento de uma fortuna, de um dinheiro de grande calibre – uns dizem que são US\$8 milhões, outros dizem que são US\$12 milhões – que estaria num paraíso fiscal português. Se é verdade ou não, é preciso que isso seja esclarecido. Se foi bebedeira do Secretário ou ex-Secretário, ele tem de prestar esclarecimentos. Mas foram afirmativas feitas, ouvidas por várias pessoas, que, pelo conceito do cargo que ele ocupa, merecem credibilidade.

Dessa forma, estou absolutamente tranquilo de cumprir com o papel constitucional de fiscalizador. Eu não poderia, como Senador, de maneira nenhuma, aceitar a abordagem de um oferecimento espúrio de compra de voto, num verdadeiro leilão. Nunca fiz isso na minha vida pública e jamais o farei, até porque o que me conduz às sucessivas vitórias no Estado do Piauí é minha convivência com a base, com o Município, é o trabalho prestado e, acima de tudo, minha postura no Senado da República.

Minha vida pública já foi vasculhada por adversários, por esses que não me querem retornando ao Senado porque acham que não me calo, que sou uma voz que não silencia diante dos aloprados e do dólar na cueca, que está sempre presente e que é um incômodo para o Governo. Imaginem os senhores se, no Senado, não houvesse Senadores que, de maneira corajosa, alertam a Nação para fatos que ocorreram rotineiramente nos últimos sete anos e meio! Infelizmente, não há nenhum punido até agora, mas, aí, é outra história. Nós cumprimos nossa parte.

Portanto, estou fazendo este pronunciamento em respeito aos meus queridos amigos piauienses, que me receberam e que me recebem, no dia a dia, de maneira tão carinhosa!

Agora, eu queria mandar um abraço muito apertado para meus amigos de Santana do Piauí, onde estive ontem. É uma cidade onde tenho participação no desenvolvimento, com várias obras para lá alocadas, como Deputado e como Senador, e onde, de repente, por questões inaceitáveis ou injustificáveis, as lideranças políticas fizeram outras opções. Ontem, estive lá com o candidato a Governador Sílvio Mendes, fiz um pronunciamento e fui muito bem compreendido pela população. Saí de lá feliz da vida, ao ver que o povo ainda é livre. O povo se liberta, cada dia mais, de al-

guns grilhões que o atormentam, mas, para que isso aconteça, é preciso que estejamos sempre atentos. Não podemos baixar a cabeça – embora, às vezes, pagando um preço alto, reconheço – por fatos que acontecem e que enlameiam a vida pública brasileira.

Sr. Presidente, tenho a consciência tranquila por todos os atos públicos que pratiquei ao longo da vida, inclusive o de assumir a Primeira Secretaria do Senado no momento mais difícil, em que me coube a responsabilidade de fazer a reestruturação administrativa, acabando com atos secretos, dando transparência aos processos, reduzindo custos, e de fazer a reforma administrativa que beneficiou os servidores da Casa. Tenho a consciência tranquila, porque, por onde passei, deixei marcas com obras sociais, como o SOS Teresina. O SOS Teresina, Senador Roberto Cavalcanti, foi um programa iniciado na minha gestão e, depois, copiado por algumas capitais do Brasil, inclusive por João Pessoa. No início do Governo Lula, esse programa foi federalizado e, hoje, chama-se Samu. O Samu nasceu na minha administração em Teresina, e até o número 192 foi mantido – é o mesmo.

Faço este pronunciamento, deixando registrado nos Anais da Casa também meu agradecimento pela maneira carinhosa com que venho sendo recebido, ao lado do Sílvio Mendes e do Mão Santa, por onde passamos. É o povo reconhecendo a luta que travamos aqui, no Senado.

Esta Casa não é uma casa de aventuras, nem de aventureiros. Não é um bico para quem vive de negócios e tem o Senado apenas como um endereço sofisticado para receber sócios ou apaniguados. O Senado da República é uma Casa que exige dedicação exclusiva. As CPIs – e delas participei por várias vezes – são feitas para esclarecer, não para extorquir. Não se pode vir para cá a serviço de corporativismo e pertencer a bancadas específicas que, muitas vezes, são nocivas à Nação. Um Senador da República tem de servir seu Estado como um todo.

Portanto, Sr. Presidente, deixo esta tribuna, agradecendo penhoradamente ao povo piauiense, principalmente aos teresinenses, pela maneira carinhosa como tenho sido recebido nessa caminhada, que, tenho certeza, mais uma vez, será vitoriosa.

Aliás, Sr. Presidente, esses mesmos institutos de pesquisa, há oito anos, colocavam-me em terceiro lugar ou em quarto lugar. Quando as urnas foram abertas, fui o Senador mais votado do Piauí. E podem ficar certos de que, quando é boa, quando atende ao povo, a história se repete. E essa é uma história que se repetirá, graças a Deus!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Heráclito Fortes, estou presidindo a sessão, mas, na verdade, eu gostaria de ter apartado V. Ex^a. Não pude fazê-lo em função de aqui estar cumprindo essa missão.

São três testemunhos, e um deles é referente ao Samu. Nesta semana, exatamente no sábado à noite, eu estava em casa quando uma pessoa amiga me ligou porque seu pai estava passando muito mal. Fui em busca de socorro. Chegando lá, fizemos exatamente este procedimento: ligamos para o serviço 192 e recebemos um atendimento em nível de Estados Unidos, por exemplo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – É uma coisa que surpreende nesse Nordeste nosso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – O mesmo deve acontecer no Piauí, o mesmo acontece na Paraíba. Veio uma ambulância especial. As pessoas que operavam a ambulância tinham a maior competência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – São treinadas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Elas são treinadas. Deram os primeiros socorros. Levaram para o hospital o paciente, que, ainda hoje, está hospitalizado.

Assumo o compromisso de aqui fazer um pronunciamento elogiando o Samu Brasil, o Samu cujo nascedouro teve a participação de V. Ex^a.

Outro aspecto que eu gostaria de abordar é tocante ao comportamento de V. Ex^a na Mesa, nesta direção do Senado. Sou testemunha disso. V. Ex^a sabe que, por diversas vezes, eu o procurei, no sentido de buscar seriedade, agilidade, competência e a moralização do Senado Federal, para que V. Ex^a tomasse providências. V. Ex^a, muitas vezes, foi mal compreendido, não foi entendido por uma imprensa que quis distorcer naquele momento a história do Senado Federal, mas V. Ex^a teve a coragem de, apartidariamente, posicionar-se em benefício do Senado e da moralidade e de estabelecer novas regras.

Por fim, quero que V. Ex^a entenda minha dificuldade. V. Ex^a falou de 28 anos de mandato, e tenho apenas dois anos de mandato. Veja como é difícil para mim acompanhá-los, de forma geral. Como é difícil acompanhar V. Ex^a no brilhantismo desses 28 anos de trajetória! Cada vez, transpiro mais e me esforço mais. Não é brincadeira, porque são 28 anos contra

dois anos de mandato. São 28 anos de experiência de V. Ex^a, com a qual o Brasil ganha. Eu o parabenozo pelo pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quero dizer a V. Ex^a que esta Casa se engrandeceu com sua presença aqui. Fique certo disso, e, mais ainda, tenho certeza, a Paraíba.

Vou finalizar, já que V. Ex^a puxou a questão do Samu, dizendo que, no dia 7 de setembro, fui convidado pelo Prefeito de Picos, Gil Paraibano, seu conterrâneo, para assistir ao desfile militar da cidade. Cheguei lá, o desfile começou às 7h30. Nunca vi nada tão bem organizado. Quero até aproveitar para parabenizar Picos e o Prefeito e o entusiasmo daquela população. Mais de oito mil pessoas participaram daquele desfile. A praça estava com as arquibancadas lotadas. Mas a grande emoção que tive foi quando vi um grupo do Samu passar e simular, em frente ao palanque, um atendimento de urgência. Passou pelos meus olhos aquilo tudo começando na minha administração, quando eu era Prefeito de Teresina. Na época, há quase vinte anos, uma assistente social chamada Maria Clara e a equipe que trouxemos dos Estados Unidos – foram os primeiros peritos que vieram para treinar aquele tipo de atendimento –, faziam rigorosamente aquilo que se repetia naquela manhã ensolarada. Eles, em dois minutos, completavam todo o procedimento do salvamento simulado da vítima de um acidente.

É realmente algo extraordinário! Digo-lhe com toda a sinceridade que, se eu parasse minha vida pública agora, neste instante, eu já me daria por satisfeito, pois eu estaria feliz de ter tido a felicidade de, com o auxílio de um amigo médico muito querido, que é o Alcenor Almeida, proceder à ideia inicial do SOS Teresina, que hoje é o Samu, e de saber que, primeiro em Teresina e depois pelo Brasil inteiro, já salvamos milhões de vidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Parabenozo, mais uma vez, V. Ex^a. E digo que aquela imagem norte-americana, não sabendo eu, que, no fundo, lá no DNA, V. Ex^a foi-se acostar a essa experiência americana.

Pela ordem de inscrição, nós teríamos o Senador João Faustino, mas não se encontra nas dependências aqui do plenário. Em sequência, seria o Senador Cristovam Buarque, também não o visualizo no plenário.

Então, pela ordem de inscrição, solicito a presença do nobre Senador Belini Meurer.

Pronunciar Belini é fácil; agora, o Meurer fico com medo de estar equivocado.

O SR. BELINI MEURER (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Boa-tarde, Senador, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV Senado e da Rádio Senado, a pronúncia é “Moier”, mas é um pouco difícil; então, atendo como Meurer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Principalmente para um nordestino. Já imaginou?

O SR. BELINI MEURER (Bloco/PT – SC) – Está certo.

Sr. Presidente, eu subo à tribuna na tarde de hoje para pedir a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina, único Estado brasileiro que não possui o serviço de assistência jurídica gratuita para seus cidadãos.

A criação da Defensoria Pública é imprescindível para assegurar aos cidadãos mais pobres o direito fundamental de acesso à justiça. A Constituição determina que o Estado deve prestar assistência judiciária integral e gratuita a todos aqueles que não têm condições de pagar por um advogado. Ora, o Estado deve fazê-lo por meio de uma instituição pública especializada nesse atendimento, que é a Defensoria Pública.

Sr. Presidente, a ausência do serviço de assistência jurídica gratuita à população mais pobre repercute diretamente na proliferação de conflitos na sociedade, sobretudo nas relações contratuais e familiares. Além disso, possui impacto na seara penal, excluindo milhares de presos do acesso a direitos básicos em razão de sua condição financeira, o que influencia diretamente nas tensões enfrentadas pelo sistema penitenciário de nosso Estado.

E quero lembrar aqui, Sr. Presidente, que a violência urbana cresce de forma muito grande em Santa Catarina. É exatamente no sistema prisional que a ausência do trabalho e a atuação dos defensores é mais sentida. Enfrentamos problemas como a superlotação das unidades prisionais, a violação de direitos humanos e de benefícios que não estão sendo cumpridos, como a progressão do regime, o direito ao trabalho e ao estudo. E isso gera cada vez mais rebeliões dentro dos presídios.

Fazendo essas citações, eu quero lembrar do apoio que Santa Catarina está recebendo de instituições que trabalham com direito, com assistência jurídica do Brasil inteiro.

O trabalho desenvolvido em nosso Estado pela Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, projeto desenvolvido pela Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, em parceria com o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, deixa clara a gravidade da situação. Entre os dias 16 e 27 de agosto, a Força reuniu 30 defensores públicos voluntários em nosso Estado, oriundos das

Defensorias Públicas de 14 Estados distintos e da Defensoria Pública da União. Durante o mutirão, eles atenderam todos os presos da Penitenciária de São Pedro de Alcântara, constatando que mais de 95% não possuíam advogados e deveriam estar sendo assistidos pelo Estado.

Segundo o Presidente da Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos), André Castro, o que existe hoje em nosso Estado é uma falta de vontade política decorrente de não haver compreensão da importância da relevância social da Defensoria Pública. Em entrevista ao jornal **Diário Catarinense**, em maio de 2010, ele diz claramente: “Há uma omissão gravíssima em Santa Catarina, mas quero crer que não vai perdurar”. E não irá mesmo, no que depender da minha luta e também do esforço da Senadora Ideli Salvatti. Garanto: a Defensoria Pública será criada em nosso Estado. Inclusive, a criação da Defensoria Pública faz parte do projeto de governo da atual candidata ao Governo de Santa Catarina, Ideli Salvatti. Nosso compromisso é claro! Além disso, pretendo buscar recursos orçamentários para a criação de um Núcleo de Atendimento Jurídico a presos, presas e familiares em Santa Catarina, para fazer o atendimento a esses cidadãos enquanto a Defensoria não é criada em nosso Estado, Sr. Presidente.

Hoje, de acordo com a Associação Nacional dos Defensores Públicos, com apenas 200 defensores, teríamos condições de atender todas as comarcas de Santa Catarina. Então, temos a certeza de que não é difícil fazer a Defensoria em Santa Catarina sair do papel. Quero dizer que existe um movimento em Santa Catarina unindo instituições, universidades, sindicatos, estudantes, em busca desse processo. Afinal, já foram colhidas 46 mil assinaturas, que fazem parte de um projeto de lei de iniciativa popular, pedindo a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina. O projeto foi entregue ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Gelson Merisio, em junho deste ano.

O movimento para a criação da Defensoria existe desde 2006 e as entidades envolvidas no movimento garantem que a proposta tem importância fundamental, pois são os próprios cidadãos, ao assinar a proposta, que clamam pela criação da lei, e não os Deputados ou o Executivo. Faço questão de citar as entidades que apoiam a criação da Defensoria Pública: Universidade Comunitária Regional de Chapecó; Associação dos Magistrados do Brasil; Associação Nacional dos Defensores Públicos; Associação Nacional dos Defensores Públicos da União; Associação Paulista de Defensores Públicos; Associação dos Defensores Públicos do Rio de Janeiro; Curso de Serviço Social de Unochapecó;

Centro de Ciências Sociais e Jurídicas; Escritório Modelo de Assistência Jurídica da UFSC; Sindicato dos Servidores do Judiciário de Santa Catarina; Diretório Acadêmico José Olavo Vargas Dias da Unochapecó; Centro Acadêmico do Curso de Direito da Unesc; Diretório Central dos Estudantes da Unochapecó (DCE); Ong Amor – Criciúma; Instituto Ócio Criativo – Criciúma; Comitê Catarinense de Combate à Tortura; Comitê do Movimento de Direitos Humanos em SC; Pastoral Carcerária de Santa Catarina; Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

Então, Sr. Presidente, para encerrar a minha fala, eu queria dizer que é urgente a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina, para não dizer que, para nós, catarinenses, é uma vergonha que não tenha sido criada, sendo o único Estado do Brasil que ainda não a possui.

Os Deputados que compõem a Assembleia Legislativa têm obrigação moral de aprovar o projeto de lei de iniciativa popular que pede a sua criação, e o Governador precisa, então, garantir que sancionará a proposta.

Os catarinenses merecem o acesso rápido, eficiente e gratuito à Justiça, se nós quisermos lutar, como sempre fazemos, por uma sociedade melhor e mais justa para todos os brasileiros, e, neste caso, para todos os catarinenses.

Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Parabenizo V. Ex^a. Tenho a certeza de que Santa Catarina não falhará. Santa Catarina é um Estado de uma competência extraordinária, o que está aqui comprovado. Há pouquíssimos Senadores hoje, aqui. Vão passar por esta tribuna sete Senadores, e Santa Catarina colabora com três, com a Bancada, integralmente: a Senadora Selma Elias, que já falou; V. Ex^a, Belini Meurer, que acaba de falar; e a Senadora Níura Demarchi, que, agora, convido a ocupar a tribuna. Então, os três Senadores de Santa Catarina estão aqui presentes, cada um do seu Partido: a primeira é do PMDB; o segundo, do PT; e a Senadora Níura, do PSDB de Santa Catarina. Parabéns a Santa Catarina!

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é uma satisfação muito grande estar sendo dirigida por V. Ex^a na tarde de hoje.

Quero registrar aqui um grande evento realizado em Santa Catarina, em que estiveram presentes os Senadores catarinenses, no último dia 10, na última sexta-feira. Foi uma audiência pública a respeito do novo Código de Processo Civil.

O plenário do Tribunal de Justiça, absolutamente lotado, foi presidido pelo Senador Acir Gurgacz e também pelo Senador Relator desse grande e novo projeto, concebido por uma comissão de juristas, e que é também da autoria da Presidência desta Casa, do Senador José Sarney. Esteve lá, num amplo debate sobre as sugestões e as críticas apresentadas, todo o nosso corpo de juristas do Estado de Santa Catarina, presidido também, naquele momento, pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, João Trindade. Também estiveram presentes todos os desembargadores do Estado de Santa Catarina, a OAB catarinense, professores da Universidade Federal de Santa Catarina, assessores jurídicos das mais diversas áreas, Procuradores do Estado e também da União, o Procurador da Fazenda. Enfim, foi um grande debate promovido em Santa Catarina, ao qual quero fazer aqui referência.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar o acontecido pela importância desse processo, e pelo tamanho da necessidade de um novo Código de Processo Civil. O amplo debate que lá houve foi elogiado, inclusive, pelos Senadores presentes, por ter sido uma audiência muito produtiva, muito forte, com a voz dos juristas de Santa Catarina.

O que me traz a esta tribuna, também, Sr. Presidente, é, na verdade, uma indignação pessoal, uma indignação de cidadã catarinense, uma indignação em nome do meu partido catarinense, o PSDB, e em nome das pessoas que considero que fizeram uma grande história no Estado de Santa Catarina.

Em comício realizado nesta segunda-feira, em Joinville, ao lado da candidata Dilma Rousseff, do PT, o Presidente Lula afirmou que é preciso “extirpar” o DEM da política brasileira, pois é um partido que “alimenta ódio”.

Esse é o registro dos noticiários que revela ódio, sim, mas do Presidente da República.

A simples leitura, sem uma avaliação sobre o significado das palavras de Lula, não deixa dúvidas de que o Brasil está diante de sério risco que pode afetar a nossa estabilidade democrática.

Como diz o jornal O Estado de S. Paulo, em seu editorial de ontem:

Embragados por índice de popularidade sem precedentes na história republicana, inebriado pela vassalagem despuorada que lhe prestam áulicos, aderentes, adutores das mais insuspeitadas origens e dos mais suspeitosos interesses, Sua Excelência se imagina pairando acima do bem e do mal, sem a menor preocupação de manter o mínimo de coerência com sua própria história política e o mínimo de respeito pelo decoro exigido pelo cargo para o qual foi eleito.

O mínimo, Sr. Presidente, que se pode dessas afirmativas vale por uma advertência: a de que o País pode enveredar por descaminhos, ou seja, o clima de liberdade, que a duras penas reconquistamos, corre riscos.

No comício, informam as notícias, Lula lamentou o apoio que deu ao Governador de Santa Catarina Luiz Henrique, do PMDB, na eleição de 2002. Disse o Presidente: “Eu pensava que era para mudar. Mas ele trouxe de volta o DEM, que nós precisamos extirpar da política brasileira”.

Em Santa Catarina, o candidato ao Governo Raimundo Colombo lidera as pesquisas de intenção de voto. A Senadora Ideli Salvatti, do Partido de Lula, o PT, está em terceiro lugar.

Sr. Presidente, o que passa pela cabeça de um Chefe de Governo ao, abertamente, sugerir o fim de um partido de oposição? Numa democracia, as legendas crescem ou se findam pela vontade do povo. Da mesma forma, é assim a alternância de poder. Ela só deve ocorrer – aí, sim, legitimamente – pelo único caminho civilizado: o do voto popular.

Assim, Sr. Presidente, ao pedir a transcrição nos Anais do Senado dessas infelizes colocações de Sua Excelência o Presidente Lula, repudio com veemência tal prece.

Sei que o repúdio a essa ditatorial frase de Lula começa na própria terra catarinense, berço de grandes vultos, como Anita Garibaldi, uma das mulheres mais corajosas de sua época, o grande orgulho de todas as mulheres catarinenses, Sr. Presidente, e de todo o povo, um povo aguerrido, como é o povo catarinense, trabalhador por cultura, por decisão. É terra de imigrantes, onde se fizeram vários cenários democráticos e de muito respeito.

Ao evocar o nome dessa heroína nascida em Morinhos, Santa Catarina, homenageio o nobre povo catarinense, mas não posso deixar de dizer, Sr. Presidente, que, ainda assim, Sua Excelência o Presidente Lula, no meu Estado, disse que nenhum Presidente “apenas um mandato fez tanto por Santa Catarina” quanto ele.

Quero dizer que, em Criciúma, no Sul do Estado, onde estive, inaugurou um viaduto na BR-101, assinou ordens de serviço e disse que deixa 70% das obras do trecho sul prontas. A verdade, Sr. Presidente, é que apenas 50% vão ficar prontas até o final do ano. Foi dito há oito anos que o projeto ficaria pronto até a eleição passada, ou seja, até quatro anos atrás. Na verdade, isso não ocorreu. E pagamos por um pedágio sem conclusão na BR-101 há mais de um ano.

A BR-280, por exemplo, na minha região, Sr. Presidente, que há dez anos espera pela duplicação, agora, mais uma vez, recebe do Governo Federal a falcia de concluir as licenças ambientais até outubro,

que provavelmente sairá o edital de licitação até dezembro e que as obras serão iniciadas em fevereiro. O mesmo ocorre com a BR-470, que corta todo o nosso Vale de Itajaí e o alto Vale de Itajaí.

Considero um grande desrespeito, o desrespeito de um pronunciamento eleitoral. Mais uma vez, Sua Excelência o Presidente Lula está desinformado também pelo seu partido e sua candidata ao Governo do Estado. A BR-280, na minha região, que corta Jaraguá do Sul e vai a São Francisco do Sul, um dos portos mais importantes de Santa Catarina, tem apenas 28 quilômetros – no trecho de Jaraguá do Sul até a BR-101 – que necessitam de duplicação. No entanto, o Governador Luiz Henrique da Silveira, no mesmo período de governo, fez duas SCs, ambas com quase 30 quilômetros. Realizou a obra: a Rodovia do Arroz, que liga a Joinville, e também a SC-474, que liga os Municípios de Massaranduba e São João do Itaperiu a Barra Velha.

Ainda, Sr. Presidente, o Presidente Lula inaugurou – se é que se pode, no âmbito da Administração Pública séria neste País, inaugurar obra inacabada –, na cidade de Itajaí, um berço de atracagem no Porto de Itajaí, que, na verdade, representa um terço da obra. Uma obra necessária, que vem desde 2008, nesse porto que é um dos mais importantes do Estado, e que, após a catastrófica enchente, espera pela conclusão de suas obras, prevista, Sr. Presidente, para até 2009. Agora, inaugura o Presidente a obra inacabada, caso que há até pouco tempo também era repudiado pelo Partido dos Trabalhadores, pela democracia brasileira e pelo processo eleitoral brasileiro. Obras inacabadas, Sr. Presidente!

Desonesto ainda por parte de Sua Excelência, em plena campanha eleitoral, é dizer: “Mandeí muito dinheiro para Santa Catarina no auxílio aos desabrigados. No total, os recursos passaram de R\$1 bilhão”. E continua Sua Excelência: “Agora, se estão dizendo que não apareceu dinheiro para ajudar quem precisava, tem que ver o que fizeram com tanto dinheiro que nós mandamos para cá”.

Realmente, Sr. Presidente, os desabrigados de Santa Catarina receberam da Defesa Civil nacional o equivalente a 0,07% do total destinado aos Estados vítimas das enchentes. No entanto, a Bahia ficou com a grande fatia: 65%.

Não é possível que os documentos, que o relatório do Tribunal de Contas da União possa enganar-se nos números. Para Santa Catarina foram empenhados R\$117.718.472,00, sendo pagos até o presente momento, Sr. Presidente, 0,07% desse total. O Presidente Lula colocou sob suspeição todo o corpo político de Santa Catarina ao dizer: “Tem que ver o que fizeram com tanto dinheiro”.

Vejam, Srs. Senadores. Eu acredito que aqui há um desserviço à democracia do Estado e da Nação, porque enquanto o Presidente diz que encaminhou R\$1 bilhão para o atendimento das enchentes, o Tribunal de Contas diz que foram empenhados R\$117 milhões. Aqui está incluído, nesse R\$1 bilhão de que fala Sua Excelência o Presidente Lula, provavelmente o FGTS, porque cada cidadão que sofreu com as perdas irreparáveis, principalmente com vidas... Em Santa Catarina foram ceifadas mais de uma centena de vidas nessa enchente de 2008; perderam-se lavouras, perderam-se casas, perderam-se comércios; as pessoas perderam suas indústrias, suas pequenas empresas. Mas o direito ao Fundo de Garantia é de cada cidadão. A autorização do Presidente Lula é uma autorização geral para todo o Estado brasileiro. Em momentos de calamidade pública e de urgência, usa-se o dinheiro que se tem. O dinheiro do Fundo de Garantia é do trabalhador. O Presidente apenas autorizou o saque imediato, para que essas pessoas pudessem ter um pouco mais de dignidade diante de tantas perdas.

Ainda hoje, com a ajuda do Governo do Estado e com a ajuda das prefeituras, muitas prefeituras que foram assoladas por esse mal, muitas pessoas hoje moram em casas alugadas – alugadas e pagas pelas prefeituras municipais, inclusive no meu Município. Muitas dessas famílias, hoje, estão realmente inscritas no programa batizado Minha Casa, Minha Vida. Eles estão na fila, como todos os demais cidadãos.

Sua Excelência o Presidente Lula prestou, sim, um desserviço quando, em Santa Catarina, colocou sob suspeição grandes figuras políticas catarinenses, como Luiz Henrique da Silveira, que, em oito anos de governo, fez um processo de descentralização extraordinário, tem uma vida pública renomada no MDB, no PMDB, 40 anos de vida pública dedicados à cidadania, à postura política, à correção. Colocou sob suspeição o Senador e atual Governador Leonel Pavan, que atua no governo desde abril deste ano. Colocou sob suspeição Jorge Bornhausen, uma das figuras do Democratas, Presidente Nacional desse partido, e que muito fez pelo Estado de Santa Catarina como Governador do Estado e também como Senador da República. Inclusive, em seu Governo, o Estado de Santa Catarina foi um dos maiores ampliadores do processo de educação. Foi um dos que mais escolas construiu, e escolas atuantes e fortes, enormes até hoje, no Estado de Santa Catarina. Colocou sob suspeição inclusive o Senador Raimundo Colombo, que aqui, nesta Casa, esteve até pouco tempo atrás defendendo os recursos para Santa Catarina, defendendo as medidas provisórias para Santa Catarina, para que se atendessem os nossos desabrigados e toda a gama de processos e projetos para Santa Catarina,

ferindo, então, uma aliança vencedora, uma aliança que se une em prol de Santa Catarina e principalmente em prol da verdade. Além disso, Sua Excelência o Presidente colocou sob suspeição também os prefeitos dos Municípios atingidos, porque deu a impressão de que todos pegaram o dinheiro e não sabem onde colocaram. Este foi o questionamento colocado: “Tem que ver o que fizeram com tanto dinheiro”.

Não é possível, senhores, vivermos da falácia, da mentira, tão danosa ao instrumento da democracia! E, para não esquecer, Sr. Presidente, na cidade de Joinville, Sr. Senador, há quatro anos, Sua Excelência o Presidente Lula, o seu candidato ao governo, que, à época, era José Fritsch, Ministro da Pesca, e a Senadora hoje também candidata a Governadora do Estado fixaram uma placa muito importante para a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina. Quem passa, de todo o País, pela BR-101 vai encontrar aquela placa até hoje. Foi inaugurado um *campus*, sim, em Joinville, num local isolado, diferente daquele prometido na campanha passada.

A placa continua lá: “Aqui futuras instalações da Universidade Federal de Santa Catarina”. A placa continua lá, na região norte, próximo à BR-101. E mais quatro anos provavelmente passarão.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha indignação é com o tamanho das mentiras que, propaladas, insanas, acabam, pela anestesia da arrogância e do poder totalitário, tornando-se verdades.

Quero juntar minha voz ao que disse o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, numa entrevista aos liderados e militantes do PSDB, a respeito do que definiu como o momento de Luiz Inácio Lula da Silva, disse: “Isto extrapola o limite do Estado de direito democrático”, referindo-se à declaração de Lula pregando “extirpar” o DEM da política”. O tucano chegou a citar o ex-ditador italiano Benito Mussolini. “Faltou quem freasse Mussolini. Alguém tem que parar o Lula” – disse o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem faço coro, sim, Sr. Presidente. Nós devemos frear. Algumas situações não possibilitam o processo democrático que estamos vivendo.

Pior que a omissão é a mentira, a mentira que corrói a dignidade da Nação, que acelera a corrupção do País e que pune a liberdade individual de cada cidadão e afronta a justiça e a democracia.

Eu tinha que dizer isso, Sr. Presidente, porque um Estado que tem a felicidade de ostentar como padrão de dignidade uma heroína brasileira, Anita Garibaldi, não merece palavras tão ásperas e deseducadas como essas com as quais Lula ofende Santa Catarina. Lamentavelmente, foi o que fez o Presidente em mais um de seus destampatórios.

Com essas palavras, Sua Excelência se equipara muito mais a um tirano, imaginando que a sua sofreguidão pelo poder não tem limites. Tem sim. A Nação brasileira não aceita o absolutismo, e esta parece ser marca do governo petista.

Sr. Presidente, estou anexando a este pronunciamento o noticiário da imprensa para que passe a constar dos Anais do Senado da República. Com isso, Sr. Presidente, o historiador do futuro poderá avaliar os destemperos do atual Presidente e classificar corretamente um partido que busca perenizar-se no poder.

Não podia deixar de citar isso na tarde de hoje, aqui no Senado Federal, em nome do meu Estado.

O Sr. João Faustino (PSDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora?

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Pois não, Senador João Faustino.

O Sr. João Faustino (PSDB – RN) – Senadora, primeiro quero me congratular com o povo de Santa Catarina, por tê-la enviado a esta Casa. V. Ex^a confere a esta Casa um brilho muito especial pelo talento, pelo raciocínio claro, pela coragem e pela defesa intransigente que faz dos interesses do povo e dos interesses do povo do seu Estado. Vim escutando o seu discurso e raciocinando sobre o que se passa hoje no Brasil. Estamos diante de um país onde o Estado de direito se vê ameaçado, onde as autoridades constituídas são desacatadas, desrespeitadas. E tudo isso é muito lamentável. Eu não poderia deixar de associar-me ao seu discurso, ao seu pronunciamento. V. Ex^a fez referência a duas pessoas que dignificaram o Congresso Nacional: o ex-Governador Luiz Henrique, que foi meu colega na Câmara dos Deputados, um dos mais brilhantes, foi Ministro de Estado e Prefeito de Joinville. Tive oportunidade de presenciar o quanto foi profícua a atuação de Luiz Henrique à frente da administração daquele Município. Basta falar sobre o Bolshoi, que hoje é orgulho de Santa Catarina e do Brasil inteiro. Lá está presente, ensinando à população mais humilde o talento da dança. Eu não poderia deixar de registrar aqui a minha solidariedade ao ex-Senador Pavan, que passou por esta Casa, com muita dignidade, angariando respeito dos seus Pares, e que hoje é Governador do Estado, merecedor, portanto, de todo o respeito não só dos catarinenses, mas também do povo brasileiro. Portanto, eu queria congratular-me com V. Ex^a pelo discurso, pelo equilíbrio, pela forma elegante com que criticou o momento que – eu diria – não é dos mais bonitos da história política brasileira. E V. Ex^a soube desenhar esse momento com muita precisão e muita elegância. Eu queria associar-me ao seu discurso e parabenizá-la pelas palavras que pronunciou nesta tarde. Muito obrigado.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Obrigada pelo aparte, Senador João Faustino. Tenho certeza de que, em todo o Estado de Santa Catarina, a nossa representação política é de alto gabarito.

Inclusive a concorrente... nós temos a alegria de dizer que nós temos três candidatos à altura do povo catarinense, pela forma aguerrida de cuidar do seu povo, de cuidar dos seus projetos. O que nós não podemos, Senador, é comungar com a mentira, que hoje, realmente, é um dano, um dano moral, um dano intelectual ao País. E, muitas vezes, a mentira, quando dita tantas vezes, acaba se tornando verdade. E nós não podemos, tendo voz – como todos nós, Senadores, temos –, em nome do nosso Estado, em nome da nossa Constituição Federal, deixar de falar, porque, quando uma verdade é dita ou é contraposta diante de uma mentira, pelo menos alguém vai pensar, alguém vai perceber: será que é isso mesmo?

Obrigada, Senador, pelo aparte, pelo apoio e pelo carinho com que tem sempre se manifestado nos meus pronunciamentos.

O Sr. Belini Meurer (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Pois não, Senador Belini.

O Sr. Belini Meurer (Bloco/PT – SC) – Senadora Níura, V. Ex^a disse uma coisa verdadeira e que eu prezo muito: a mentira, dita várias vezes, vira uma verdade. Então, nós devemos ter cuidado com todas as afirmações que fazemos, com tudo aquilo que nós falamos de alguém, aquilo que dizem, que disseram, que falaram. É bom que nós tomemos bastante cuidado. E, por isso, já que a senhora falou bastante do meu Partido, falou também da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria de ler uma nota que acho que explica um pouco isso que a senhora acabou de falar, se me permite:

Em nome do PT de Santa Catarina e em defesa do mais ilustre filiado petista, fundador nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, comento a nota do deputado Paulo Bornhausen, líder dos Democratas na Câmara Federal. Para pronunciar o nome dos Bornhausen em Santa Catarina, precisa-se apenas de lucidez política. E foi isto que Lula fez em sua visita a SC, ontem. Querer atribuir à Lula a responsabilidade da agressão ao povo catarinense, quando agride politicamente – e não moralmente – os Bornhausen, é querer resumir a honra de um povo aos interesses de uma família, como faziam os déspotas de outrora, ou até mesmo os antigos “coronéis” da política catarinense.

Acusa ainda o líder do DEM, Deputado Paulo Bornhausen, que Lula possui uma “retórica nazifascista”. Lembramos ao Deputado que seu pai, o ex-Senador Jorge Bornhausen, foi o autor da não tão célebre frase

“Vamos acabar com essa raça. Vamos nos ver livres dessa raça por pelo menos 30 anos”, referindo-se aos petistas. Sabemos muito bem que racismo e nazismo se completam. Já Lula, quando afirmou que o “DEM precisa ser extirpado da política brasileira”, referiu-se ao partido político, não à raça de seus membros. Extirpar significa “extrair, arrancar”. E é isto que o PT, seguindo as regras democráticas, no voto, pretende fazer com o DEM: arrancá-los, com o voto, dos executivos e dos parlamentos. Os Bornhausen, o povo catarinense, conhece muito bem, sempre foram beneficiados pelos ditadores que arrasaram nosso País. Não foram eles os protótipos de ditadores, mas a sua própria encarnação na história política catarinense. Em relação às afirmações sobre CPMF, de que Lula estaria “inconformado com a derrota que o Democratas lhe impingiram”, lembro que esta “grande ação” lançou, sim, ao inconformismo as lideranças do próprio DEM, que achavam que estariam acabando com as chances de o PT continuar governando para a maioria deste País. Atingiram o povo, tentando prejudicar o Presidente Lula. A CPMF, ao contrário do que o DEM divulgou em todo o Brasil, fiscalizava os sonegadores e tinha um caráter humanitário, pois financiava a saúde pública brasileira. Era um tributo essencial para a redistribuição de renda, pois 61% de seus recursos vinham da arrecadação das movimentações bancárias dos 10% mais ricos deste País. As empresas contribuíam com 72% da arrecadação e as pessoas físicas somente com 28%. Desses, somente 17% vinham de pessoas que ganhavam mais de R\$ 100 mil por ano. Portanto, era uma arrecadação advinda dos que mais detêm a riqueza. O fim da CPMF afetou diretamente o Sistema Único de Saúde, além do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza. Mas sabíamos que a sua existência deveria ser substituída por outros mecanismos, e lamentamos pela forma como foi “extirpada” pelo DEM, que não se preocupou com os reflexos junto às políticas públicas que atendem à população mais pobre. Finalizando, reproduzimos as palavras do líder do DEM, de que o PT, aqui em SC, nunca governou. É isso mesmo, vamos lembrar cada vez mais ao povo, de que ainda não governamos em Santa Catarina. E que precisamos desta chance, para mostrar que nosso Estado poderá ser um lugar ainda melhor para se viver.”

Senadora, sou obrigado a ler isso aqui. Por mais carinho que eu tenha pela Senhora, acho que a Senhora foi bastante infeliz nessas suas proposições, nas suas colocações. Portanto, essa frase que a senhora falou, da questão das mentiras, eu acho que nós tivemos de levar bastante em consideração. Obrigado, Senadora.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Obrigada pelo aparte, Senador Belini Meurer. Da mesma

forma, o carinho, o respeito, a admiração. Mas o senhor leu um manifesto que foi apresentado após o pronunciamento de Sua Excelência, o Presidente Lula, no Estado de Santa Catarina. Ou seja, nós não podemos contraditar exatamente aquilo a que toda imprensa catarinense, presente, ouviu.

É muito fácil, Senador, nós sairmos de alguns pronunciamentos, nos dirigirmos aos nossos gabinetes com todas as nossas assessorias partidárias e remontar todo um discurso, inclusive inflando a sociedade, e até colocar certas coisas, como o senhor disse, de racismo, que eu tenho a plena certeza, a absoluta certeza, que tanto o Democratas, de Santa Catarina e do Brasil, como o PSDB, o meu Partido, como o PMDB e outros Partidos jamais fizeram apologia a qualquer etnia que fosse, muito menos o Senador Jorge Bornhausen.

Então, é muito fácil, Senador Belini, quando nós percebemos um cenário e aquele cenário não é favorável as nossas posições, mas elas foram ditas, e inclusive pelo Líder nacional, pelo Presidente da República, é muito fácil nós seguimos os corredores o mais rápido possível e escrevermos com rapidez qualquer coisa que se contraponha e se colocam notas e notas na imprensa e notas para que todo o Brasil conheça. Mas o que foi dito, foi dito, e a impressão que ficou e o que aconteceu em Santa Catarina é exatamente isto o que está acontecendo no País: inverdades ditas a todo momento e que acabam sendo verdades. E isso nós não podemos admitir.

Muito obrigado, Senador João Faustino, pelo seu aparte e obrigada Presidente pelo grande espaço que me concedeu.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA NÍURA DEMARCHI EM SEU PRONUNCIAMENTO

Inseridos nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

REPUBLIQUETIZAÇÃO DO PAÍS

14 de setembro de 2010/0h:00

O Estado de S.Paulo – Editorial

Não é por acaso que o Gabinete Civil da Presidência da República tem estado envolvido em quase todos os grandes escândalos do governo Lula. A começar pelo mensalão, operado por José Dirceu, até a recentíssima denúncia de descarado tráfico de influência por parte da Ministra Erenice Guerra e seus familiares, boa parte de todo o malfeito, do ilegal, da pura e simples corrupção que eclode no Governo Federal tem o dedo do Palácio do Planalto. O dedo de

Luiz Inácio Lula da Silva, o grande responsável pelo desenvolvimento econômico dos últimos oito anos; pela incorporação de milhões de cidadãos antes marginalizados ao mercado de consumo; pela ascensão do País à condição de, vá lá, **player** importante na diplomacia mundial. Se tudo de bom que se faz no governo é de responsabilidade do “cara”, por que apenas o que de errado se faz no governo não tem dono?

Por muito menos do que se tem revelado ultimamente de lambanças com as instituições do Estado e com o dinheiro público um Presidente da República foi forçado a renunciar há menos de 20 anos.

Mas com Lula é diferente. Embriagado por índices de popularidade sem precedentes na história republicana, inebriado pela vassalagem despuorada que lhe prestam áulicos, aderentes e adutores dos mais insuspeitadas origens e dos mais suspeitosos interesses, Sua Excelência se imagina pairando acima do bem e do mal, sem a menor preocupação de manter um mínimo de coerência com sua própria história política e um mínimo de respeito pelo decoro exigido pelo cargo para o qual foi eleito.

Sempre que os desmandos flagrados pela Imprensa ameaçam colocar em risco seus interesses políticos e eleitorais, Lula recorre sem a menor cerimônia à mesma “explicação” esfarrapada: culpa da oposição – na qual inclui a própria Imprensa. A propósito das violações de sigilo comprovadamente cometidas recentemente pela Receita Federal – não importa contra quem – não passou pela cabeça de Sua Excelência, nem que fosse apenas para tranquilizar os contribuintes, a ideia de admitir a gravidade do ocorrido e se comprometer com a correção desses desvios. Preferiu a habitual encenação palanqueira: “Nosso adversário, candidato da turma do contra, que torce o nariz contra tudo o que o povo brasileiro conquistou nos últimos anos, resolveu partir para ataques pessoais e para a baixaria.” Não há maior baixaria do que um chefe de Estado usar o horário eleitoral de seu partido político para atacar, em termos pouco republicanos, aqueles que lhe fazem oposição. E faltou alguém lembrar ao indignado defensor dos indefesos que entre “tudo que o povo brasileiro conquistou nos últimos anos” estão a Constituição de 1988, o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outras iniciativas fundamentais para a promoção social e o desenvolvimento econômico do País, contra as quais os então opositores Lula e PT fizeram campanha e também votaram no Congresso.

Enquanto os aliados de Lula e de Sarney – a quadrilha que dilapidou o patrimônio público do Amapá – vão para o cadeia por conta das evidências contra eles levantadas pela Polícia Federal; enquanto os

aliados de Lula – toda a cúpula executiva e legislativa, prefeito e vereadores, do município sul-mato-grossense de Dourados – pelo mesmo motivo vão para o mesmo lugar; enquanto na Receita Federal – não importa se por motivos políticas ou apenas (!) por corrupção – se viola o sigilo fiscal de cidadãos e as autoridades responsáveis tentam jogar a sujeira para debaixo do tapete; enquanto mais urna maracutaia petista é flagrada no Gabinete Civil da Presidência; enquanto, enfim, a mamata se generaliza e o presidente da República continua fingindo não ter nada a ver com a banda podre de seu governo, a população brasileira, pelo menos quase 80% dela, aplaude e reverencia a imagem que comprou do primeiro mandatário, o “cara” responsável, em última instância, pela republiquetização do País.

Está errado o povo? A resposta a essa pergunta será dado em algum momento, no futuro. De pronto, a explicação que ocorre é a de que, talvez, o povo de Lula seja constituído de consumidores, não de cidadãos.

LULA AGORA QUER “EXTIRPAR” O DEM DA POLÍTICA BRASILEIRA

Petista diz que partido “alimenta ódio” e lamenta ter apoiado Luiz Henrique

Presidente afirma que a direita tentou e ainda tenta derrubar o seu governo; de bota, Dilma defende voto na mulher

Estelita Hass Carazzai

Em comício ontem a noite em Joinville ao lado da candidata Dilma Rousseff (PT), o presidente Lula afirmou que é preciso “extirpar” o DEM da política brasileira, pois é um partido que “alimenta ódio”. Lula se referia a uma frase dita em 2005 pelo então presidente do PFL (atual DEM), Jorge Bornhausen, durante o escândalo do mensalão. Ao falar do PT, ele comentou: “Estaremos livres dessa raça pelos próximos 30 anos”. Na época, petistas acusaram Bornhausen de racismo, o que o então senador negou. No comício, Lula lamentou o apoio que deu ao Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique (PMDB), na eleição de 2002: “Eu pensava que era para mudar. Mas ele trouxe de volta o DEM, que nós precisamos extirpar da política brasileira”, disse. Em Santa Catarina, o candidato ao Governo Raimundo Colombo (DEM) lidera as pesquisas de intenção de voto. A Senadora Ideli Salvatti (PT) está em terceiro lugar. Como já ocorreu em outros comícios, coube a Lula o papel de rebater as acusações da oposição e as denúncias veiculadas na imprensa contra Dilma Rousseff. Segundo Lula, o povo é “seu próprio formador de opinião”.

Joio e Trigo

“O povo consegue separar o joio do trigo, o que é verdade e o que é mentira”, disse Lula. “Nós pensamos pela nossa cabeça e nós enxergamos pelos nossos olhos.” As declarações foram dadas após o presidente afirmar que a direita do País tentou e ainda tenta “derubar” o seu governo. Lula disse que não vai admitir que sua honra (?) seja perdida “a troco de mentira ou de safadeza de quem quer que seja neste País”.

Dilma, que falou durante breves 15 minutos e ficou sentada durante boa parte do discurso do presidente devido a torção que teve no pé, defendeu o

voto numa mulher para governar o País. “Eu não posso errar. Se uma mulher errar, eles vão falar (...) que mulher não pode ser presidente”, disse. A petista ainda pediu para que o público não votasse nos candidatos que representam o “atraso” e o “passado”, fazendo menção ao partido que votou contra o Prouni – mais uma vez, o DEM.

Havia cartazes entre o público parabenizando a candidata pelo nascimento de seu neto, mas Dilma não mencionou esse fato em seu discurso. Este foi o primeiro comício da candidata após o nascimento da criança.

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, quarta-feira, 15 de setembro de 2010 • Política • 3

Para FHC, Lula lidera um a facção

• Chefe de uma facção. Assim o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso definiu ontem Luiz Inácio Lula da Silva. FHC manifestou a opinião durante entrevista concedida a militantes do PSDB e transmitida pela internet. “Isso extrapola o limite do estado de direito democrático”, disse FHC, em relação à declaração de Lula pregando extirpar o DEM da política. O tucano chegou a citar o ex-ditador italiano Benito Mussolini (1883-1945). “Faltou quem freasse o Mussolini. Alguém tem que parar o Lula.”

Patrícia Mazzilli Cândido

De: Walter Márcio Vargas de Queiroz
Enviado em: quarta-feira, 15 de setembro de 2010 12:04
Para: Patrícia Mazzilli Cândido

O ex-senador Jorge Bornhausen (SC), presidente de honra do Democratas, escreve um artigo em resposta ao presidente Lula, que defendeu ontem, num comício em Joinville, a necessidade de “extirpar o DEM” da vida pública. Também fez um ataque pessoal a Bornhausen e à sua família. Segue o artigo:

*

Espero que não seja um grito da 25ª hora, quando tudo está perdido. De qualquer forma, antes que se cumpra a promessa de eliminação anunciada em praça pública pelo presidente da República, peço a palavra. E espero que me seja concedida a mesma audiência dada à agressão nominal que me atingiu junto com milhões de companheiros de partido espalhados pelas 27 unidades da Federação.

Quero dispor da expectativa democrática a que, mal nos acostumamos, nos querem tirar, e reagir com legítima indignação à ameaça estúpida — e que se cumprirá, sem dúvida, quando for efetivada a prometida transformação deste país em república bolivariana à moda do tão estimado “companheiro Chávez”. Então, a intolerância já terá sufocado os jornais e eliminado as redes de televisão “que transmitem novelas”, conforme prometeram os oradores na inauguração da primeira TV sindical, no ABC.

Por enquanto, porém, os cidadãos ainda podem reagir a agressões e provocações. Mesmo que venham do presidente República e apesar de proferidas em momento de explosão de ódio político para constranger o povo de Santa Catarina. Ela são inaceitáveis num chefe de estado no exercício do mandato — e que, portanto, não pode e não deve discriminar uma parcela dos seus cidadãos, prometendo fazê-los desaparecer como expressão política legítima de uma parcela da população.

Na última segunda-feira, 13 de setembro, em Santa Catarina o presidente abandonou o triunfalismo absolutista — de que tem usado e abusado como se fosse um ditador anedótico de republiqueta — para favorecer o PT e aliados e foi além. Especificamente, deixou de atender a recomendações que o bom senso aconselha a quem quer que se apresente ao povo de Santa Catarina. No seu discurso em Joinville, ele incidiu em quatro preceitos que, de nenhuma maneira, poderia ter violado:

1º - Não faltar à verdade;

2º - Não reinaugurar obras;

3º - Não desrespeitar as famílias catarinenses, pois, terra de emigrantes, todos sabem quem são, de onde vieram e como construíram suas vidas;

4º - Não ingerir excessivamente bebidas alcoólicas antes dos discursos em comícios...

Por que faço política com idéias — respeito com rigor quem pensa diferente e até me honro de ter amigos entre eles —, não me envolvo com a violência, com corrupção nem contemporizo com ladrões públicos. Orgulho-me de haver participado da fundação da Nova República, em 1985, com o reconhecimento dos que a criaram de fato, como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, quando muitos a renegaram para depois dela usufruir. Pouco me importa não contar com a simpatia de presidente.

Estamos em campos diametralmente opostos, do ideológico ao ético, e nunca estivemos juntos em coligações ou projetos. Acho que tal divergência é legítima, democrática, e a República é suficientemente tolerante para que convivamos civilizadamente. E não há nada que a Constituição, a Justiça e eleições livres e periódicas não dirimam. O respeito, porém, é essencial e indispensável, e não é conferido aos presidentes da República o direito de explosões grosseiras, difamatórias, ameaçando cidadãos e partidos adversários de eliminação.

Finalmente, quando disse, em Santa Catarina, que “conhece os Bornhausen”, sugerindo ter a chave de segredos privilegiados e suspeitas ignominiosas, o presidente cometeu um ato de extrema presunção. Raro será o catarinense, em todos os partidos, regiões e classes, que não conheça os Bornhausen, uma família que, através de gerações, não renega o passado de trabalho dos seus fundadores, emigrantes como meus avós. E sempre contei com respeito de todos, retribuindo-o.

Mais do que o protesto, de que tomo a iniciativa por considerá-lo indispensável, já que a agressão foi pública e insolente, quero lamentar profundamente a falta de compostura e civilidade de quem deveria se orgulhar de ser o presidente de todos os brasileiros, mas que optou por se tornar um raivoso chefe de facção, mesmo que eventualmente majoritária, pois, em termos democráticos, os mandatos têm tempo e atribuições limitadas. Por exemplo, não lhe confere o direito de eliminar os adversários e extinguir partidos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A senhora não tem que agradecer, é merecedora de todas as atenções e V. Ex^a será atendida na forma do Regimento no tocante a constar dos Anais do Senado Federal os documentos que se fizerem necessários e que sejam do interesse de V. Ex^a.

O SR. JOÃO FAUSTINO (PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO (PSDB – RN. Pela ordem, sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estou encaminhando à Mesa um requerimento em que solicito que o Período do Expediente da sessão do dia 9 de novembro seja destinado a homenagear o Cardeal Dom Eugênio de Araújo Salles, Arcebispo emérito do Rio de Janeiro, pelos seus noventa anos de existência a serviço do povo do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, esperando ver esse requerimento aprovado pela Mesa do Senado, espero que, no próximo dia 9 de novembro, possamos realizar aqui neste plenário uma grande sessão solene em homenagem a uma das figuras mais expressivas da igreja católica e um dos brasileiros mais honrados desses tempos.

Era isso que queria registrar, Sr. Presidente, agradecendo a deferência pela concessão da palavra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Nobre Senador João Faustino, o requerimento já foi encaminhado à Mesa, será atendido dentro do tratamento regimental correto, tendo em vista que nós estamos em uma fase em que não temos as sessões deliberativas, e o requerimento deverá ser votado tão logo o Senado tenha normalizado suas sessões deliberativas.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 805, DE 2010

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão do dia 09 de novembro de 2010 seja destinado a homenagear o Cardeal Dom Eugênio Sales, Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro, pelos seus 90 anos de existência. O cardeal que homenagearemos, além de ser uma das figuras mais proeminentes da Igreja Católica, tem relevantes serviços prestados ao povo brasileiro, ressaltando-se a criação do Movimento de Educação de Base e, com ele, as escolas radiofônicas; a criação dos primeiros sindicatos rurais; a defesa de refugiados políticos; a criação de centros de atendimentos a portadores de AIDS e a criação da pastoral carcerária, dentre outros.

Nestes termos,

Aguarda deferimento.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2010.

João Faustino
Senador

Roberto Cavalcanti
Roberto Cavalcanti
Roberto Cavalcanti

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – O requerimento vai à publicação e será votado oportunamente.

Eu consulto o Senador João Faustino, que estava inscrito, se V. Ex^a vai se pronunciar na tarde de hoje, caso contrário encerrarei a sessão, tendo em vista que todos os oradores inscritos já foram contemplados com os devidos tempos.

Senador João Faustino, V. Ex^a usará a tribuna ou não?

O SR. JOÃO FAUSTINO (PSDB –RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência recebeu do Senhor Presidente da República a Mensagem nº 542, de 2010, na origem, encaminhando Informações Complementares ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 59, de 2010, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”, nos termos do art. 10 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

O expediente, autuado como Volume VII (Tomos Ia V) e juntado ao processado do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 59, de 2010, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A matéria será publicada em Suplemento ao Diário do Senado Federal de 16 de setembro do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Tendo em vista que todos os oradores inscritos presentes fizeram uso da palavra, não tendo nenhum outro Senador desejando fazer uso da palavra presente no Senado neste momento, dou por encerrada a sessão, às 17 horas e 17 minutos do dia de hoje, 15 de setembro de 2010.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 17 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 501 ADOTADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2010 E PUBLICADA NO DIA 08 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS, NO EXERCÍCIO DE 2010, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR AS EXPORTAÇÕES DO PAÍS; ALTERA AS LEIS Nº 12.087, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, E Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001; MODIFICA CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO DA SUBVENÇÃO EM OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DE QUE TRATA O ART. 1º DA LEI Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, EM OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DESTINADAS À AQUISIÇÃO E PRODUÇÃO DE BENS DE CAPITAL E À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”:

CONGRESSISTAS E EMENDAS NºS

Deputado ALFREDO KAEFER – PSDB.....	001, 007.
Senador ÁLVARO DIAS – PSDB.....	012, 018.
Deputado ANTÔNIO CARLOS M. THAME-PSDB..	005.
Deputado FELIPE MAIA – DEM.....	004.
Deputado FERNANDO CORUJA – PPS.....	006.
Deputado GERMANO BONOW – DEM.....	013, 019.
Senador INÁCIO ARRUDA – PCdoB.....	015, 016, 017.
Deputado PAULO BORNHAUSEN – DEM.....	009, 010, 011.
Deputada PERPÉtua ALMEIDA – PCdoB.....	003.
Senador ROBERTO CAVALCANTI – PRB.....	002, 008, 020, 021.
Deputado SANDRO MABEL – PR.....	014.

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 021

MPV 501

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00001

Data 14/09/2010	Proposição Emenda à Medida Provisória nº 501/2010
--------------------	--

Artor ALFREDO KAEFER	Nº do proponente
-------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutiva global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acréscimo-se ao artigo 6º da MP nº 501/2010, os seguintes novos parágrafos, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

§ 1º Os Estados e o Distrito Federal deverão devolver em até sessenta dias, após requerimento do Contribuinte, os créditos acumulados do ICMS nas operações de Exportações, que não puderam ser compensados com demais débitos das suas operações no mercado interno.

§ 2º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar comprovação efetiva da restituição dos valores do ICMS aos exportadores, quando requerido por estes, nos casos em que sua utilização for desvinculada dos demais débitos próprios das operações no mercado interno.

§ 3º *Comprovação da restituição é condição obrigatória para que a União proceda à liberação dos repasses nos termos desta Medida Provisória.*

JUSTIFICATIVA

Parece-me oportuno criar instrumentos legais que mediam o comportamento fiscalista dos Estados, cabendo nesta MP Emenda nesse sentido, principalmente em seu artigo 6º incluindo para que os Estados devolvam os Créditos acumulados do ICMS por Exportações. Outro ponto a ser atacado é a necessidade dos Estados apresentarem comprovação de efetiva "Restituição" dos valores do ICMS aos Exportadores, sendo esta condição obrigatória para que a União proceda à liberação dos Repasses nos termos desta MP. Aliado a estas medidas é necessário que os Estados atentem para o direito dos Exportadores dando condições a eles de manterem e utilizarem os referidos créditos acumulados e para isso é necessário a liberação dos créditos para transferências íntegras aos adquirentes sem limitações de aproveitamento, como existe atualmente.

Subsume-se a sistemática de Devolução dos créditos acumulados do ICMS, pelos Estados aos seus Contribuintes Exportadores. É sabido que atualmente os Estados da Federação criam o maior embargo possível, com o objetivo de o contribuinte ver frustrada a sua tentativa de buscar em espécie ou por regime de transferência a terceiro os valores de ICMS acumulado por operações de Exportações. É notadamente sabido que em vários setores da economia, principalmente as agroindústrias do País são credoras do ICMS, por força das operações de exportações, não havendo possibilidade de compensação com débitos devidos do mercado interno, por serem menores que os créditos acumulados mercalmente. Quando o Contribuinte dirige-se ao Estado no sentido de buscar satisfação para a transferência destes a terceiros o ente público realiza uma verdadeira fiscalização, com o objetivo de sustentar a liberação e impor restrições de créditos de toda natureza, com a finalidade de reingier o direito do contribuinte exportador. Não bastasse esse disparate administrativo, nos casos em que a autorização se configura, após uma longa e trabalhosa espera, os Estados impõem limites de transferências que vão de três meses a 4 anos, para o repasse dos créditos acumulados, criando assim um verdadeira confisco ao contribuinte pelas notórias perdas financeiras e de crédito de compradores.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2010.

PARLAMENTAR

Data: 14/09/10	Nome: Alfredo Kaefér	Assinatura
----------------	----------------------	------------

MPV 501

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00002

Data 14/09/2010	proposição Medida Provisória nº 501, de 2010.			
Autor SENADOR ROBERTO CAVALCANTI - PRB			nº do prontuário	
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global				
Página 1/1	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alineas

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o artigo 7º da Medida Provisória nº 501, de 2010.

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do escopo dos fundos garantidores de risco de crédito, possibilitando também oferecer garantias para operações de crédito educativo, desvirtua o intuito dos fundos e prejudica as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Os recursos da União e dos bancos nos fundos são escassos. Ao abrir essa nova possibilidade, o que resta de recursos nos fundos pode ser destinado ao crédito educativo, prejudicando a manutenção do fluxo de crédito às empresas.

PARLAMENTAR

Brasília, 14 de setembro de 2010

Senador



MPV 501

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00003

data 19/09/2010	proposição Medida Provisória nº 501/2010
--------------------	---

autor Dep. Perpétua Almeida	nº do prontuário
--------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> V. Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	--	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Sugestão de emenda para MP 501/2010:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se § 7º ao art. 1º da Lei 10.260/2001:

Art. 1º (...)

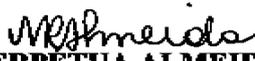
“§ 7º O financiamento de que trata o *caput* poderá ser concedido à estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos no continente sul-americano, conforme venha regulamentar o Ministério da Educação.”

Sala das Sessões em 09 de setembro de 2010

JUSTIFICAÇÃO

Uma boa formação acadêmica além de possibilitar a realização profissional e financeira do estudante, constitui-se fator essencial para o avanço do desenvolvimento social, cultural e econômico do país. Hoje, muito embora, ocorra um esforço para ampliar o número de vagas nas instituições públicas, é cada vez maior a parcela de estudantes que precisam arcar com seus estudos. Pagar um curso superior em instituição particular não é tarefa fácil, em razão das altas mensalidades e custos com materiais para pesquisa e estudo. E a situação fica ainda mais difícil para aqueles estudantes que estão cursando o ensino superior fora de nosso país.

Deste modo, tem por objetivo esta emenda estender aos estudantes que estão cursando o ensino superior, fora do país, as mesmas condições de financiamento previstas no *caput* do art. 1º da Lei 10.260, de 2001, do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.


Deputada PERPÉTUA ALMEIDA
PCdoB/AC

PARLAMENTAR

PERPÉTUA ALMEIDA
PCdoB/AC

MPV 501
00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 13/9/2010	proposição Medida Provisória nº 501/2010
-------------------	---

Deputado <i>Felipe Maia - DEM/RN</i>	Nº do proponente
--------------------------------------	------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 8º da Medida Provisória nº 501/2010, a seguinte redação:

Art. 8º A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 5º-A. As condições de amortização dos contratos de financiamento celebrados no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES serão fixadas por meio de ato do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. Sobre as condições mencionadas no caput, deverá ser observado o seguinte:

- I- Início da amortização no 21º (vigésimo primeiro) mês após a conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado;
- II- Prazo de amortização em período mínimo equivalente a 3 (três) vezes o prazo de permanência do estudante na condição de financiado, acrescido de 18 (dezoito) meses.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir que nos contratos de financiamentos realizados no âmbito do FIES deve ser considerado o mínimo de 21 meses para início da amortização, bem como de até 3 vezes o prazo de permanência do estudante na condição de financiado, acrescido de 18 meses.

Felipe Maia

MPV 501

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

13/09/2010	proposição Medida Provisória n.º 501, de 08/09/2010
------------	--

autor DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)	n.º do prontuário 332
---	--------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input checked="" type="radio"/> substitutiva	3 <input checked="" type="radio"/> X modificativa	4 <input checked="" type="radio"/> aditiva	5 <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	--	--

Página	Artigo 8º	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	-----------	------------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 8º da Medida Provisória nº 501, de 8 de setembro de 2010, a seguinte redação:

"Art. 8º. O art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º

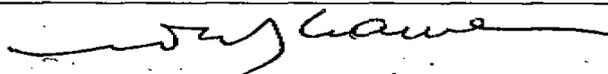
V - amortização: terá início no 19º (décimo nono) mês, contado a partir do mês de conclusão do curso, parcelando-se o saldo devedor em período equivalente a até 3 (três) vezes o prazo de permanência do estudante na condição de financiado, acrescido de 12 (doze) meses;

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória Nº 487 propôs alteração em alguns dispositivos da Lei nº 10.260, de 2001, que dispõe sobre o de Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. Na Exposição de Motivos, esclarecia que "o principal ajuste (...) diz respeito à forma de amortização dos financiamentos concedidos no âmbito do Fundo. A regra atual, alterada recentemente pela Lei nº 12.202 de 14/01/2010, ampliou o prazo de carência de 6 para 18 meses, mantendo, contudo, a previsão de duas fases distintas. (...) Com a ampliação significativa do prazo de carência e de financiamento, as dificuldades operacionais para sustentar dois períodos de amortização distintos justificam a previsão de fase única, já que eventual elevação da parcela a ser desembolsada pelo estudante após 18 meses de carência poderá ser assimilada pelo estudante sem surpresas. Assim, pelas novas regras, a amortização "terá início no 19º (décimo nono) mês ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, parcelando-se o saldo devedor em período equivalente a até 3 (três) vezes o prazo de permanência do estudante na condição de financiado, acrescido de 12 (doze) meses". Contudo, por não ter sido aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em tempo hábil, a MP 487 perdeu a validade no dia 5 de setembro. Editada a MP 501, de 8 de setembro de 2010, prevê, em seu art. 8º, que ficará a cargo do Poder Executivo a fixação das condições de amortização do FIES. É nosso entendimento que, além de usurpar competência do Poder Legislativo, o dispositivo introduz uma incerteza nas regras do FIES, na direção oposta aos interesses dos estudantes dos cursos superiores, beneficiários do esquema de financiamento implantado no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Por essa razão, estamos propondo que seja praticamente restabelecida a redação prevista no art. 4º da Medida Provisória nº 487, de 2010, nos termos da Emenda que ora apresentamos.

PARLAMENTAR



MPV 501

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00006

data 09/09/2010	proposição Medida Provisória nº 501 de 2010
--------------------	--

Autor Dep. Fernando Coruja	nº de propositura
-------------------------------	-------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input type="checkbox"/> Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	---	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 8º da Medida Provisória 501, de 2010, a seguinte redação:

*Art. 8º. A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

*Art. _____ 4º

§ 9º A concessão de financiamento por meio do FIES a cursos superiores incluirá os cursos ministrados na modalidade de ensino a distância (EAD), na forma regulamentada pelo Poder Executivo" (NR)

*Art. 5º-A. As condições de amortização dos contratos de financiamento celebrados no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES serão fixadas por meio de ato do Poder Executivo Federal." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 10.260/01 dispõe sobre a concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de forma a promover a inserção do máximo de alunos que queiram concluir seus estudos e não tenham condições financeiras para fazê-lo.

Embora se depreenda que o objetivo da Lei é a de clara inserção, a Portaria Normativa nº 1, de 22 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação, estabeleceu em seu Art. 1º, § 7º, que "é vedada, em qualquer hipótese, a concessão de financiamento por meio do FIES a cursos superiores ministrados na modalidade de ensino à distância (EAD), em nítida afronta ao objeto maior da lei, sobretudo se considerarmos o avanço dessa modalidade de ensino em todo o mundo.

Nesse sentido, apresento esta emenda, no sentido de facilitar a entrada dos estudantes nas instituições particulares de ensino a distância credenciadas pelo MEC para que possam, além de se aprimorar profissionalmente, ainda exercer o seu direito de postular a concessão de financiamento por meio do FIES, corrigindo a distorção praticada pela Portaria supracitada.

Sala das Sessões, 09 de setembro de 2010.


Deputado Fernando Coruja

MPV 501

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 14/09/2010		Proposição Emenda à Medida Provisória nº 501/2010		
Autor ALFREDO KAEFER			Nº do prontuário	
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				
EMENDA ADITIVA				
<p>Acrescente-se ao artigo do 8º da MP n.º 501/2010, os seguintes novos parágrafos, que passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 1º. Os parágrafos do art.5º-A da Lei nº10. 260, de 12 de julho de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>*Art. 5º-A</p> <p>§1º Haverá prestação de garantias por dois avalistas solidários, brasileiros e com habilitação civil.</p> <p>§2º A carência será de 24 (vinte e quatro) meses e prazo de pagamento do saldo devedor parcelado em até quatro vezes o período financiado do curso, acrescido de 12 meses contados a partir do mês subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente por iniciativa do estudante financiado.</p> <p>§3º O valor a financiar será de 100% (cem por cento) da parcela mensal cobrada pela Instituição, podendo ser acrescido de até 50% como financiamento complementar para outras despesas do estudante e ainda das possíveis despesas. Será incluso no financiamento dos FIES seguro prestamista para fazer frente à inadimplência por falta de pagamento.</p> <p>§4º Será constituído Comitê paritário fiscalizador da concessão, aplicação e retorno dos financiamentos.</p> <p>§5º A critério e juízo de tal Comitê Paritário poderão ser aplicadas as seguintes sanções e/ou penalidades:</p> <p>I - às Instituições de Ensino: suspensão temporária, descredenciamento e devolução integral e imediata dos recursos recebidos mais multa, mora e juros de 12,0% a. a. e impedimento de participar de licitações e fornecimentos de serviços públicos em casos de irregularidades na prestação de serviços, desvios nas aplicações dos recursos e outros dolos comprovados;</p> <p>II - aos estudantes mais seus fiadores solidários: devolução integral e imediata dos recursos recebidos mais multa, mora e juros de 6,0% a. a. e impedimento contratar novos financiamentos da modalidade em casos de inadimplências e atraso não-justificados por mais de 6 meses no pagamento das prestações mensais nas datas aprezadas.</p>				

JUSTIFICAÇÃO

O FIES foi criado com o objetivo de garantir o direito de estudantes carentes ao acesso ao ensino superior e, assim, viabilizar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE, de prover até 2011, a oferta para pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. Ocorre que os estudantes que aderiram ao programa vem enfrentando grandes dificuldades. Mais de 10% dos contratos estão inadimplentes há mais de um ano. Entretanto, o número de atingidos é maior. Com sessenta dias de atraso, os nomes dos estudantes e seus fiadores são inscritos no SERASA e no SPC. A Caixa Econômica Federal utiliza a "tabela price" – que implica a cobrança de juros sobre juros – prática que vem sendo considerada ilegal pela Justiça.

Os estudantes vinculados ao FIES pretendem quitar suas dívidas nos prazos contratados, mas com a adoção de critérios justos, e não como usurários incompatíveis com se fossem um banco público e no contexto de um programa de inclusão. Assim, buscar uma solução para os estudantes vinculados ao FIES, em especial os carentes, passa a ser fundamental para que não sejam prejudicados em seus direitos à educação.

A proposta alteração da legislação da carência de 24 (vinte e quatro) meses o prazo para pagar o saldo devedor em até quatro vezes o período financiado do curso, acrescido de 12 meses, será de suma importância para o estudante que necessita deste financiamento. Tudo, desta forma, colabora para que o estudante possa ter um ensino de qualidade, se dedicar intensamente e ingressar de forma competitiva no mercado de trabalho. Na forma atual, o retorno tem sido dificultado diante da atual crise econômica social em que o país se encontra, ou quando empregado, o salário funcional não é suficiente para honrar seu débito nas datas aprazadas.

Deste modo, o programa de financiamento estudantil, parte integrante da política pública de democratização de acesso ao ensino superior, continuará cumprindo sua função social de incentivo a educação superior de estudantes carentes, mas de forma justa e com garantias de liquidação por parte daqueles que o contratam.

Entretanto, desde o início da implantação e entrada em funcionamento desses programas de inclusão, um grave e previsível problema se apresentou: seria absolutamente necessário prover algum tipo de suporte ou apoio complementar para a permanência e o sucesso escolar dos estudantes agraciados, majoritariamente sem recursos suficientes para pagar meios de transporte, alimentação e material didático. De outra forma, a evasão/abandono dos cursos – mesmo nos casos de concessão de bolsas totais – seria a consequência natural, fato que, aliás, já está bem qualificado em praticamente todas as instituições que recebem este alunado. Ocorre que esses programas de apoio complementar, no nosso entendimento, ainda não se fizeram presentes, ao menos com a extensão e no valor devido, para fazer reverter a tendência de abandono dos bancos escolares pelos alunos mais carentes.

A luz destes argumentos, venho então solicitar dos meus Pares o imprescindível apoio para a aprovação desta emenda que ora apresento, e que intenciona proporcionar àqueles estudantes que tanto desejam chegar a bom termo em seus cursos superiores de graduação ou de pós-graduação, financiamento para a compra de material didático e equipamentos de apoio aos estudos, por meio do FIES e ainda para pagamentos de seguros prestamistas mensais, de forma a reduzir os riscos dos agentes, estudantes e avalistas. Por simples modificações e adaptações das regras deste Programa, poderemos contribuir para dar aos programas de inclusão educacional o indispensável complemento para assegurar aos estudantes carentes a permanência e o bom aproveitamento de que necessitam em sua vida universitária.

A presente emenda a visa diminuir as desigualdades, pois aplicará o princípio da isonomia, mais o art. 208 da Constituição Federal de 1988, que garante o acesso aos níveis mais elevados do ensino.

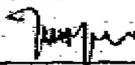
Sala das Sessões, 14 em de setembro de 2010.

PARLAMENTAR

Data: 14/09/10

Nome: Alfredo Kaefer

Assinatura



MPV 501

00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 14/09/2010	proposição Medida Provisória nº 501, de 2010.			
Autor SENADOR ROBERTO CAVALCANTI-PRB			nº do prontuário	
1. Spressiva 2. Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global				
Página 1/1	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alineas

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 10 da Medida Provisória nº 501, de 2010, a seguinte redação:

Art. 10. A subvenção econômica de que trata o art. 1º da Lei no 12.096, de 24 de novembro de 2009, poderá ser concedida às operações de financiamento nele referidas, contratadas até 31 de dezembro de 2011.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 501 de 2010 é positiva, uma vez que amplia os recursos destinados ao investimento produtivo brasileiro, além de aumentar o escopo da subvenção e o prazo para contratação. Contudo, a ampliação em três meses pode não ser suficiente para atender os projetos de investimentos agora atendidos.

A presente emenda corrige esse aspecto da MPV 501 e amplia o prazo até 31 de dezembro de 2011.

PARLAMENTAR

Brasília, 14 de setembro de 2010

Senador

ROBERTO CAVALCANTI

MPV 501

00009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 501/2010
------	--

Deputado ^{autor} PAULO BONHAUSEN - DEM	Nº do prontuário
---	------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Fica acrescido o seguinte § 4º ao art. 10 da Medida Provisória nº 501, de 2010:

“Art. 10 _____

§4º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES deverá produzir e divulgar relatório trimestral sobre as operações de que trata o caput, contemplando, entre outros, montantes concedidos, setor e porte das empresas beneficiadas, além do valor associado à equalização de juros referida no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.096, de 2009.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O trato com recursos públicos pressupõe transparência total dos atos. Nesse sentido, em se tratando de programa que envolve subvenções por parte da União próximas a R\$ 8 bilhões somente no biêncio 2011/2012, propomos a produção e divulgação de relatório trimestral por parte do BNDES.

PARLAMENTAR

Paulo Bonhausen

MPV 501

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00010

Data	proposição Medida Provisória nº 501/2010
------	---

Deputado <i>PAULO BONTAVSEM</i>	Nº do prontuário
---------------------------------	------------------

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Fica acrescido o seguinte § 4º ao art. 10 da Medida Provisória nº 501, de 2010:

“Art. 10 _____

§4º Nas operações de financiamento de que trata o caput terão preferência aqueles projetos mais intensivos em mão de obra, sem prejuízo da análise de viabilidade econômico-financeira dos mesmos.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Por se tratar de programa de financiamentos de R\$ 134 bilhões; com forte subvenção por parte da União, entende-se necessário adotar como critério de escolha dos projetos a geração de empregos. Entre os projetos viáveis do ponto de vista financeiro, devem ter preferência aqueles mais intensivos em mão de obra, tendo em mente o papel social que esperamos seja desempenhado pelo BNDES.

PARLAMENTAR

Paulo Bontavsem

MPV 501

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00011

Data	proposição Medida Provisória nº 501/2010
------	---

autor Deputado <i>PAULO BONHAUSEN</i>	Nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fica acrescido o seguinte § 4º ao art. 10 da Medida Provisória nº 501, de 2010:

“Art. 10

§4º Na concessão dos financiamentos de que trata o caput, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo efetuado análise quanto à viabilidade econômico-financeira dos projetos, deverá priorizar as empresas de menor porte.” (NR)

JUSTIFICATIVA

As micro, pequenas e médias empresas, muitas vezes deixadas em segundo plano pelo BNDES, são as grandes empregadoras deste país. Assim, por se tratar de programa de financiamentos altamente subsidiado pela União, julga-se procedente dar preferência às empresas de menor porte, sem prejuízo da análise de viabilidade econômico-financeira das operações.

PARLAMENTAR

Paulo Bonhausen

MPV 501

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 501, DE 2010.
--	---

Autor SENADOR ÁLVARO DIAS	nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo Inclusão Novo artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------------------------------	-----------	--------	--------

EMENDA ADITIVA
Medida Provisória 501/2010

Acrescenta novo artigo à MP 501/2010 com a seguinte redação, renumerando o art. 11 e 12, que passam a ser artigos 12 e 13:

Art. 11. Inclua-se no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, o seguinte artigo 15-A:

"Art. 15-A. Poderá ser autorizada a instalação de lojas francas para a venda de mercadoria nacional ou estrangeira, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira, no perímetro urbano dos municípios cujas sedes estejam localizadas na linha de fronteira do território nacional com o Uruguai."

"Parágrafo único. A venda de mercadoria somente será autorizada à pessoa física, obedecidas, no que couberem, as regras previstas no artigo 15, e demais requisitos e condições estabelecidos pela autoridade competente."

JUSTIFICAÇÃO

Busca a presente emenda aditiva a autorização do Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal, para a instalação de lojas francas na área urbana dos municípios cujas sedes estejam localizadas na linha de fronteira do território nacional com a República Oriental do Uruguai.

O projeto permite que estabelecimentos brasileiros credenciados recebam o mesmo tratamento tributário que recebem os instalados nos países vizinhos. Essas áreas podem ser caracterizadas como economias regionais atualmente isoladas dos centros dinâmicos e de decisão nacionais e com potencial de desenvolvimento reprimido por essa situação.

O instrumento para alcançar este objetivo é a inclusão no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, de um novo artigo, o artigo 15-A, que permitirá instalar lojas francas – um comércio tipo free-shop – na área urbana dos municípios cujas sedes estejam localizadas na linha de fronteira do território nacional com o Uruguai. Serão ser beneficiados os municípios de Quaraí, Santana do Livramento, Aceguá, Jaguarão e Chuí, situados na região da Campanha e Sul do Estado do Rio Grande do Sul, cujas sedes se constituem em cidades geminadas com as cidades uruguaias de Artigas, Rivera, Acegua, Rio Branco e Chuy, respectivamente.

Conforme estabelece o decreto, as lojas instaladas promoverão a venda de mercadorias, nacional ou estrangeira, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira, e a venda somente será autorizada às pessoas ou firmas habilitadas pela Secretaria da Receita Federal, através de um processo de pré-qualificação; que a mercadoria estrangeira importada diretamente pelos concessionários das referidas lojas permanecerá com suspensão do pagamento de tributos até a sua venda nas condições deste artigo. E ainda, quando se tratar de aquisição de produtos nacionais, estes sairão do estabelecimento industrial ou equiparado com isenção de tributos.

O comércio tipo *free-shop* é responsável pelo extraordinário desenvolvimento urbano das cidades uruguaias de fronteira em função da geração de novos empregos que promoveu ao longo do tempo. Lojas com visual de primeiro mundo que comercializam (e contrabandeiam) eletrodomésticos, bebidas, alimentos, roupas, medicamentos, produtos de informática, dentre outros, atraem brasileiros de todas as partes do sul do Brasil, que gastaram somente em 2009 cerca de um bilhão de dólares.

Registre-se que o Brasil exportou para o Uruguai U\$ 1.644 bilhões e importou U\$ 1.018 bilhões, apresentando saldo positivo de U\$ 626 milhões. Basta fazer a comparação para avaliar o prejuízo que as lojas *free-shop* causam à economia brasileira.

Esclarecemos que estas lojas comercializam também produtos brasileiros (pneus, autopeças, móveis, artigos de bazar, eletrodomésticos, eletrônicos, material de construção, produtos plásticos, medicamentos, erva mate, óleos lubrificantes e comestíveis, etc.), importados do nosso país com uma tributação entre 10 e 15%, e lá comercializam esses produtos – para brasileiros, sem limites de valor, quantidade ou cota diária - com preços muito inferiores aos praticados no comércio fronteiriço das cidades brasileiras. Por que isso acontece? Porque a carga tributária uruguaia é menor que a brasileira e os produtos são comercializados por preços menores que no Brasil. (Fonte DECEX).

Diante deste quadro, as atividades comerciais das cidades brasileiras geminadas sofrem efeitos negativos em suas economias, vivendo uma situação de caos financeiro e sobrevivendo com enormes dificuldades. Como exemplo, nos últimos quinze anos, no município de Santana do Livramento – cidade gêmea com Rivera – cerca de 400 empresas de médio e de grande porte, encerrou suas atividades o que já causou um desemprego na ordem de 10.000 pessoas (Fonte SEFAZ-RS e IBGE).

Expressiva parcela da população destes municípios está desempregada, que pode ser claramente percebido pela quantidade de comerciantes informais nas ruas. Devido a isto, o êxodo populacional é expressivo como se verifica no último censo realizado pelo IBGE, populações que emigraram para a capital Porto Alegre e para as regiões centro e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Assim sendo, mais do que justo entendemos ser razoável a apresentação desta emenda no bojo da presente Medida Provisória, o que alvitra solicitar o apoio do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 14/9/2010



Senador ALVARO DIAS (PSDB-PR)

MPV 501

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00013

	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 501, DE 2010.
--	---

Autor DEPUTADO GERMANO BONOW	nº do prontuário
--	------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo Inclusão Novo artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------------------------------	-----------	--------	--------

EMENDA ADITIVA
Medida Provisória 501/2010

Acrescenta novo artigo à MP 501/2010 com a seguinte redação, renumerando o art. 11 e 12, que passam a ser artigos 12 e 13:

Art. 11. Inclua-se no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, o seguinte artigo 15-A:

"Art. 15-A. Poderá ser autorizada a instalação de lojas francas para a venda de mercadoria nacional ou estrangeira, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira, no perímetro urbano dos municípios cujas sedes estejam localizadas na linha de fronteira do território nacional com o Uruguai."

"Parágrafo único. A venda de mercadoria somente será autorizada à pessoa física, obedecidas, no que couberem, as regras previstas no artigo 15, e demais requisitos e condições estabelecidos pela autoridade competente."

JUSTIFICAÇÃO

Busca a presente emenda aditiva a autorização do Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal, para a instalação de lojas francas na área urbana dos municípios cujas sedes estejam localizadas na linha de fronteira do território nacional com a República Oriental do Uruguai.

O projeto permite que estabelecimentos brasileiros credenciados recebam o mesmo tratamento tributário que recebem os instalados nos países vizinhos. Essas áreas podem ser caracterizadas como economias regionais atualmente isoladas dos centros dinâmicos e de decisão nacionais e com potencial de desenvolvimento reprimido por essa situação.

O instrumento para alcançar este objetivo é a inclusão no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, de um novo artigo, o artigo 15-A, que permitirá instalar lojas francas – um comércio tipo free-shop – na área urbana dos municípios cujas sedes estejam localizadas na linha de fronteira do território nacional com o Uruguai. Serão ser beneficiados os municípios de Quarai, Santana do Livramento, Aceguá, Jaguarão e Chuí, situados na região da Campanha e Sul do Estado do Rio Grande do Sul, cujas sedes se constituem em cidades geminadas com as cidades uruguaias de Artigas, Rivera, Acegua, Rio Branco e Chuy, respectivamente.

Conforme estabelece o decreto, as lojas instaladas promoverão a venda de mercadorias, nacional ou estrangeira, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira, e a venda somente será autorizada às pessoas ou firmas habilitadas pela Secretaria da Receita Federal, através de um processo de pré-qualificação; que a mercadoria estrangeira importada diretamente pelos concessionários das referidas lojas permanecerá com suspensão do pagamento de tributos até a sua venda nas condições deste artigo. E ainda, quando se tratar de aquisição de produtos nacionais, estes sairão do estabelecimento industrial ou equiparado com isenção de tributos.

O comércio tipo *free-shop* é responsável pelo extraordinário desenvolvimento urbano das cidades uruguaias de fronteira em função da geração de novos empregos que promoveu ao longo do tempo: Lojas com visual de primeiro mundo que comercializam (e contrabandeiam) eletrodomésticos, bebidas, alimentos, roupas, medicamentos, produtos de informática, dentre outros, atraem brasileiros de todas as partes do sul do Brasil, que gastaram somente em 2009 cerca de um bilhão de dólares.

Registre-se que o Brasil exportou para o Uruguai U\$ 1.644 bilhões e importou U\$ 1.018 bilhões, apresentando saldo positivo de U\$ 626 milhões. Basta fazer a comparação para avaliar o prejuízo que as lojas *free-shop* causam à economia brasileira.

Esclarecemos que estas lojas comercializam também produtos brasileiros (pneus, autopeças, móveis, artigos de bazar, eletrodomésticos, eletrônicos, material de construção, produtos plásticos, medicamentos, erva mate, óleos lubrificantes e comestíveis, etc.), importados do nosso país com uma tributação entre 10 e 15%, e lá comercializam esses produtos – para brasileiros, sem limites de valor, quantidade ou cota diária - com preços muito inferiores aos praticados no comércio fronteiriço das cidades brasileiras. Por que isso acontece? Porque a carga tributária uruguaia é menor que a brasileira e os produtos são comercializados por preços menores que no Brasil. (Fonte DECEX).

Diante deste quadro, as atividades comerciais das cidades brasileiras geminadas sofrem efeitos negativos em suas economias, vivendo uma situação de caos financeiro e sobrevivendo com enormes dificuldades. Como exemplo, nos últimos quinze anos, no município de Santana do Livramento – cidade gêmea com Rivera – cerca de 400 empresas de médio e de grande porte, encerrou suas atividades o que já causou um desemprego na ordem de 10.000 pessoas (Fonte SEFAZ-RS e IBGE).

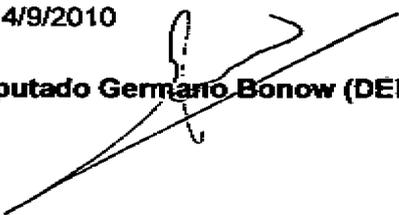
Expressiva parcela da população destes municípios está desempregada, que pode ser claramente percebido pela quantidade de comerciantes informais nas ruas. Devido a isto, o êxodo populacional é expressivo como se verifica no último censo realizado pelo IBGE, populações que emigraram para a capital Porto Alegre e para as regiões centro e nordeste do

Estado do Rio Grande do Sul.

Assim sendo, mais do que justo entendemos ser razoável a apresentação desta emenda no bojo da presente Medida Provisória, o que alvitra solicitar o apoio do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 14/9/2010

Deputado Germano Bonow (DEM-RS)



MPV 501**00014**

DATA 14/09/2010	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 501 de 2010			
AUTOR DEP. SANDRO MABEL – PR/GO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

Inclua-se na Medida Provisória nº 501 de 06/09/2010, onde couber o seguinte artigo:

Art. XX. O caput e o inciso II do art. 6º-B da Lei n.º 10.260, de 12 de Julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 6º-B O Fies poderá abater, na forma do regulamento, mensalmente, 2,00% (dois inteiros por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes que exercerem as seguintes profissões em municípios de até 15 (quinze) mil habitantes localizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e na Área da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, definida na Lei Complementar n.º 125, de 01/02/2007:*

I -

II - médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento, sem prejuízo do disposto na parte final do caput deste artigo;

....." (NR)

JUSTIFICATIVA

Em 14 de janeiro deste ano, o Presidente da República sancionou a Lei n.º 12.202, de 2010, que, dentre as inovações promovidas na Lei n.º 10.260, de 2001, mais conhecida como a Lei do FIES, estabeleceu inédita sistemática de abatimento das dívidas, mediante a prestação de serviço em áreas prioritárias, como saúde e educação.

A novidade foi introduzida por meio do art. 6º-B, que autoriza o FIES

a abater mensalmente 1,00% (um inteiro por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes que exercerem as seguintes profissões:

- a) professor em efetivo exercício na rede pública de educação básica com jornada de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, graduado em licenciatura; e
- b) médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento.

Apesar do consenso alcançado quando da aprovação do Projeto de Lei n.º 4.881, de 2009, e apensados, que deu origem à Lei n.º 12.202, de 2010, a discussão deve ser reaberta, no sentido de condicionar o direito ao abatimento à prestação dos serviços em municípios de até quinze mil habitantes, bem como de elevar de 1,00% (um inteiro por cento) para 2,00% (dois inteiros por cento) o desconto permitido para os estudantes que exercerem as referidas profissões. As duas medidas se complementam e se reforçam como veremos a seguir.

A alocação desses profissionais em áreas de carência de recursos humanos e com problemas de retenção de pessoal é importantíssima em vista das disparidades regionais e injustiças sociais do país. A legislação aprovada ano passado contemplava essa preocupação, na forma do § 1º do art. 6º-B, que condicionava a atuação de 75% dos médicos e professores licenciados beneficiários do desconto às Regiões Norte e Nordeste, consideradas as mais carentes. Esse dispositivo, no entanto, foi vetado pelo Presidente da República, em 14 de Janeiro deste ano, quando da sanção da Lei nº 12.202, de 2010.

É importante que a lei disponha sobre um parâmetro mais específico para definir as localidades mais carentes para fins de aplicação do art. 6º- B, sem prejuízo de sua regulamentação pelo Poder Executivo. Nesse sentido, proponho que no **caput** do art. 6º- B seja autorizado o abatimento apenas aos estudantes que exercerem as referidas profissões nos municípios de até 15 (quinze) mil habitantes localizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e na Área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, definida na Lei Complementar n.º 125, de 01/02/2007 . A medida irá beneficiar

as localidades menores das regiões mais pobres do país que, em geral, apresentam escassez de professores licenciados e médicos, formados em cidades maiores, bem como contribuirá para reduzir o estrangulamento dos serviços de saúde em grandes centros, como ocorre, por exemplo, em Brasília, que recebe muitos pacientes oriundos das pequenas cidades do entorno do Distrito Federal.

A elevação do percentual de 1% (um inteiro por cento) para 2% (dois inteiros por cento) da dívida por mês trabalhado poderá aumentar a eficácia da condicionalidade que no parágrafo anterior propomos neste projeto de lei. Isso se dá porque entendemos que o abatimento deve ser tal que estimule o estudante a prestar os serviços na escola pública ou na equipe de saúde da família numa cidade diferente da sua.

Para isso, o ideal é que o beneficiário do Fies recém-graduado vá oferecer seus serviços profissionais em outra cidade por um prazo que seja o suficiente para que ele se comprometa com o desenvolvimento de seu trabalho, em vez de se acomodar numa situação de passagem, trânsito, bem como contribuir para sua adaptação, em que poderá criar laços para, inclusive, residir ali após o período de pagamento da dívida com o Fies.

De outro lado, o prazo para quitação do Fies, antecipado com os abatimentos, não deverá ser tão longo que o desestimule ou o desmotive a continuar trabalhando, o que afetará a qualidade dos serviços prestados, ou até mesmo poderá provocar sua desistência, antes da quitação da dívida, o que não convém para o Estado nem para o profissional e muito menos para a população.

Índices de desconto superiores a um por cento foram rejeitados ano passado, por razões de ordem financeira, conforme parecer do relator da matéria na Câmara dos Deputados, o nobre Deputado Reginaldo Lopes. Acredito que a discussão pode ser revista à luz dos novos argumentos.

Para que esta nossa iniciativa prospere e alcance o objetivo de incentivar a formação de médicos e professores que atuem nos pequenos municípios brasileiros, nas regiões mais carentes, pedimos o apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.

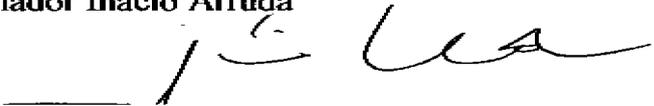
ASSINATURA

14.09.10

DEP. SANDRO MABEL PRIGO

MPV 501

00015

data 13/09/2010	proposição Medida Provisória nº 501, DE 8 DE SETEMBRO DE 2010			
autor Senador Inácio Arruda			nº do parecerista 017	
<input type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. Substitutiva <input type="checkbox"/> 3. Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> 4. Aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global				
Página 01/01	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescente-se onde couber na Medida Provisória nº 501, DE 8 DE SETEMBRO DE 2010, o seguinte Artigo:</p> <p>Art... Fica a pessoa jurídica, grande empregadora e preponderantemente exportadora, que adquirir produtos rurais, situada na Região Nordeste e na Amazônia Legal, facultada a optar pelo recolhimento da contribuição previdenciária patronal, de forma análoga à recolhida pela agroindústria, definida no art. 22-A da Lei nº 8.212/91.</p> <p>§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:</p> <p>I - pessoa jurídica preponderantemente exportadora: aquela definida no § 1º do artigo 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;</p> <p>II - Pessoa jurídica grande empregadora: aquela que possua 500 empregados ou mais.</p> <p>§ 2º Aplica-se à compensação de que trata o caput o disposto no artigo 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A Constituição Federal em seu artigo 3º, II e III, a Constituição preceitua como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a garantia do desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais.</p> <p>Ainda na nossa Carta Magna, em seu artigo 151, I admite a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.</p> <p>Considerando outrora os anseios manifestos de vários segmentos de produtores e exportadores do Nordeste e Amazônia Legal, em suprir a omissão na legislação brasileira no tocante à eleição da base de cálculo da contribuição patronal, é que submetemos à apreciação de Vossas Excelências a proposta de inclusão de Artigo na Medida Provisória nº 497/2010, pelos seguintes motivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Incentivar às grandes empresas empregadoras à exportação e à manutenção e incremento de empregos de mão – de – obra não qualificada; b) Propiciar melhor competitividade dos produtos destas referidas empresas no mercado internacional, bem possibilidade melhor competição com players internacionais; c) Estimular à fixação do homem no campo evitando o êxodo rural. <p style="text-align: center;">Atenciosamente,</p>				
PARLAMENTAR				
Senador Inácio Arruda				
				

MPV. 501

00016

data 13/09/2010	proposição Medida Provisória nº 501, DE 8 DE SETEMBRO DE 2010			
autor Senador Inácio Arruda <i>PC do B</i>			nº do prontuário 017	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 01/02	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Acrescente-se onde couber na Medida Provisória nº 501, DE 8 DE SETEMBRO DE 2010 o seguinte Artigo:				
<p>Art... – Fica autorizada ao sujeito passivo, pessoa jurídica, preponderantemente exportadora e grande empregadora, estabelecida na Região Nordeste e na Amazônia Legal, que apurar crédito de PIS e COFINS, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão, inclusive as previdenciárias.</p>				
§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:				
I - pessoa jurídica preponderantemente exportadora: aquela definida no § 1º do artigo 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;				
II - Pessoa jurídica grande empregadora: aquela que possua 500 empregados ou mais. § 2º Aplica-se à compensação de que trata o caput o disposto no artigo 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.				
JUSTIFICATIVA				
A Constituição Federal estabelece as contribuições que se destinam ao financiamento da Seguridade Social em seu art. 195, in verbis, elegendo entre outras a folha de salários e o faturamento como base de cálculo.				
<i>Art. 195 – A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições:</i>				
<i>I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidente sobre:</i>				
<i>a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;</i>				
<i>b) a receita e o faturamento;</i>				
<i>c) o lucro.</i>				
Considerando outrora os anseios manifestos de vários segmentos de produtores e exportadores em suprir a omissão na legislação brasileira no tocante à eleição da base de cálculo da contribuição patronal, é que submetemos à apreciação de Vossas Excelências a proposta de inclusão de Artigo na Medida Provisória nº 497/2010, pelos seguintes motivos:				
a) Incentivar às grandes empresas empregadoras à exportação e à manutenção e incremento de empregos de mão – de – obra qualificada;				
PARLAMENTAR				



TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Continua

- b) Propiciar melhor competitividade dos produtos destas referidas empresas no mercado internacional, bem possibilidade melhor competição com players internacionais;
- c) Estimular à fixação do homem no campo evitando o êxodo rural.

Oportuno ainda destacar que a legislação sobre compensação tributária utiliza como critério para permitir a compensação o fato de os tributos e contribuições estarem sob a mesma administração. Neste sentido, o artigo 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 permite a compensação de créditos de tributos e contribuições com débitos de tributos e contribuições desde que ambos, créditos e débitos, sejam do próprio contribuinte e administrados "pela Secretaria da Receita Federal". Com a criação da Super Receita pela Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, a Receita Federal do Brasil passou a administrar, além dos tributos e contribuições federais, também a cobrança e o recolhimento das contribuições previdenciárias. Neste sentido, os contribuintes passaram a acreditar que seria permitida também a compensação de tributos com contribuições previdenciárias. Ocorre a Instrução Normativa RFB nº 900, de 30 de dezembro de 2008, veda a compensação de tributos com contribuições previdenciárias.

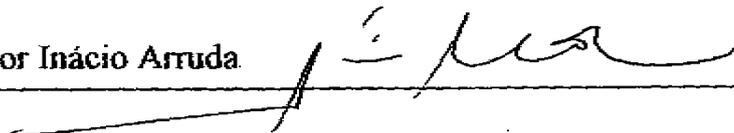
A despeito dos debates sobre a legalidade da vedação ocorrida via Instrução Normativa, fato é que a permissão de compensação de tributos com contribuições previdenciárias é de extrema importância para o setor exportador, pois este, ao mesmo tempo em que emprega um significativo volume de pessoal, sendo, portanto, um grande contribuinte das contribuições previdenciárias, reconhecidamente acumula créditos tributários, o que acaba por ameaçar a efetividade da imunidade a tributos assegurada pela Constituição Federal.

Ressalte-se que o impacto da previsão legislativa nas contas públicas é meramente financeiro, pois o crédito tributário já existe e o que se pretende é apenas a viabilização de sua utilização com débitos de contribuições previdenciárias para o setor exportador já que este, sendo imune a alguns impostos e contribuições, acaba não tendo débitos tributários em montante suficiente para a compensação de seus créditos, o que gera um acúmulo de créditos tributários administrados pela Receita Federal ao mesmo tempo em que lhe obriga a recolher contribuições previdenciárias também administradas por aquele Órgão, o que é extremamente prejudicial ao seu fluxo de caixa.

Atenciosamente,

PARLAMENTAR

Senador Inácio Arruda



MPV 501

00017

data 13/09/2010	proposição Medida Provisória nº 501, DE 8 DE SETEMBRO DE 2010			
autor Senador Inácio Arruda <i>PC do B</i>			nº do prontuário 017	
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 01/02	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Acrescente-se onde couber na Medida Provisória nº 501, DE 8 DE SETEMBRO DE 2010 o seguinte Artigo:				
<p>Art ... – A pessoa jurídica, preponderantemente exportadora e grande empregadora, estabelecida na Região Nordeste e na Amazônia Legal, que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo e contribuição administrado pela Receita Federal do Brasil, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão, inclusive as contribuições previdenciárias.</p>				
<p>§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:</p>				
<p>I - pessoa jurídica preponderantemente exportadora: aquela definida no § 1º do artigo 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;</p>				
<p>II - Pessoa jurídica grande empregadora: aquela que possua 500 empregados ou mais.</p>				
<p>§ 2º Aplica-se à compensação de que trata o caput o disposto no artigo 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>A Constituição Federal estabelece as contribuições que se destinam ao financiamento da Seguridade Social em seu art. 195, in verbis, elegendo entre outras a folha de salários e o faturamento como base de cálculo.</p>				
<p><i>Art. 195 – A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições:</i></p>				
<p><i>I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidente sobre:</i></p>				
<p><i>a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;</i></p>				
<p><i>b) a receita e o faturamento;</i></p>				
<p><i>c) o lucro.</i></p>				
<p>Em seu artigo 3º, II e III, a Constituição proccitua como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a garantia do desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais.</p>				
PARLAMENTAR				



TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Continua

Ainda na nossa Carta Magna, em seu artigo 151, I admite a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.

Considerando outrora os anseios manifestos de vários segmentos de produtores e exportadores do Nordeste e Amazônia Legal, em suprir a omissão na legislação brasileira no tocante à eleição da base de cálculo da contribuição patronal, é que submetemos à apreciação de Vossas Excelências a proposta de inclusão de Artigo na Medida Provisória nº 497/2010, pelos seguintes motivos:

- a) Incentivar às grandes empresas empregadoras à exportação e à manutenção e incremento de empregos de mão – de – obra qualificada;
- b) Propiciar melhor competitividade dos produtos destas referidas empresas no mercado internacional, bem possibilidade melhor competição com players internacionais;
- c) Estimular à fixação do homem no campo evitando o êxodo rural.

Oportuno ainda destacar que a legislação sobre compensação tributária utiliza como critério para permitir a compensação o fato de os tributos e contribuições estarem sob a mesma administração. Neste sentido, o artigo 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 permite a compensação de créditos de tributos e contribuições com débitos de tributos e contribuições desde que ambos, créditos e débitos, sejam do próprio contribuinte e administrados “pela Secretaria da Receita Federal”. Com a criação da Super Receita pela Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, a Receita Federal do Brasil passou a administrar, além dos tributos e contribuições federais, também a cobrança e o recolhimento das contribuições previdenciárias. Neste sentido, os contribuintes passaram a acreditar que seria permitida também a compensação de tributos com contribuições previdenciárias. Ocorre a Instrução Normativa RFB nº 900, de 30 de dezembro de 2008, veda a compensação de tributos com contribuições previdenciárias

A despeito dos debates sobre a legalidade da vedação ocorrida via Instrução Normativa, fato é que a permissão de compensação de tributos com contribuições previdenciárias é de extrema importância para o setor exportador, pois este, ao mesmo tempo em que emprega um significativo volume de pessoal, sendo, portanto, uma grande contribuinte das contribuições previdenciárias, reconhecidamente acumula créditos tributários, o que acaba por ameaçar a efetividade da imunidade a tributos assegurada pela Constituição Federal.

Ressalte-se que o impacto da previsão legislativa nas contas públicas é meramente financeiro, pois o crédito tributário já existe e o que se pretende é apenas a viabilização de sua utilização com débitos de contribuições previdenciárias para o setor exportador já que este, sendo imune a alguns impostos e contribuições, acaba não tendo débitos tributários em montante suficiente para a compensação de seus créditos, o que gera um acúmulo de créditos tributários administrados pela Receita Federal ao mesmo tempo em que lhe obriga a recolher contribuições previdenciárias também administradas por aquele Órgão, o que é extremamente prejudicial ao seu fluxo de caixa.

Atenciosamente,

PARLAMENTAR

Senador Inácio Arruda



MPV 501

00018

	Proposição
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 501/2010

Autor SENADOR ÁLVARO DIAS	nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo Inclusão (onde couber)	Parágrafo	inciso	Alínea
--------	----------------------------------	-----------	--------	--------

EMENDA ADITIVA Nº - CN
(à Medida Provisória nº 501, de 2010)

Inclua-se, onde couber:

Art. Os limites e obrigações estabelecidos pela Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000, a serem cumpridos pelos Entes Públicos, no exercício financeiro de 2009, serão flexibilizados na proporção relativa à frustração da receita estimada no respectivo orçamento.

Parágrafo único - Os Tribunais de Contas orientarão seus jurisdicionados nos procedimentos adequados ao cumprimento do estabelecido na presente Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Buscamos, por meio desta emenda aditiva, flexibilizar a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal para os Municípios, no exercício financeiro de 2009, de modo a permitir que os prefeitos e prefeitas possam cumprir com os limites impostos por este diploma legal em decorrência da crise financeira que atingiu as receitas municipais no exercício de 2009. Não objetiva, portanto promover alterações no texto da LRF.

Tal flexibilização se impõe visto que os gestores públicos de 2008, quando da elaboração dos instrumentos de planejamento - Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais, não poderiam prever em hipótese alguma a violenta supressão de recursos que ocorreria nos repasses da União, através do FPM. Afinal, somando os valores já confirmados dos repasses do Fundo às projeções da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) chegamos a R\$ 49.502 bilhões em 2009, ou seja, valor 3% menor que em 2008.

Os novos gestores que assumiram em 2009 não contavam com esse decréscimo nas suas receitas, e trabalhando com um orçamento que não foi por eles elaborado e que não se concretizou, deixando a descoberto rubricas fundamentais como saúde, educação e assistência social.

Ao lado das frustrações impostas pelo decréscimo do FPM, a atividade econômica nos Municípios e nos Estados também sofreu restrições impondo, em decorrência, a diminuição do ICMS e da arrecadação própria dos Entes Municipais.

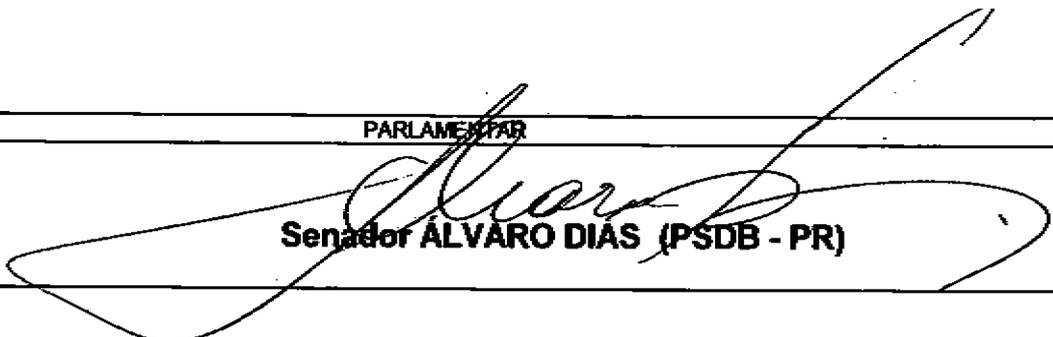
Tal diminuição, segundo a área técnica da CNM, chegou, no primeiro semestre de 2009 a 6 bilhões de reais, perfazendo, uma queda real comparada com o mesmo período do ano de 2008 de 3,4%. A CIDE, por exemplo, caiu 69%, os Royalties 34% e os repasses da Lei Kandir 6,1%. Além disso, o ICMS caiu em média 3,3% e a média da arrecadação própria obteve um aumento de apenas 6,3% no período.

Assim, verifica-se o severo comprometimento do equilíbrio das contas públicas e conseqüentemente a impossibilidade dos prefeitos cumprirem os limites da LRF, principalmente os relativos à despesa de pessoal, pois é impossível frear o crescimento vegetativo da folha de pagamento.

Por essa razão, justifica-se plenamente a apresentação da presente proposta de emenda que busca flexibilizar e não alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal para o exercício de 2009.

Sala das Sessões, 14/9/2010

PARLAMENTAR


Senador ALVARO DIAS (PSDB - PR)

MPV 501

00019

	Proposição
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 501/2010

Autor DEPUTADO GERMANO BONOW	nº do prontuário
---	-------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo Inclusão (onde couber)	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	--	------------------	---------------	---------------

**EMENDA ADITIVA Nº - CN
(à Medida Provisória nº 501, de 2010)**

Inclua-se, onde couber:

Art. Os limites e obrigações estabelecidos pela Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000, a serem cumpridos pelos Entes Públicos, no exercício financeiro de 2009, serão flexibilizados na proporção relativa à frustração da receita estimada no respectivo orçamento.

Parágrafo único - Os Tribunais de Contas orientarão seus jurisdicionados nos procedimentos adequados ao cumprimento do estabelecido na presente Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Buscamos, por meio desta emenda aditiva, flexibilizar a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal para os Municípios, no exercício financeiro de 2009, de modo a permitir que os prefeitos e prefeitas possam cumprir com os limites impostos por este diploma legal em decorrência da crise financeira que atingiu as receitas municipais no exercício de 2009. Não objetiva, portanto promover alterações no texto da LRF.

Tal flexibilização se impõe visto que os gestores públicos de 2008, quando da elaboração dos instrumentos de planejamento - Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais, não poderiam prever em hipótese alguma a violenta supressão de recursos que ocorreria nos repasses da União, através do FPM. Afinal, somando os valores já confirmados dos repasses do Fundo às projeções da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) chegamos a R\$ 49.502 bilhões em 2009, ou seja, valor 3% menor que em 2008.

Os novos gestores que assumiram em 2009 não contavam com esse decréscimo nas suas receitas, e trabalhando com um orçamento que não foi por eles elaborado e que não se concretizou, deixando a descoberto rubricas fundamentais como saúde, educação e assistência social.

Ao lado das frustrações impostas pelo decréscimo do FPM, a atividade econômica nos Municípios e nos Estados também sofreu restrições impondo, em decorrência, a diminuição do ICMS e da arrecadação própria dos Entes Municipais.



Tal diminuição, segundo a área técnica da CNM, chegou, no primeiro semestre de 2009 a 6 bilhões de reais, perfazendo, uma queda real comparada com o mesmo período do ano de 2008 de 3,4%. A CIDE, por exemplo, caiu 69%, os Royalties 34% e os repasses da Lei Kandir 6,1%. Além disso, o ICMS caiu em média 3,3% e a média da arrecadação própria obteve um aumento de apenas 6,3% no período.

Assim, verifica-se o severo comprometimento do equilíbrio das contas públicas e consequentemente a impossibilidade dos prefeitos cumprirem os limites da LRF, principalmente os relativos à despesa de pessoal, pois é impossível frear o crescimento vegetativo da folha de pagamento.

Por essa razão, justifica-se plenamente a apresentação da presente proposta de emenda que busca flexibilizar e não alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal para o exercício de 2009.

Sala das Sessões, 14/9/2010


Deputado GERMANO BONOW (DEM-RS)

MPV 501

00020

Data 14/09/2010	proposição Medida Provisória nº 501, de 2010.			
Autor SENADOR ROBERTO CAVALCANTI - PRB			nº do prontuário	
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. Substitutiva global				
Página 1/1	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alineas

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 501, de 2010:

Art. "X" O inciso I do § 1º do artigo 131 da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 131 ...

§ 1º ...

I - a subvenção será concedida aos produtores, diretamente ou por meio de suas cooperativas, em função da quantidade de cana-de-açúcar efetivamente vendida às usinas de açúcar e álcool e destilarias de aguardente de cana da região Nordeste, excluindo-se a produção própria das unidades agroindustriais, bem como a produção dos respectivos sócios ou acionistas;"

JUSTIFICAÇÃO

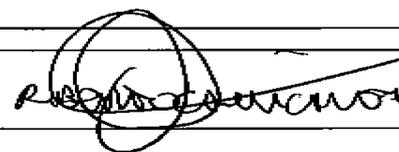
A Lei 12.249/2010 autorizou a União a conceder subvenção extraordinária para os produtores independentes de cana-de-açúcar na região Nordeste, referente à safra 2009/2010. A subvenção prevista, entretanto, somente será concedida aos produtores, diretamente ou por meio de suas cooperativas, em função da quantidade de cana-de-açúcar efetivamente vendida exclusivamente às usinas de açúcar e álcool. Portanto, foi excluída da subvenção, a cana-de-açúcar vendida às destilarias de aguardente de cana.

A emenda ora apresentada visa corrigir esse problema e incluir no Programa de Subvenção Reestruturador da Atividade Canavieira no Nordeste a cana-de-açúcar vendida às destilarias de aguardente de cana. A inclusão representará ampliação de mercado para os 26 mil produtores de cana-de-açúcar da região que passam a ter nas destilarias de cachaça parceiros comerciais também amparados pelo referido programa.

PARLAMENTAR

Brasília, 14 de setembro de 2010

Senador



MPV nº 501

00021

Data 14/09/2010		proposição Medida Provisória nº 501, de 2010.		
Autor SENADOR ROBERTO CAVALCANTI - PRB				nº do prontuário
1. Spressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. Substitutivo global
Página 1/5	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alíneas

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos à Medida Provisória nº 501, de 2010:

Art. "X" Os estabelecimentos industriais farão jus, até 31 de dezembro de 2014, a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários produzidos a partir do beneficiamento de resíduos sólidos gerados em seu processo produtivo.

§ 1º Para efeitos desta Lei, resíduos sólidos são os materiais, substâncias, objetos, desperdícios, rejeitos ou bens descartados resultantes de atividades humanas em sociedade.

§ 2º Dão direito ao crédito presumido referido no *caput* os materiais adquiridos como resíduos sólidos classificados na Tabela de Incidência do IPI - TIPI pelos códigos 26.01, 2618.00.00, 2619.00.00, 2704.00, 2704.00.10, 2704.00.90, 39.15, 3915.10.00, 3915.20.00, 3915.30.00, 3915.90.00, 4402.90.00, 4706.20.00, 47.07, 4707.10.00, 4707.20.00, 4707.30.00, 4707.90.00, 7001.00.00, 72.04, 7204.10.00, 7204.2, 7204.21.00, 7204.29.00, 7204.30.00, 7204.4, 7204.41.00, 7204.49.00, 7204.50.00, 72.05 e 7602.00.00, além de outros materiais adquiridos como resíduos sólidos definidos pelo Poder Executivo, por código da Tabela de Incidência do IPI - TIPI.

§3º Os estabelecimentos industriais terão direito ao crédito presumido referido no *caput* inclusive na hipótese em que os resíduos sólidos por eles adquiridos forem submetidos a beneficiamento para posterior utilização como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.

Art. "XX" O crédito presumido de que trata o art. "X":

I - será utilizado na dedução do IPI incidente nas saídas dos produtos que contenham resíduos sólidos em sua composição, ou na dedução de outros tributos federais, na forma da legislação em vigor;

II - não poderá ser aproveitado se o produto que contenha resíduos sólidos em sua composição sair do estabelecimento industrial com suspensão, isenção ou imunidade do IPI;

III - somente poderá ser usufruído se os resíduos sólidos, matérias-primas ou produtos intermediários forem adquiridos diretamente de pessoas jurídicas industriais, comerciais ou de cooperativa de catadores de materiais recicláveis com número mínimo de cooperados pessoas físicas definido em ato do Poder Executivo; e

IV - será calculado pelo adquirente mediante a aplicação da alíquota da TIPI a que estiver sujeito o produto que contenha resíduos sólidos em sua composição sobre o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor dos resíduos sólidos constante da nota fiscal de aquisição, observado o § 2º do art. "X".

§ 1º Os resíduos sólidos, matérias-primas ou produtos intermediários darão direito ao crédito presumido de que trata o art. "X" ainda que tenham sofrido beneficiamento de desperdícios, rejeitos e resíduos gerados em seu processo produtivo.

§ 2º Nas compras diretas de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos termos do inciso III, o crédito presumido do IPI, calculado na forma do inciso IV, será considerado em dobro.

Art. "XXX" As pessoas jurídicas que exerçam a atividade de reciclagem de resíduos sólidos ou atividades relacionadas às suas etapas preparatórias fazem jus à redução de cem por cento das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, previstas na Tabela de Incidência do IPI (TIPI), sobre a aquisição ou importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, assim como acessórios sobressalentes e ferramentas que os acompanhem, destinados à reciclagem de resíduos sólidos.

§ 1º A redução de cem por cento das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, previstas na Tabela de Incidência do IPI (TIPI), sobre as importações referidas no *caput* deste artigo, ficará condicionada à comprovação de inexistência de similar nacional.

§ 2º A transferência de propriedade ou a cessão de uso, a qualquer título, dos bens adquiridos ou importados nos termos deste artigo, antes de dois anos contados da data de aquisição, a pessoal que não satisfaça as condições e requisitos para o gozo do benefício, será precedida de recolhimento, pelo alienante ou cedente, do tributo correspondente à redução de alíquota de que trata o *caput*;

§3º Na hipótese do §2º deste artigo, fica a pessoa jurídica obrigada também a recolher juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data do fato gerador, referentes ao imposto não pago ou à compensação do crédito presumido, indevidamente apurado, na condição de contribuinte, em relação aos bens importados, ou de responsável, em relação aos bens adquiridos no mercado interno;

§4º Não sendo efetuado o recolhimento na forma do §3º deste artigo, caberá lançamento de ofício, com a aplicação de juros e multa de mora, na forma da lei.

Art. "XXX" O Poder Executivo regulamentará o disposto nos arts. "X", "XX" e "XXX" desta Medida Provisória em até trinta dias.

JUSTIFICAÇÃO

Diante da perda da vigência da Medida Provisória nº 476, de 2009, proponho esta emenda que se baseia no projeto de lei de conversão do então relator dessa medida provisória, ilustre deputado Leonardo Quintão, aprovado pelo Plenário da Câmara em 1º de junho deste ano.

A emenda visa conceder aos estabelecimentos industriais crédito presumido do IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos e apresenta alguns avanços em relação ao texto original da MPV 476/2009:

- permite o crédito presumido do IPI independentemente de quem seja o fornecedor dos resíduos - e não apenas quando adquiridos diretamente das cooperativas de catadores, como previa o texto original da MPV;
 - fixa a base de cálculo do crédito presumido em 50% do valor de aquisição dos resíduos (o a MPV estabelecia 50% como teto da base de cálculo e conferia ao executivo poder para defini-la em regulamento);
 - possibilita a compensação do saldo credor do IPI com outros tributos federais que não o próprio IPI;
 - concede o crédito presumido do IPI na aquisição de máquinas e equipamentos para reciclagem;
 - estabelece lista exemplificativa dos materiais adquiridos como resíduos sólidos classificados na Tabela de Incidência do IPI – TIPI que darão direito ao crédito presumido do IPI.
- 

Os benefícios socioambientais da emenda são evidentes, uma vez que favorece a utilização de resíduos sólidos para uso como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de produtos e incentiva a compra desses materiais, tanto das cooperativas de catadores como de outros fornecedores.

A ampliação do benefício do crédito presumido do IPI independentemente de quem seja o fornecedor dos resíduos sólidos é medida mais adequada para se atender o objetivo de estímulo à reutilização de resíduos, redução no uso de recursos naturais e melhoria da qualidade ambiental das cidades brasileiras, em alinhamento com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, recentemente transformada na Lei 12.305/2010.

O estímulo à formalização das cooperativas de catadores terá maior êxito caso se permita que os estabelecimentos industriais adquiram resíduos sólidos não apenas diretamente das cooperativas, mas também das empresas compradoras de materiais recicláveis (retalhistas, aparistas, etc.). As cooperativas de catadores, em regra, não alcançam escala suficiente para atender a demanda das indústrias que reciclam resíduos.

Esses agentes – retalhistas e aparistas - certamente ampliarão a demanda de recicláveis dos catadores, que contarão com um mercado consumidor para os seus produtos mais ativo. Trata-se de um processo “ganha-ganha”, onde o estímulo a todos os agentes da cadeia de reciclagem acabará por beneficiar também as cooperativas de catadores.

A possibilidade de compensar o saldo credor do IPI com outros tributos federais que não o próprio IPI é de extrema importância para setores que, de acordo com interesses do próprio governo, têm a alíquota do IPI reduzida a zero na saída de seus produtos acabados. Ressalte-se que esse aprimoramento beneficia todo o setor de reciclagem, pois insere setores demandantes de material reciclável que estariam aliados dos benefícios, incrementando a demanda por esses materiais.

A concessão de crédito presumido de IPI para na compra de máquinas e equipamentos necessários ao processo de reciclagem visa modernizar as plantas de reciclagem e ampliar a capacidade instalada de processamento de resíduos. Destaca-se que a sugestão autoriza a obtenção do crédito no caso da aquisição de equipamentos importados, condicionado à inexistência de similar nacional. Trata-se de medida relevante tendo em vista que processos de reciclagem mais complexos, muitas vezes, demandam equipamentos ou máquinas importadas.

Vale lembrar que o descarte inadequado de resíduos representa séria ameaça ao meio ambiente e, em alguns casos, gera impactos significativos sobre a saúde pública. Essas implicações levaram ao consenso de que a criação de políticas destinadas a minimizar a disposição inadequada e promover o reaproveitamento e reciclagem é fundamental para a gestão adequada dos resíduos sólidos, promoção do desenvolvimento sustentável e para a redução de danos ao meio ambiente.

Alguns países, diante da relevância do problema, concedem incentivos/compensações tributárias e financeiras aos agentes promotores da reciclagem. Entretanto, o desenvolvimento da reciclagem no Brasil tem sido fortemente limitado pela carga tributária incidente sobre o setor, o que reforça o mérito econômico e social desta emenda.

Os benefícios socioambientais decorrentes da implantação de políticas públicas como a que é proposta nesta emenda podem ser traduzidos nos seguintes exemplos:

- minimização da carga sobre aterros sanitários e menor acúmulo de materiais em lixões;
- redução na demanda por recursos naturais, inclusive energéticos;
- geração de emprego e renda para grande número de pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho;
- indução da organização de trabalhadores em cooperativas de catadores;
- ampliação e fortalecimento do setor de reaproveitamento e reciclagem de resíduos.

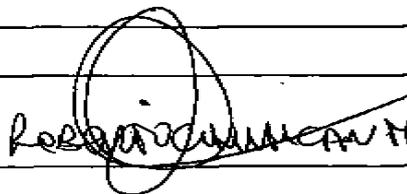
Com vistas a reforçar a efetividade da proposta, explicitam-se códigos da Tabela TIPI de alguns materiais que serão objeto do benefício do crédito presumido do IPI, permitindo ao Poder Executivo estabelecer outros materiais. Com isso, evita-se que no regulamento o poder executivo deixe de beneficiar alguns setores e acabe por reduzir os efeitos positivos da lei.

Diante dos evidentes benefícios sociais, ambientais e econômicos desta emenda, solicito apoio dos meus pares para o seu acolhimento.

PARLAMENTAR

Brasília, 14 de setembro de 2010

Senador



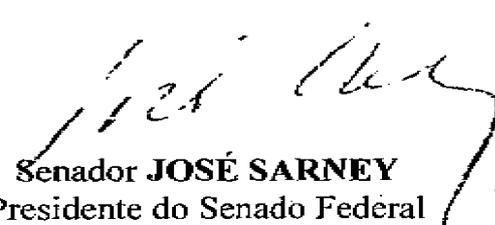
PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 011 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 021665/10-9, **RESOLVE**:

Art. 1º. Autorizar a cessão do servidor desta Casa Legislativa **ÉRICO GONÇALVES DA SILVEIRA**, matrícula n.º 231591, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, à Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação, para exercer o cargo em comissão de Coordenador-Geral, símbolo DAS-101.4, com ônus para o órgão cedente.

Art 2º. A presente cessão terá efeitos a partir da data de nomeação do servidor no órgão cessionário, publicada em veículo oficial.

Senado Federal, 13 de setembro de 2010


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goias

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jorge Yanai* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Belini Meurer* (S)
Maioria-PMDB - Selma Elias* (S)
Minoria-PSDB - Níura Demarchi** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo prorrogado: 02/09/2010
Prazo final prorrogado: 01/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,18)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,32,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(25,35)
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,19)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23,34)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (31)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

29. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
32. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
34. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
35. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- ** . Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.
- *****. Prorrogado até 01.11.2010 através do Requerimento nº 746, de 2010, lido em 04.08.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

* Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

** Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

*** Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

**** Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**.. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
 6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
 7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO
SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES**

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

**9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS
DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³
REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
Senador Romeu Tuma	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 33033511

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,104)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,105)	4. Belini Meurer (PT) ^(36,106,114)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,97)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,112)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,91,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,95,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,108,116)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Jorge Yanai (DEM) ^(43,102,103)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Níura Demarchi (PSDB) ^(52,107,110,113)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Bezerra (DEM) ^(5,45,109,115)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
105. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG)
106. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
111. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
114. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 110/2010)
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Belini Meurer (PT) (31,32,107,113)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,93,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,111,115)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Leomar Quintanilha (PMDB) (48,80,101)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,109)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,94,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Níura Demarchi (PSDB) (46,108,112,114)	4. José Bezerra (DEM) (4,40,110,116)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Flexa Ribeiro (PSDB) (20,66,100,105,106)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).
115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
VAGO ^(8,18)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(11,17,19)	2. VAGO ^(2,9,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(6,14,15)	1. VAGO ^(3,21)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
7. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) ^(5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Shessarenko (PT) (37,75,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,38)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,34,116)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Belini Meurer (PT) (37,111,113)	5. César Borges (PR) (31,41)
Tião Viana (PT) (32,41,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,63)
Almeida Lima (PMDB) (57,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (61,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (62,64,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (58,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,102,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,54,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,67,101,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64,115)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45,110)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Bezerra (DEM) (4,49,112,114)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (24,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (25,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (29,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
30. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epietácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
102. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
103. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello(OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya ⁽²⁾	1. VAGO ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,110)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (34,125)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Belini Meurer (PT) (33,76,78,80,96,116,120)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,107)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
VAGO (56,108)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62,124)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54,119)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,109)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Níura Demarchi (PSDB) (4,42,115,118,121)	1. Jorge Yanai (DEM) (41,113,114)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
João Faustino (PSDB) (13,48,117,122,123)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
109. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
110. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
119. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
120. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
121. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
124. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
125. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,17,23)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,18)	2. Flávio Arns (PSDB) (17,18,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	3. VAGO (7)
Majoria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,15)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (14)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,13)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,12)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,16)
PDT	
Cristovam Buarque (7,20)	1. VAGO (20)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
 2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
 5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
 6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (25)	1. Fátima Cleide (PT) (23)
Marina Silva (PV) (7,25,43,45)	2. César Borges (PR) (20)
Alfredo Nascimento (PR) (26,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	4. Delcídio Amaral (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (39,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Hélio Costa (PMDB) (39,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
VAGO (38,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jorge Yanai (DEM) (29,61,62)	1. Adelmir Santana (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (35)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,28,63)
Heráclito Fortes (DEM) (32)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,30)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Jayme Campos (DEM) (9,27,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,17)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (16)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
25. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
28. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(5,12,16)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(11,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jorge Yanai (DEM) ^(13,14)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 11. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- ** Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(2,11)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
- Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
- Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- ** . Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jorge Yanai (DEM) ⁽¹⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).

*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

** . Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,77)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (2,25,78,81)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. João Faustino (PSDB) (16,47,60,62,79)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
77. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
78. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino Arns é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,95,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (22,41,50,72,105)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) (4,100,103)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. João Faustino (PSDB) (23,27,56,101,102,104)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. n° 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. n° 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos n°s 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. n° 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
103. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 105/2010).
104. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. n° 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
105. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (11)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,2)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos n°s 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shlessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Belini Meurer (PT) (18,90,92)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jorge Yanai (DEM) (34,87,88)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (57,58,68)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (27)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Shlessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (31,47,55,56,67)	1. VAGO (48,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,45)	2. Pedro Simon (PMDB) (46)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (38,65,66)	1. Jorge Yanai (DEM) (32,63,64)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Jayme Campos (DEM) (35,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (36)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,30)
Adelmir Santana (DEM) (33)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,29)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,22,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (17,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
31. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
68. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,62,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (21,32,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,63,65)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Shessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,36,46,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (41,43)
Neuto De Conto (PMDB) (40,47,86)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (44,45)	3. Renan Calheiros (PMDB) (39,42)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) (35,37,81,85)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jorge Yanai (DEM) (26,77,78)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
José Bezerra (DEM) (27,80,84)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25,82)
João Faustino (PSDB) (13,53,56,64,66,83)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (Of. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

82. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).

84. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

85. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 111/2010).

86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) (13)	2. VAGO (6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).
12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Shessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jorge Yanai (DEM)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. Romeu Tuma

Notas:

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²²⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁰⁾
Renato Casagrande (PSB) ⁽²¹⁾	2. Flávio Arns (PSDB) ^(22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) ^(18,69)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) ^(19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) ^(34,64,66)	1. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁵⁾
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(38,65,73)	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁹⁾
Gerson Camata (PMDB) ^(7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) ^(8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) ^(37,46)	4. Regis Fichtner (PMDB) ^(2,53,56,58,61,72,74,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Jorge Yanai (DEM) ^(28,70,71)
Demóstenes Torres (DEM) ^(3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁷⁾
José Bezerra (DEM) ^(6,12,24,75,77)	3. Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁾
Efraim Morais (DEM) ⁽²⁶⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽²³⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) ^(17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) ^(16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(11,14,47)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi ⁽³¹⁾	1. Fernando Collor ⁽³¹⁾
PDT	
Acir Gurgacz ^(13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque ⁽³³⁾

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
65. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)
70. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
74. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
75. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
VAGO ⁽¹⁴⁾	2. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁶⁾
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁸⁾	4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁹⁾	4. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁹⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 11/08/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Aloizio Mercadante (Br)¹⁷
Vice-Presidente: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)¹⁷
Vice-Presidente: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)¹⁷
Vice-Presidente: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)¹⁷

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁶
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^{5 15} (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹²
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹³	1. LEANDRO SAMPAIO ⁹ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁴

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

²Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB//nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB//Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB//Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹³ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁴ Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

¹⁵ O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

¹⁶ O Senador Neuto De Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, a partir de 5-8-2010.

¹⁷ Eleitos para o segundo semestre de 2010, com designação a partir de 09 de agosto de 2010, conforme Ofício S/078/2010, de 13.08.2010, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 168 páginas

OS: 2010/14732